

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

-----**ATA NÚMERO SESSENTA E CINCO**-----

----- Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Filipa Flor Santos Filipe, José Manuel Marques Casimiro, Maria João Bernardino Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e

Melo, Nuno Gabriel de Castro Nabais dos Santos, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, José Roque Alexandre, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, João Carlos de Sousa Pereira, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Nuno Miguel dos Santos Silva, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Rosa Maria Carvalho da Silva, Maria José Pinheiro Cruz, Liliana Fidalgo Dias e José Júlio Cordeiro dos Reis Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fernando Garcia Lopes Correia e José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Filipa Flor Santos Filipe. -----

----- Artur Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Alexandre do Nascimento Afonso. -----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Miguel dos Santos Silva. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Ana Mateus (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Liliana Fidalgo. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Dina Bechet Vale. -----

----- Natacha Machado Amaro (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal João Carlos Pereira. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira. -----

----- Aline Beuvink (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP). -----

----- Miguel Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Nabais. -----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Manuel Grilo e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição Maria Conceição Zagalo, Nuno Correia da Silva, João Pedro Abreu Costa, Orísia Roque e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje. -----

----- Tal como foi informado na Conferência de Representantes de ontem, a Câmara Municipal vai ser representada na sessão no Debate da Atualidade pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva que, naturalmente poderá delegar a intervenção nos restantes vereadores com entender. -----

----- Dar-vos também nota, até como foi informado na Conferência de Representantes mas, também, solicitado que ficasse claro aqui no Plenário, que o Ponto 1 da nossa Ordem Trabalhos, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara vai ser debatida na Sessão do próximo dia 30. -----

----- Os Pontos 12 e 13 serão igualmente agendados para o dia 30, Apreciação do Relatório Final do Debate Temático “Impacto do Turismo na cidade de Lisboa”, Apreciação do Relatório Final do Debate Temático “Prevenção e Minimização do Risco Sísmico e Reforço da Resiliência Sísmica em Lisboa” e que, no dia 7 nós teremos a Apreciação de toda a documentação relativa à prestação de contas do município. -----

----- Temos três Votos de Pesar. O Voto de Pesar 65/09, apresentado pelo CDS-PP, também, subscrito pelo Deputado Municipal que exerce o mandato como Independente Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- Temos o Voto de Pesar 65/11, apresentado pelo Deputado Municipal que exerce o mandato como Independente Rui Costa, tem uma nova versão que foi distribuída e é, também, subscrito pelo PAN e temos o Voto de Pesar 65/13 apresentado pelo Partido Social Democrata.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, agradeçia que se sentassem, vamos passar à leitura do primeiro Voto de Pesar. Voto de Pesar n.º 65/09 apresentado pelo CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César,** procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 065/09:**-----

----- “*VOTO DE PESAR POR*-----

----- *ONDINA MARIA FARIAS VELOSO (DINA)*-----

----- *No dia 12 de Abril de 2019, morreu Ondina Maria Farias Veloso, cantora e compositora nascida a 18 de Junho de 1956, em Carregal do Sal, que adotou Dina como nome artístico.*-----

----- *Ficará seguramente na memória dos portugueses o seu Amor d’Água Fresca, a canção que compôs e que nos representou no Festival Eurovisão da Canção em 1992. Mas seria uma enorme injustiça reduzir o talento e a carreira de Dina a essa icónica canção, como se aí tivesse começado e acabado a expressão autêntica, genuína e em muitos casos precursora de Dina.*-----

----- *O seu primeiro álbum, Dinamite, lançado em 1982 depois do sucesso Há Sempre Música Entre Nós e da sua estreia no Festival RTP da Canção em 1980, é hoje celebrado pela nova geração da música portuguesa como um dos mais inovadores discos dos anos 80: um álbum que esperou várias décadas para ser celebrado e reconhecido, e que projeta o talento de Dina muito para além das canções que, com alegria e doçura, levou aos festivais da canção em que participou.*-----

----- *No encerramento da sua carreira, a nova geração da música portuguesa, representada por nomes como Ana Bacalhau, B Fachada, Best Youth, Márcia e Samuel Úria, prestou-lhe merecido tributo, num concerto que se transformou em festa, e numa festa que se transformou em homenagem e agradecimento, compensando de alguma forma a injustíssima indiferença com que por vezes foi recebida.*-----

----- *Ao longo dos seus mais de 30 anos de carreira, com vários discos em seu nome e muitas outras composições para outros artistas, programas de televisão e telenovelas, Dina caracterizou-se pela seriedade, pela discricção, pela espontaneidade e pela coragem, não se mascarando ou procurando passar por quem não era ou cantando estilos que não o seu. Em meados da década de 90 musicou e interpretou o hino da Juventude Popular e o hino oficial do CDS Para a voz de Portugal ser maior (letra de Rosa Lobato Faria), e teve uma presença constante na campanha para as eleições legislativas de 1995. Num Portugal diferente do de hoje, a coragem de Dina, que se assumia como uma humanista, multiplica a admiração que lhe é devida.*-----

----- *Numa das suas canções favoritas, A Cor da Vida, lançada em 1991, Dina cantava “eu nunca perco o meu lugar, eu nunca perco a cor da vida”. E há um lugar na música portuguesa que Dina nunca perderá.* -----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 16 de Abril de 2019, presta homenagem a Dina e manifesta o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e apresentando condolências à família e amigos.* -----

----- *Lisboa, 12 de Abril de 2019* -----

----- *Pelo Grupo Municipal do CDS-PP*-----

----- *Diogo Moura”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado.* -----

----- *Vamos passar agora à leitura do Votos de Pesar 65/11, apresentado pelo Deputado Municipal que exerce o mandato como Independente, Rui Costa, também, subscrito pelo PAN.”* -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale César,** procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 065/11:** -----

----- *“Voto n.º 065/11* -----

----- *Pesar ao Povo de Paris e ao Povo de França pelo trágico incêndio na Cathedral de Notre Dame* -----

----- *Ontem, 15 de Abril de 2019, um violento incêndio deflagrou na Chatedral de Notre Dame em Paris, destruindo parte considerável da sua estrutura. Os templos, e em particular na Idade Média as Catedrais, ocuparam um espaço central e funcional das Cidades, refletindo ainda na sua construção e sucessivas intervenções o melhor do que artística e arquetonicamente se produzia na sociedade em questão.* -----

----- *Os templos assumiam pois uma posição central no desenho e vida urbana, sendo muitas vezes os ícones de cada cidade, vila ou aldeia. Mas mais do que isso, nas paredes dos templos e das Catedrais foram escritas as páginas que marcam a identidade e a história dos povos, muitas vezes sobrepondo na sua localização e nos seus aspetos construtivos e decorativos elementos identificativos de vários Povos, crenças e religiões.* -----

----- *Por isso, o incêndio que destruiu a Cathedral de Notre Dame assume contornos especialmente trágicos para o Povo Francês, mas sobretudo para o Povo de Paris. Acresce que a Cathedral de Notre Dame está ainda no imaginário coletivo europeu, fruto da sua presença em diversas formas de expressão artística disseminadas pela Europa, como disse é exemplo a expensão do estilo Gótico ou a obra literária de Victor Hugo.* -----

----- *A destruição parcial deste importante monumento representa uma perda muito sentida pelo Povo Francês e pelos Parisienses, mas comporta também uma perda irreparável para a identidade coletiva europeia e para o Património Mundial, galardão atribuído ao Monumento pela UNESCO em 1991.* -----

----- *O momento de particular tensão política que se vive em França, para o qual concorrem também tensões étnicas e religiosas aconselha a maior serenidade*

possível, esperando-se que o incêndio não seja utilizado para qualquer escalada destas tensões em França.-----

----- *Nestes termos, tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere:*-----

----- *1 – Expressar o seu pesar e solidariedade ao Povo Francês, na pessoa do Senhor Presidente da República Francesa e ao Povo Parisiense na pessoa da Maire de Paris pela trágica destruição da Cathedral de Notre Dame no incêndio de 15 de Abril de 2019, esperando a união do Povo Francês na reconstrução deste importante e identitário monumento.*-----

----- *2 – Repudiar qualquer leitura leviana de associação do referido incêndio ao quadro de tensões étnicas e religiosas em França ou na Europa.*-----

----- *3 – Remeter o presente voto à Embaixada da República Francesa em Lisboa e à Mairie de Paris.*-----

----- *Lisboa, 16 de Abril de 2019*-----

----- *O Deputado Municipal Independente,*-----

----- *Rui Costa”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado.*-----

----- *Vamos passar agora à leitura do Votos de Pesar 65/13 apresentada pelo Partido Social Democrática.”*-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 065/13:**-----

----- *“VOTO de PESAR*-----

----- *O "Majestoso e sublime edifício"...*-----

----- *O "Majestoso e sublime edifício" – assim homenageado por Victor Hugo em 1831 no primeiro capítulo 1.º do seu romance 'Notre-Dame de Paris', o emblemático símbolo da história de França, da arquitetura gótica, a catedral de Notre-Dame, foi ontem, subitamente devastada por um incêndio de proporções absolutamente inusitadas.*-----

----- *As imagens, visionadas por todos nós ao final do dia, dão conta da tragédia e horror sentido perante a longa consumação pelo fogo, de um monumento património da humanidade desde 1991 e que é, de há muitos anos, o ex- libris mais visitado da Europa.*-----

----- *Esta obra de arte que constitui memória de todos nós pelas mais variadas razões que se prendem com a evolução da história da Europa, foi iniciada em 1163 e concluída em 1345; viveu momentos tão simbólicos como a convocação da III Cruzada em 1185, as coroações de Henrique VI de Inglaterra (1431), Napoleão Bonaparte (1804) e a beatificação de Joana D’Arc (1909), a título de exemplo, resistiu a saques e destruições aquando da Revolução Francesa de 1789 ou à tentativa de destruição hitleriana, quando este sentiu que estava a ser derrotado pelas forças aliadas na II Guerra Mundial, ironicamente, não resistiu, infelizmente, a um incêndio despoletado pelas obras de requalificação em curso mas que, pela natureza*

das mesmas, permitiu a salvaguarda da maioria dos tesouros ali existentes, o que coloca em agenda uma vez mais, a prioridade das prioridades da Política - a salvaguarda do Património Cultural e o Território-Ambiente, estes dois pilares da nossa identidade como povos. Só com estes alicerces fundamentais, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade fazem sentido. -----

---- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 16 de Abril de 2019, delibera aprovar um voto de pesar perante tamanha perda para a humanidade, fazendo votos que a promessa de todos os atores políticos e religiosos franceses, ainda ontem manifestada de que se irá iniciar, de imediato, a sua reconstrução que permitirá devolver ao mundo, parte da história e da arte presentes em tão belo monumento de todos nós. -----

----- Este voto será remetido ao senhor embaixador de França em Portugal, à Mairie de Paris e à Arquidiocese de Paris. -----

---- Lisboa, 16 de Abril 2019 -----

---- O Grupo Municipal do PSD” -----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado. -----

---- Vamos proceder às votações. -----

---- Vamos votar o Voto n.º 65/09 apresentado pelo CDS-PP, subscrito pelo Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Voto de Pesar por Ondina Maria Farias, Dina.” -----

---- **VOTO DE PESAR 065/09 (CDS- PP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP e pelo Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) VOTO DE PESAR “Ondina Maria Farias (Dina)”;** -----

---- Vamos passar à votação do Voto de Pesar n.º 065/09. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. O Voto de Pesar n.º 065/09 foi aprovado por unanimidade. -----

---- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário)-----

---- **VOTO DE PESAR 065/11 (DM Rui Costa) – (Subscrito pelo Deputado Municipal Rui Costa e pelo Grupo Municipal do PAN) VOTO DE PESAR “Voto de pesar ao Povo e ao Povo de França pelo trágico incêndio na Cathedral de Notre Dame”**-----

---- “Vamos votar o Voto n.º 65/11, é apresentado pelo Deputado Municipal Rui Costa, subscrito pelo PAN. -----

---- Tenho um pedido para votar autonomamente de outros Deputados que exercem o Mandato como Independentes, para votar autonomamente o Ponto 2 e o Ponto 1, nós não costumamos votar o Ponto 3 que é a remissão, portanto, vamos votar primeiro o Ponto 1 e depois votamos o Ponto 2.” -----

---- **Votação do Ponto 1 do Voto de Pesar n.º 065/11.** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do

Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 1 do Voto de Pesar n.º 065/11 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Votação do Ponto 2 do Voto de Pesar n.º 065/11** Não há votos contra, com a abstenção de 6 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 3 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Voto de Pesar n.º 065/09 foi aprovado por maioria.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 065/13 (PSD) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD) VOTO DE PESAR O “Majestoso e sublime edifício”...**-----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Pesar n.º 065/13.** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Voto de Pesar n.º 065/13 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Neste momento procedeu-se a um minuto de silêncio pelo três Votos de Pesar.)---

----- **2. APROVAÇÃO DA ATA 48, DE 20.12.2018;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como já referimos, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara vai passar para a Ordem de Trabalhos que será debatida na Sessão do próximo dia 30, recordando a todas e todos para a semana não temos Reunião da Assembleia Municipal.-----

----- Vamos passar ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos aprovação da Ata n.º 48.” -----

----- Aprovação de **Ata 48** relativa à reunião **de 20 de dezembro de 2018.** Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 48**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 48** Sessão Ordinária de Novembro (4ª Reunião), realizada em vinte de dezembro dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Figueiredo Dias (PS), Augusto Miguel Gama (PS), José Cardoso Alves (PS), Filipa Santos Filipe (PS), Henrique Sá e Melo (PS), Nuno Gabriel Santos (PS), Margarida Afonso (PS), Nuno Santos Silva (PS), Vasco Morgado (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), Liliana Fidalgo Dias (PSD), João Diogo Moura (CDS-PP), Diana Bechet Vale (CDS-PP), José Júlio Reis Silva (CDS-PP), Fábio Sousa (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), José Casimiro (BE), Joana Alegre Duarte (IND), Paulo Muacho (IND) e Pedro Alves Mendes (IND). -----

----- **3. DEBATE DE ATUALIDADE COM O TEMA “ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS BÁSICAS DO 1º CICLO SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA E VALE DE ALCÂNTARA: QUE FUTURO?” (CDS-PP), AO ABRIGO DO**

**DISPOSTO NO ARTIGO 49º DO REGIMENTO, DE ACORDO COM O
FORMATO EM ANEXO; GRELHA K: LIMITE MÁXIMO 60 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação nº 065/04 do CDS-PP**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- “Vamos passar ao Ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, Debate de Atualidade com o tema “Encerramento das Escolas básicas do 1º Ciclo, São Sebastião da Pedreira em Vale de Alcântara: que futuro?”, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis é proposto pelo CDS-PP. -----

----- Temos uma Proposta de Recomendação que é a 65/04, também apresentada pelo CDS-PP, e o CDS já fez chegar à Mesa uma alteração a essa Recomendação que, no momento próprio anunciará e a Mesa também colocará à disposição das Senhoras e dos Senhores Deputados. -----

----- A Câmara, tal como já referi, é representada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, podendo delegar o uso da palavra noutros Vereadores aqui presentes e, portanto, vamos dar a palavra o CDS-PP para iniciar o Debate de Atualidade, é o Senhor Deputado Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caro Vice-Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caro público. -----

----- O CDS pediu o agendamento deste Debate da Atualidade, face ao anúncio inesperado e que a todos apanhou de surpresa, em particular a comunidade escolar do encerramento das Escolas Básicas do 1º Ciclo de São Sebastião da Pedreira e Vale de Alcântara. -----

----- Uma decisão que segundo a Câmara, baseada no relatório preliminar efetuado as condições estruturais destes dois edificadados, matéria essa que nos deve preocupar quando se trata da vida de pessoas em particular crianças. -----

----- Desde do primeiro momento, que temos mantido contactos com pais e encarregados de educação de ambas escolas preocupados com futuro, agora incerto, do percurso escolar dos seus educandos, um sobressalto que têm dado nota quer nas reuniões com a Câmara, quer através dos contactos com as várias entidades uma das quais CDS, mas também, através de petições.-----

----- Quando se trata da estabilidade dos mais pequenos e das suas famílias num momento em que o processo educativo é essencial na sua formação social e humana, temos todos de compreender que alterações como estas deixam dúvidas e anseios.-----

----- Desde do já referido anúncio, foram realizadas reuniões com a Câmara através do Senhor Vereador Manuel Grilo e dos pais e encarregados de educação com a presença dos Presidentes das duas Juntas de Freguesia envolvidas, em ambas as reuniões foi anunciado o fecho dos estabelecimentos até ao início das férias da Páscoa, sendo necessário transferir os alunos de São Sebastião da Pedreira e Vale de Alcântara para as escolas Marquesa de Alorna e Manuel da Maia respetivamente.-----

----- Esta mudança terá impacto significativo na vida das 166 crianças e na dinâmica das famílias, retirando alunos da sua zona de residência de enquadramento, fator esse que não pode ser esquecido nesta discussão. -----

----- Os horários dos alunos e as rotinas das famílias sofrem assim profundas alterações, afinal a sua escola, o seu segundo lar vai deixar de o ser e segundo a Câmara nunca mais regressarão aqueles espaços.-----

----- Fundamenta, o Senhor Vereador que há uma necessidade imediata de encerrar o espaço por não haver a garantia das condições de segurança. Ora, a verdade é que a vistoria do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) à Escola Básica São Sebastião da Pedreira foi realizada em 8 de novembro de 2018, como é que é possível que essa situação sendo emergente ou a título de emergência tenha sido revelada cinco meses depois, em reunião com os pais, portanto, a 25 de março. E se existe uma situação de insegurança, por que razão a Câmara permite que a comunidade escolar continuem os tais edifícios com escolas até ao exato momento e durante o decorrer esta semana.-----

----- Perante o relatório preliminar realizado pelo LNEC, que não é público e do qual se conhece pouco mas, também, já foi transmitida aos pais e encarregados educação, estes mesmos pais e encarregados educação questionaram, se essas escolas não podiam laborar até final do ano letivo e a Câmara disse que não.-----

----- No dia 3 de abril em nova reunião, a Câmara informa os pais que o relatório preliminar se baseia em testes observação, ou seja, não foram realizados quaisquer testes técnicos que evidenciassem a necessidade de sair do edifício, tendo a Câmara fundamentado o encerramento na existência de uma única saída do estabelecimento, gerando estupefação entre os pais, porque essa é a única entrada desde que a escola ali funciona e, portanto, consideramos que são esclarecimentos pouco claros por parte da Câmara -----

----- Da solução apresentada há muitas questões sem resposta como se observou na última reunião realizada com os pais a 25 de março na Escola Marquesa de Alorna, destas destaca-se a preocupação pela ausência de uma sala de estudo, a segurança de alunos, a garantia de que não haverá contacto entre os alunos mais novos e os seus agora colegas adolescentes, a falta de um cronograma claro de mudança e de nada saber sobre o futuro dos edifícios destas escolas que, decerto só se sabe que não voltaram à sua comunidade atual. -----

----- Destas questões que sobressaltam os pais, destaca-se o facto, da Câmara propor horários repartidos e menos turmas, isto é, uns alunos com aulas apenas de manhã e outros apenas de tarde, solução essa que deixou os pais perplexos.-----

----- Por outro lado e sendo que estes alunos saíram do seu habitat diário, ou seja, nos percursos escola, casa: vai a Câmara garantir o transporte escolar? Foi salvaguardado e avaliado contexto social e familiar das crianças? -----

----- Estamos perante uma mudança brusca na rotina dos alunos, numa fase final do ano letivo e onde não é apresentada uma alternativa de preenchimento do tempo livre ou então a Câmara poderá nos informar se deixará os pais sem resposta ou fará esse preenchimento com outras atividades? Vão ter eles de efetuar uma mudança drástica

nas suas vidas tendo os seus educandos com manhã ou tardes livres? Era estas explicações que queríamos da Câmara.-----

----- Mas há outra matéria que não podemos deixar em claro neste assunto, é público que esta Assembleia se tem debruçado sobre os problemas inerentes à segurança designadamente um levantamento sobre a falta de “maps” nas escolas do concelho. ----

----- Inquieta-nos que haja estabelecimentos escolares onde não são garantidas das medidas básicas de segurança. -----

----- Todos devem ter em mente a situação aberrante da Escola Básica o Leão de Arroios, em que os próprios serviços da edilidade se recusam a assinar o Plano de Segurança Emergência para um edifício que é seu.-----

----- Mas centremos no que nos traz aqui, o presente relatório elaborado pelo LNEC que conhecemos parte do preliminar sobre estas 55 escolas sobre a responsabilidade da Câmara, é também ele fundamental na avaliação do parque escolar sobre propriedade do município, desde logo no planeamento de medidas a tomar, seja encerramento de escolas, seja de obras urgentes ou remodelações de intervenção.-----

----- E, portanto, importa ter esta visão de conjunto e que esse relatório final seja tornado público e, segundo sei, o Senhor Vereador já prometeu que o mesmo será tornado público no final do mês de abril. Mas ele, obviamente, tem que ser tornado público, para nós nesse momento de forma clara e criteriosa, podermos avaliar e em conjunto, obviamente, procurar soluções para aquilo que é o parque edificado da Câmara, porque não sabemos e gostaríamos de saber o nível de risco destas duas escolas, se há mais escolas na mesma situação, porque como lhe disse os esclarecimentos que foram dados publicamente são difusos e os próprios pais os esclarecimentos que têm não os deixam sossegados. E, portanto, saber também:

----- Se existem outras escolas com o mesmo grau de urgência de encerramento com estas duas escolas?-----

----- Se se conhecem situações mais graves deste relatório preliminar? -----

----- Em qual destas se enquadra, por exemplo, a Escola Leão de Arroios? -----

----- Quais é que o LNEC entende que não tem capacidade para uso dos equipamentos escolar, face ao seu desenho e valências ou face a problemas estruturais?-----

----- Por que razões, não é tornado público o despacho da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, sobre a deslocação destes alunos?-----

----- Se pode a Câmara garantir a esta Assembleia, que existe despacho da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares a autorizar a alteração de horários? E se sim, onde é que estão esses despachos e porque é que eles não são tornados público, já que serão fundamentais para a decisão que a Câmara acabou de tomar. -----

----- E parece-nos a nós, concluindo que, estas são questões muito importantes, além do facto, obviamente, da notícia que veio a público que estes alunos que vão agora para a Escola Marquesa de Alorna e Manuel da Maia possam poder passar por monoblocos que serão instalados no Mercado Rato. É algo que nós ouvimos da boca da EMEL, a dizer que têm ordens da Câmara para que não se construa ali um parque estacionamento, também, é algo que nos deixa muitas dúvidas, porque a última deliberação da Câmara e nesta Assembleia é a transferência daquele espaço para

parque de estacionamento e foi nessa condição de objeto de utilização e de uso, que ele foi passado para a EMEL, portanto, também seria importante que a Câmara nos esclarecesse?-----

----- Por fim e porque o tempo é muito pouco, achamos que há aqui uma dimensão social muito importante, em particular não só em São Sebastião da Pedreira mas em relação ao enquadramento da Escola do Vale de Alcântara. Ela neste momento e o Senhor Vereador sabe, ela funciona com uma peça vital para contrariar os focos de marginalidade e manter aquela comunidade saudável. As crianças, os filhos destes homens e mulheres são o futuro do bairro, são meninos e meninas, infelizmente habituados a realidades bem duras, mas é na escola do seu bairro na maioria das vezes encontram estabilidade, rotinas e oportunidades e, é ali que desenvolvem as capacidades que lhes vão permitir ter uma vida melhor.-----

----- E, portanto, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, o que aqui trazemos com este Debate da Atualidade é pedir esclarecimentos à Câmara, pedir aquilo que é exigido pelos pais e que me parece correto, e que nós também queremos, que são esclarecimentos. E, para isso propomos através de uma Recomendação, que submetemos hoje a apreciação e a votação neste plenário para que:-----

----- A Câmara calendarize e planifique o modelo de gestão de transferência destes alunos.-----

----- Saber quanto tempo vão estar na Marquesa de Alorna e na Manuel da Maia?-----

----- Saber depois, quanto tempo, eventualmente, estarão no Mercado do Rato?-----

----- E qual é o destino final destas crianças? Provavelmente não destas crianças, porque quando chegar essa altura já estarão provavelmente no 5º ou no 6º ano, mas saber se estas comunidades daquela zona das Avenidas Novas e da Quinta do Loureiro e bairros adjacentes se vão ficar sem uma escola primária, que é tão importante como fator nevrálgico destas duas comunidades.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado-----

----- Vamos passar agora à lista dos diferentes oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Caro Presidente em Exercício, Secretárias, Cara e Caros Vereadores e Caras e Caros Colegas Deputados Municipais, Caríssimo Público presente, alguns vizinhos que eu reconheço e que saúdo.-----

----- Falemos então da Escola São Sebastião da Pedreira, da minha Escola São Sebastião da Pedreira fiz lá o exame da 4ª classe no outro século, e também, de um tema que vocês sabem que é meu tema de pertença, mais o que isso paixão, que é a escola pública portuguesa.-----

----- Esta escola em particular e façamos um bocadinho só de história. Foi no início do Século XX, uma escola do ensino primário geral, cuja primeira matrícula data de 1917 e era então somente de ensino de meninos. -----

----- Falámos hoje deste processo paradigmático, frutos do que eu acho ser uma decisão corajosa Câmara Municipal de Lisboa e em boa verdade, e no meu aparecerem e como todos sabem já tardia. -----

---- O modo eficiente foi este, após reuniões Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia, Associações de Pais, houve duas reuniões de Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Diretores das Escolas, porque há uma escola sede e há uma escola que pertença que é São Sebastião da Pedreira e também os pais, em que foram levantadas várias hipóteses e em que se percebeu que, após um relatórios preliminar do LNEC e também dos alertas sucessivos da Proteção Civil. E eu tenho no seio da Junta essa felicidade e também essa questão tenho duas pessoas, um é vogal e outro é apoiantes da Proteção Civil, após isso foi tomado, de facto, esta decisão. -----

----- Há, portanto, aqui um percurso que é complexo, não isento de falhas, certamente, a vida não é, mas em que se procurou de uma maneira exemplar, a meu ver atender, de facto, à segurança dos meninos e meninas. -----

----- O que é que a Junta de Freguesia aqui fez? A sua obrigação, reunião com a Associação de Pais, que saúdo aqui, o atendimento de várias freguesas e fregueses menos conhecedores da escola e do seu processo e também um pedido de audiência ao Ministro que está por efetivar, não o pedido de audiência mas a audiência que eu pedi já a semana passada. -----

----- Hoje em dia o que se passa? A escola está em mudança, há obras atempadas que foram negociadas com os pais que tiveram na primeira reunião que foi, de facto, essa reunião tida na Marquesa, a segunda reunião foi em São Sebastião da Pedreira, a possibilidade de visitar os espaços e também dar sugestões para que os meninos ficasse assegurados e relativamente ao que se deparará nosso futuro próximo e os meninos são presentes futuros, os meninos são sempre presente futuro. -----

----- Nesse futuro próximo o desafio principal é recriar o que já existe e a recriação é isto, recriar uma escola que tem sido uma escola de referência, segura e fraterna e é isto a escola pública, é esta a essência da escola pública portuguesa. -----

----- Relativamente ao transporte, lembrar que os “Alfacinhas” deixar de percorrer as zonas das Avenidas Novas, porque não eram requeridos, isto para mim é espantoso, mas não eram, de facto, requeridos pelos pais e pelas mães que tem esse direito de querer ou não, mas que é, de facto, uma questão a equacionar. -----

----- A continuação que é fundamental, reuniões bem preparadas, novamente Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia, a Direção das Escolas e os pais, as Direções das escolas, visto que a escola tem uma direção, a Professora Teresa que está ali, que eu saúdo, também o trabalho incessante, esta é, de facto, a escola pública que saúdo e na pessoa da Professora Teresa, que está lá em cima, este trabalho, enfim, de muitos anos, “não é Teresa! De muitos anos” e particularmente os restantes meses. -----

----- E também pensar à escala da cidade, certo, mas também à escala de Freguesia e eu lembro que para esta freguesia ocorreram, brevemente, esperamos, 700 famílias

fruto do projeto formidável de Entrecampos e, portanto, à escala da cidade e da freguesia, começar a pensar ou recomeçar a pensar que agrupamentos e que equipamentos escolares. -----

----- E é a esta escala que em qualquer país do mundo, qualquer país europeu se situa esta questão das escolas, já não é ao nível das paróquias, já não ao nível das escolas, mas ao nível da cidade, que equipamentos precisamos e que equipamentos necessitamos para que a escola seja inclusiva. -----

----- Fica também aqui um desafio muito interessante, eu tenho seguido com particular atenção, naturalmente a preocupação dos pais que têm até aqui uma escola que têm quatro turmas, uma escola modelar, uma escolinha quase província, enfim, de há muitos anos atrás e isso favoreceu um clima afetivo, mas o grande desafio agora é que esta escola devidamente enquadrada, de facto, em duas turmas não há problema nenhum do ponto de vista pedagógico restrito em que os alunos estejam de manhã ou de tarde. O que há problemas é se depois não se concretizar através das AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular) e dos CAF's (Componente de Apoio à Família) e isto do CAF's é o meu compromisso que sejam excelência com são até aqui. -----

----- E, portanto, fazer este apelo para que todos nós unidos e, hoje tenho que fazer este apelo, vocês sabem que eu sou do mundo das letras e continuarei. A Maria Alberta Menéres morreu, e morreu com ela alguém que amava as crianças e o meu apelo é para que sejamos todos "Ulisses", no desafio que é de construir na Marquesa de Alorna uma escola cada vez mais aberta e não separadora. Agora temos que, por medidas segurança separa-la fisicamente, mas a Marquesa de Alorna é uma escola sempre em evolução. É uma escola que tem de ser para todos os meninos e meninas sem distinções de raças ou credos, é nessa grande aposta dos "Ulisses" que todos nós queremos ser e espero eu que sejamos. -----

----- Obrigada."-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar ao próximo orador."-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- "Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do Bloco de Esquerda." -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. -----

----- Agradeço ao CDS ter trazido este Debate à Assembleia Municipal de Lisboa, é um debate de enorme responsabilidade e lamento que o CDS não tenha estado à altura dessa responsabilidade. -----

----- Estranhos, aliás, esta teoria da conspiração que o CDS tentou aqui lançar de suspeita sobre uma vereação de educação que qui criar um problema com estas

escolas. Não vou fazer o exercício de desqualificar a intervenção do CDS com a acusação de politiquice, mas era aconselhável que quando um partido quer explorar um tema o faça sem inventar suspeitas para mostrar trabalho. -----

----- Em primeiro lugar, tal como esta Assembleia já investigou, existiu uma grave lacuna nas escolas em Lisboa, fossem geridas pelo Município ou pelo Estado, no que respeita às medidas de autoproteção. Esse trabalho está a ser feito, foi lançado pela atual Vereação da Educação com trinta e uma escolas em processo para validação pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. As restantes terão plano de segurança elaborado na hora até 31 de julho, enquanto as medidas de autoproteção não forem implementadas garante segurança em todas as escolas de Lisboa. -----

----- De qualquer forma, o verdadeiro estado estrutural e físico das noventa e três escolas sob gestão municipal não estava avaliado, não era conhecido. Não existia nenhuma avaliação dos equipamentos que permitisse a este ou qualquer outro Executivo em primeiro lugar, saber em que estado estão as escolas e em segundo lugar, definir critérios e prioridades de intervenção ou mesmo de ação em casos de emergência. -----

----- As condições estruturais das escolas Lisboas não estavam avaliadas e isso é um problema que esta Vereação da Educação decidiu atacar por iniciativa própria, pedindo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil para inspecionar cada equipamento. -----

----- O relatório final, tal como já foi aqui dito pelo próprio CDS será entregue no final do mês, final porque o LNEC está a realizá-lo até ao fim. Mas os resultados das inspeções já realizadas demonstraram dois casos preocupantes, onde apesar de não existir perigo iminente existem situações que colocam os utentes em perigo. Responsabilidade é a ação que se tem que tomar nestes casos. -----

----- A Escola do Vale de Alcântara foi construída sobre terrenos não estabilizados, criando desníveis que criam fissuras de degradação geral no edifício. -----

----- A Escola de São Sebastião da Pedreira foi construída há mais de 100 anos e nunca teve obras estruturais. O problema aqui é não só existirem situações de risco como a própria estrutura da escola ser incompatível com normas de segurança modernas. -----

----- A deslocação das crianças para outras escolas é neste cenário uma obrigação imediata e foi isso que a Vereação da Educação decidiu, ainda bem que o fez! Responsabilidade, o critério nestas situações é a precaução. -----

----- Politicamente o que aconteceu é isto, a Vereação da Educação pediu uma avaliação ao LNEC, o LNEC alertou para estes dois casos de imediato, a Vereação da Educação agiu de imediato, a direita ficou sem discurso e agora tenta impedir que o Executivo seja responsável. -----

----- O CDS vem aqui de forma extraordinária dizer quando se atreveu o Vereador a não só pedir o relatório como agir de forma responsável, há lá coisas!-----

----- Perante um Vereador que olhou para a situação não teve medo de retirar as necessárias conclusões, o CDS fica sem discurso e tentam lançar suspeitas. E se vem brincar com a vida das crianças para lançar suspeitas, então peço desculpa aos

Senhores Deputados do CDS, mas não é o Bloco que tem por hábito assinar resgate da banca sem ler os diplomas a partir da praia ou ir para casa com milhares de fotocópias de documentos oficiais que nunca foram revelados.-----

----- É uma estranha forma de responsabilidade, a forma como se apresentaram neste debate, tentado lançar suspeitas e alarmismo junto da comunidade escolar e que infelizmente para o CDS confia agora mais da Vereação da Educação, precisamente, porque está a fazer o seu trabalho.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar, “Os Verdes” lembram que sempre têm pugnado por uma forte aposta na escola pública na cidade de Lisboa, dotada de meios e recursos humanos ajustados ao acompanhamento da função educativa, visando o aumento do nível de cobertura da oferta do pré-escolar e o apetrechamento das várias escolas com condições de ensino e segurança, nomeadamente com Planos de Emergência e cantinas que permitam confeccionar localmente refeições saudáveis. -----

----- Para “Os Verdes”, é indispensável que o Município programe com regularidade obras de beneficiação geral nas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância da rede pública e nos espaços escolares, em articulação com os Agrupamentos de Escolas e as Juntas de Freguesia, assegurando a construção de novas escolas, de acordo com as necessidades, e promovendo programas de requalificação dos espaços envolventes. ----

----- No caso do presente debate de atualidade sobre o próximo encerramento das Escolas Básicas do 1º Ciclo de São Sebastião da Pedreira e do Vale de Alcântara há por isso que avaliar as causas e esclarecer o futuro destes equipamentos escolares e dos seus professores, funcionários, alunos e suas famílias.-----

----- Como sabemos, na reunião pública do executivo camarário, do passado dia 27 de Março, foi anunciada a decisão da autarquia de encerrar duas escolas, uma na Freguesia das Avenidas Novas e outra na Freguesia de Alcântara, com o argumento genérico de “problemas nas suas fundações”. -----

----- A decisão surgiu depois de serem conhecidas as conclusões preliminares das vistorias conduzidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) ao estado de conservação de 55 escolas da capital. Este trabalho radica num protocolo celebrado para que o LNEC procedesse ao “levantamento exaustivo do estado de conservação dos estabelecimentos escolares”.-----

----- E recordemo-nos todos que esta proposta foi aprovada, por unanimidade, na reunião de Câmara de 12/7/2018. -----

----- Primeira ilação: o LNEC terá cumprido a sua avaliação técnica com rigor. -----

----- Em consequência, a CML (Camara Municipal de Lisboa) pretende transferir agora os 166 alunos das escolas EB1 Vale de Alcântara, na Quinta do Loureiro, na Freguesia de Alcântara, e da EB São Sebastião da Pedreira, na Freguesia das Avenidas Novas, para as escolas sede dos agrupamentos, respetivamente, para a EB Manuel da Maia, na Freguesia de Campo de Ourique, e a EB Marquesa de Alorna, na Freguesia de Campolide, ou seja, afastando-os dos seus núcleos de apoio familiar. -----

----- Entretanto, as antigas escolas poderão ser reconstruídas de raiz, não estando garantido o regresso da comunidade escolar às escolas de origem. -----

----- Informou a Câmara que os alunos serão deslocados durante as férias da Páscoa, a fim de iniciarem o 3º período escolar já nas outras escolas, devendo ser garantidas as condições necessárias, assim como o transporte adequado para o efeito, e que tal decisão estava a ser comunicada aos encarregados de educação. -----

----- Porém, alguns progenitores lamentam não terem desde logo sido envolvidos no processo, desconhecem os relatórios da Proteção Civil e do LNEC, defendendo que as crianças fiquem perto da sua zona de residência, em vez de serem levadas para longe e provisoriamente instaladas em contentores com horários de meio-dia (as crianças do 1º e 2º ano das 9h às 13h e as do 3º e 4º ano das 13h às 18h), não tendo sido informados sobre o CAF e as AECs a que os alunos têm direito. Outros não querem ver os filhos com 7 anos no meio de adolescentes com 14 e 15, e às vezes com 17 e 18 anos. Neste contexto, de imediato lançaram um primeiro abaixo-assinado. O segundo estará também a caminho. -----

----- Por isso, e como todos sabemos, deu já entrada na Assembleia Municipal de Lisboa, no passado dia 2 de abril, uma das petições, a nº 6/2019 sobre o encerramento de uma das escolas. A 7ª Comissão até já tem agendado o dia 22 de abril para ouvir o vereador, faltando determinar data para receber os peticionários. -----

----- Subsistem, porém, um conjunto de questões que gostaríamos fossem esclarecidas aos Grupos Municipais, à comunidade escolar e aos encarregados de educação, em particular. -----

----- Genericamente, que problemas especiais não previstos foram detetados em ambas as escolas e que eram desconhecidas no início do ano letivo, de modo a determinarem o seu encerramento a meio do ano? -----

----- Quais as datas de entrega e os conteúdos dos relatórios da Proteção Civil e do LNEC? -----

----- Foram ou não consultados os encarregados de educação de ambas as escolas previamente à tomada de decisão do Município? -----

----- Vão ou não ser devidamente consideradas as suas sugestões com propostas de alternativa à passagem das crianças para as escolas sede dos agrupamentos? -----

----- Mais objetivamente, está ou não transitoriamente previsto o restabelecimento das aulas nas atuais instalações? Se sim, para quando ou será dado outro uso a ambos os edifícios? E se sim, qual? -----

----- E para o caso da EB São Sebastião da Pedreira, considerando que terá ficado deserto o projeto para requalificação desta escola, foi ou não já lançado o novo

procedimento no âmbito do orçamento participativo 2017/2018, com vista à sua recuperação?-----

----- Ficamos todos a aguardar os devidos esclarecimentos. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, Público e Comunicação Social presente. -----

----- Relativamente ao encerramento das Escolas Básicas do 1º Ciclo, São Sebastião da Pedreira e Vale de Alcântara, por razões de segurança não podemos deixar de manifestar desde logo a nossa preocupação. -----

----- E manifestamos a nossa preocupação, porque existe precisamente um vasto conjunto de edifícios escolares em Lisboa, que já aqui foi referido, que carecem de intervenção, intervenção, essa urgente. Falo, por exemplo, também da Escola Leão de Arroios ou de António Arroios, verificando que é comum a todas elas a falta de medidas de autoproteção, acessibilidades, entre outras intervenções ou obras que se perpetuam no tempo fundamentais para o conforto e segurança de alunos, professores e demais funcionários que circulam nesse espaço.-----

----- Verifica-se também em todos estes processos, tal como já foi aqui hoje referido, uma insuficiência da informação. Ora, que informação diverge de tal forma no início do ano escolar para que agora de forma urgente tenha que ser, de facto, transferidos os alunos para uma outra escola e para outros locais, nomeadamente sem as mesmas condições que proporcionem um ensino de qualidade e também o conforto que deve existir num espaço escolar. -----

----- É fundamental, obviamente, dar uma resposta que não prejudique os alunos, os pais e de mais funcionários e educadores, assim como é fundamental termos uma visão global das necessidades em termos de equipamentos escolares para as escolas que sejam seguras e inclusivas, o que não está, de facto, acontecer na nossa cidade. ----

----- Esperamos que deste debate resulte uma intervenção efetiva, nomeadamente uma identificação dos problemas estruturais que continuam ainda a marcar o património escolar, sobretudo quando também em matéria de educação se avizinha a herança e transferência de mais competências para esta autarquia.-----

----- Ora, o acesso a um sistema de ensino de qualidade deve também passar pela qualidade, obviamente, dos meios que são proporcionados aos alunos e as alunas para a sua frequência, e não menos importante é sem dúvida a necessidade de atuar

preventivamente, o que não descuramos, mas, obviamente identificar aquilo que deve ser corrigido e proporcionar então regresso aos alunos a esses mesmos espaços assim que possível e caso, obviamente, não esteja em causa a sua segurança.-----

----- Há, de facto, condições estruturais que marcam as escolas, medidas de autoproteção que continuam a não ser implementadas, falta de acessibilidade, conforto e a necessária adaptação inclusive dos parques escolares.-----

----- Já não falando sequer na questão dos refeitórios e outras necessidades que frequentemente vêm sendo apontadas a necessidade de adaptar as diferentes escolas e os diferentes equipamentos que temos na cidade.-----

----- Importa, sobretudo que deste debate resulte um esclarecimento quanto ao futuro destes alunos e destas escolas e acima de tudo da visão que queremos projetar para o ensino da nossa cidade, pois sendo transferências que vão, passe a redundância, que vão ser transferidas aqui para autarquia importa, de facto, definir qual a visão e qual o plano que se quer atuar a nível dos equipamentos. Reestruturar aquilo que é possível de reestruturar ou então edificar aquilo que de alguma forma não haja lugar que acolha dignamente os alunos e que proporcione acima de tudo acessibilidades.-----

----- Não apenas nesta escola, mas pensando, por exemplo, António Arroios, a própria escola não tem sequer acessibilidade às zonas de desporto. Se queremos, de facto que hoje em dia exista uma prática mais saudável, uma vivência mais saudável também no ensino, se pensarmos que estes estabelecimentos não têm condições de acessibilidade ou os próprios parques escolares não têm sombreamento, há, de facto, aqui um longo caminho a fazermos para corrigirmos aquilo que proporcione um sistema de ensino indigno às nossas crianças e jovens.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor João Carlos Pereira do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- A Câmara decidiu encerrar as escolas primárias de São Sebastião da Pedreira e do Vale de Alcântara visadas neste Debate de Atualidade, foram evocadas razões de segurança, simultaneamente é admitido pelo Vereador Manuel Grilo a existência de problemas já há muito identificados nesta escolas e que existindo uma oportunidade para a transferência integral de todas as crianças, estes irão mudar-se para outras escolas no início do 3º período.-----

----- Assim, todos os 166 alunos das escolas vão ser transferidos para outros estabelecimentos, já no início do 3º período a seguir às férias da Páscoa, não sendo ainda certo se regressam às suas escolas de origem.-----

----- Ora, se por um lado, as invocadas razões de segurança representam em si motivo sólido e primeiro que justificam a bruto o encerramento das escolas, por outro, qual medida não deixa de suscitar interrogações várias, nomeadamente quanto ao real diagnóstico de cada um dos citados estabelecimentos de ensino e sobretudo no que respeita à sua futura reabilitação.-----

----- Também a forma como esta medida foi anunciada nos merece crítica, pois não acautelou a devida envolvência da comunidade escolar e dessa forma gerou e está a gerar desnecessárias ansiedades, que se somam às inevitáveis perturbações, que causam uma alteração desta ordem. De facto, não devemos minorizar tais perturbações desde logo logísticas, são rotinas que se alteram para pais, educandos e alunos, e porque de crianças se trata também devem ser valorizados os fatores que as possam destabilizar emocionalmente, sem dúvida que a tomada de uma medida deste tipo carecia de uma maior sensibilidade e preparação, a menos que de todo tal não seja possível.-----

----- Também é necessário garantir que o agora processo de transferência e adaptação à nova situação se possa fazer da forma mais correta e tranquila, garantindo as melhores condições para todos os alunos, professores e pessoal não docente. É ainda necessário proceder de forma a mitigar os efeitos de perturbação na comunidade escolar que acolhe e recebe no seu seio tantas dezenas novos alunos.-----

----- Não podemos deixar de sublinhar que este é um problema que vai para lá destas duas escolas e que se estende a obras que estão a decorrer ou aguardar que se iniciam, no âmbito, da requalificação das escolas sob a responsabilidade da CML (Câmara Municipal de Lisboa) ou ainda escolas que aguardam pelo lançamento dos procedimentos com vista à recuperação das mesmas.-----

----- O PCP tem vindo alertar para esta questão, escolas em que os prazos previstos não são cumpridos e são largamente ultrapassados, obras paradas com aulas a decorrerem em monoblocos, wc`s provisórios, problemas com a implementação das escolas provisórias, falta de coberturas entre outras carências.-----

----- Como bem sabemos, falta ainda concretizar o plano de medidas de autoproteção para a grande maioria das escolas, contudo o que isto acarreta em matéria de segurança. Tudo isto representa constrangimentos para o bom funcionamento de estabelecimentos de ensino, mais do que seriam previsíveis no decorrer das obras e que carecem de uma resposta urgente e eficiente da CML (Câmara Municipal de Lisboa), de modo a salvaguardar a segurança e o conforto das crianças e de toda a comunidade educativa.-----

----- Voltando ao caso concreto da Escola São Sebastião da Pedreira, os Vereadores do PCP na Câmara, apresentaram um requerimento em que levantam um conjunto de questões, nomeadamente: Qual o conteúdo as datas de entrega dos relatórios da Proteção Civil?-----

----- Que alterações significativas foram detetadas neste momento e que justificam a medida?-----

----- Qual o projeto de requalificação para esta escola?-----

----- Se já foi lançado novo procedimento, no âmbito, do orçamento participativo com vista à recuperação? -----

----- E para quando está previsto, entre outras questões, para quando é que está previsto o restabelecimento das aulas nesta escola? -----

----- Quanto à Escola do Vale de Alcântara, é preciso lembrar que foi lançada uma Petição, que conta já com 264 subscritores, onde é referido que os moradores dos Bairros da Quinta do Loureiro, Ceuta Sul, Cabrinha e adjacentes, assim como os encarregados de educação da escola vêm manifestar profunda preocupação com os desenvolvimentos relacionados com as condições e infraestruturas do equipamento escolar. -----

----- Em primeiro lugar, manifestar o repúdio, pelo facto de durante anos terem procurado alertar as entidades competentes para a degradação da escola e terem sido surpreendidos agora pela notícia de um iminente encerramento das escolas em pleno 3º período do ano letivo. -----

----- É referido ainda nesta Petição, que esta medida foi tomada à margem do conhecimento dos pais, que se referem não terem sido incluídos no processo de decisão, apontando outras alternativas à transferência das crianças para a escola sede do agrupamento. -----

----- O PCP apresentou igual requerimento que aguarda resposta, enfim, enumerando um conjunto de questões, de alguma forma semelhantes à de São Sebastião da Pedreira. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Mafalda Cambeta do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Mafalda Cambeta (PSD),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente de Mesa, Senhores Deputados, Senhor Vereador, Público presente. -----

----- O PSD tem vindo alertar para a necessidade de uma ação mais decisiva por parte da Câmara Municipal de Lisboa, no que diz respeito às medidas de autoproteção das escolas da nossa cidade. -----

----- A realidade é que na sequência dessa mesma intervenção do PSD aqui nesta Assembleia Municipal, começámos por ter o anterior Vereador Robles a comprometer-se numa primeira fase com o lançamento de procedimentos para vinte escolas até setembro de 2018 e numa segunda fase as restantes. -----

----- No entanto, no decurso de uma reunião da 7ª Comissão, já com o atual Vereador da Educação Manuel Grilo, verificámos que ao contrário do que tinha sido compromisso de Robles, apenas duas das noventa escolas tinham as medidas de autoproteção implementadas. Esta situação é grave e denota uma profunda

desorganização dos serviços da Educação, da Câmara Municipal de Lisboa, pondo em perigo crianças e jovens, encarregados de educação e profissionais de Educação. -----

----- Depois de verificada esta grave lacuna os Serviços da Educação da Câmara, lançaram-se numa demanda para procurar implementar as “maps” e reunir informações sobre o atual estado de conservação dos edifícios. Este levantamento identificou enorme número de situações que têm sido retratadas como urgentes nas referidas escolas. Então e o que esperar?-----

----- A verdade é que foram decretadas medidas preventivas de urgência para a Escola Básica de São Sebastião da Pedreira e a Escola JI/EB1 Vale de Alcântara, no pressuposto de apresentarem graves deficiências nas suas estruturas. Graves ao ponto de se decidir a meio do ano pela retirada imediata das referidas escolas. -----

----- Importa aqui esclarecer que o PSD entende que mesmo em dúvida, a segurança das crianças não deve ser menosprezada, isto significa que apesar de poderem não existir dados definitivos, os dados que existem não obrigam a tomar a decisão mais cautelosa. E, por isso confiamos precaução proposta pelo Vereador, porém, também importa de compreender estas alterações, sobretudo por ocorrerem com o ano letivo em curso trazem novos impactos para a vida das famílias das crianças e dos profissionais que lá trabalham. Devemos por isso ser cuidadosos com quem nos merece o maior respeito.-----

----- Assim é fundamental que sejam conhecidos os documentos e pareceres que dão origem a tão urgente perturbação do quotidiano destas famílias. Por tudo isto, apresentamos uma redação alternativa para o Ponto Quinto, uma vez que o tema que aqui debatemos não é relacionado com as medidas de autoproteção, mas sim com as obras, de onde se reputa como mais adequado que sejam acompanhadas pela 3ª e 7ª as Comissões Municipais. Isto, porque o PSD quer saber quais as soluções a curto e médio prazo que o Executivo Municipal tem previsto para estas crianças? -----

----- As suas escolas vão ser desativadas?-----

----- Para onde vão às crianças neste 3º período? -----

----- E quais são as alternativas para uma solução definitiva?” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Costa do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Costa (PS),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Público presente.-----

----- A Junta de Freguesia de Campo de Ourique, assim como outras Juntas de Freguesia, tomou conhecimento de que este relatório estaria a ser elaborado, ainda durante o mandato do anterior Vereador Ricardo Robles, relatório este que se a memória não me falha terá sido encomendado ainda no mandato anterior para o

diagnóstico dos equipamentos de ensino. Esta situação emergente que aqui discutimos hoje tornou-se do nosso conhecimento no mês passado, tendo-nos sido entregue o relatório do LNEC, que faz o diagnóstico do estado do equipamento, no caso da Escola de Vale de Alcântara, na mesma altura em que foi distribuído à Associação de Pais daquele mesmo estabelecimento. -----

----- Deste relatório há duas frases que gostaria de aqui deixar que demonstram a importância desta decisão, “as deformações extensas na estrutura e o conseqüente perigo de queda da parede do pátio”. Isto ainda na fase inicial do relatório, a fase final do relatório versa que, “existe um assentamento de fundações, aparentemente ainda ativo com abertura de fendas em múltiplas paredes e tetos em ambos os pisos”. Ora resulta da análise da Câmara Municipal, da qual não temos motivos para desconfiar, que isto significa uma situação urgente de encerramento daquele equipamento escolar.

----- Face a isto, é necessário encontrar soluções para os problemas aqui identificados até esta tarde pelas várias forças políticas. Desde logo, a questão de uma área dedicada para as crianças mais pequenas, caso tenham que se mudar para uma escola em que a média de idades dos alunos seja uma média mais alta, como é o caso que acontecerá na Escola Manuel da Maia em que ficará, de facto, área dedicada às crianças do ensino do 1º Ciclo. -----

----- Ainda como a passagem das crianças do Jardim-de-infância, não para a Manuel da Maia para onde irão a maior parte dos alunos da escola do Vale de Alcântara, mas para a Escola n.º 6, onde funciona já um Jardim-de-infância estando, portanto, a escola equipada com instalações sanitárias e o mobiliário de refeitório adequada a crianças daquela idade.-----

----- E ainda a questão do transporte, tentando reduzir ao mínimo possível as alterações, às rotinas daquelas famílias que, de facto, como todos sabemos, vivem num contexto social que infelizmente não é semelhante ao contexto médio da cidade, portanto, o transporte assegurará segundo o compromisso que foi assumido pela Câmara Municipal de Lisboa com a Junta de Freguesia, os vários horários de entrada e ainda eventuais desvios aos horários habituais durante este período de transição.-----

----- Em relação ao futuro longínquo, à solução definitiva deste problema que, de facto, é também para nós uma preocupação. Temos dois compromissos da Câmara Municipal, um compromisso mais antigo, de que durante este quadriénio como consta do relatório do plano de atividades da Gebalis haverá um grande projeto de requalificação do Bairro da Quinta do Loureiro, e ainda aqui já por parte do Senhor Vereador da Educação e dos vários serviços com quem já temos tido a oportunidade de reunir, de que caso seja possível resolver o problema estrutural que afeta aquele terreno, aquela escola será reconstruída ali e que, portanto, o Vale de Alcântara e a Quinta do Loureiro manterão o seu equipamento escolar.-----

----- Aproveitemos este Debate que nos parece, de facto, muito importante que aqui seja realizado e para que não restem dúvidas a ninguém e para todas as forças políticas aqui presentes saiam daqui hoje com a missão de pacificar este processo, junto de quem, de facto, merece os alunos, dos encarregados de educação e o corpo docente que, de facto, precisam desta nossa segurança.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Grilo.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, estimado Público aqui presente.-----

----- Não quero fugir a nenhuma das questões colocadas mas elas foram, de facto, muitas e extensas.-----

----- Convém esclarecer que o relatório que foi pedido pelo meu antecessor ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no final do primeiro semestre do ano 2018, visava encontrar uma caracterização sobre vários pontos de vista de todo o edificado das escolas que estão sob a responsabilidade do Município, ou seja, escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância.-----

----- Este relatório devia evidentemente, caracterizar todas estas situações em conjugação, evidentemente com as questões da segurança e eu creio que as questões da segurança estão sempre em primeiro lugar para a Câmara Municipal de Lisboa. E foi em nome destes princípios da segurança e da responsabilidade que quando conhecemos o resultado aos relatórios preliminares em março deste ano, resolvemos encerraram dois equipamentos escolares, atenção que não são duas escolas, as escolas mantêm-se integralmente na sua integralidade com o seu corpo, com o seu corpo discente e com o seu pessoal auxiliar, elas são transferidas para as Sedes de Agrupamentos dos seus agrupamentos e, portanto, não há de forma alguma aqui encerramento de escolas, bem longe disso, e estaremos todos de acordo que as escolas não devem encerrar.-----

----- Agora colocados perante questões de segurança consideradas relevantes pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil que, para isso nos alertou, eu creio que em nome da responsabilidade, em nome da segurança não restava outra atitude correta senão promover o mais rapidamente que nos fosse possível e de forma ordenada e sem criar excessivos alarmismos, transferir as crianças e os trabalhadores daquelas escolas para zonas e para escolas seguras. E para escolas que são Sede do seu Agrupamento, portanto, escolas que a comunidade escolar conhece bem. E para essas escolas considerámos sempre situações de segurança, situações de isolamento relativamente aos jovens do 2º e 3º Ciclo e é isso que está a ser realizado.-----

----- Eu devo dizer que tive uma colaboração extraordinária dos restantes Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, e um envolvimento excepcional dos Senhores Presidentes: da Junta de Freguesia de Campo de Ourique e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, dos Senhores Diretores de Agrupamento, dos Senhores Coordenadores de Estabelecimento e que foi possível dialogar sempre,

através do diálogo encontrar as melhores soluções e as soluções que garantam segurança, naturalmente, mas também conforto e tranquilidade para que estas crianças possam realizar a sua escolaridade. -----

----- São situações diferentes, uma e outra escolas. Em relação à Escola do Vale de Alcântara, como a Senhora Deputada Mafalda Cambeta bem viu, tivemos uma reunião complexa com os pais, mas assumimos, como a Senhora Deputada lá esteve, assim como a Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela a quem agradeço, aliás, a disponibilidade que apresentou de escolas com Jardim-de-infância da sua área de Freguesia, no sentido de se fosse necessário para ali levar as crianças, eu daqui agradeço toda a solidariedade que nessa reunião e posteriormente pelos apresentou. ----

----- Dizia eu, em relação à Escola do Vale de Alcântara, há identificado o problema de segurança e há um problema de segurança iminente que era um pórtico que estará, creio, já a ser demolido, esse pórtico, esse murro extenso estaria em risco de queda iminente e, portanto, já estava isolado e independentemente de tudo o resto será demolido. Em relação a esta mesma escola percebeu-se que havia assentamentos das fundações, mas não assentamentos na vertical e, portanto, haveria deslizamento terrenos e desse ponto de vista a segurança estaria comprometida para aquela escola. --

----- A reunião que fizemos com a população, não posso dizer que foram com os pais, porque aquela escola tem setenta e nove crianças do 1º Ciclo, isto é quatro turmas e mais uma turma de educação pré-escolar e, portanto, a reunião que fizemos foi mais com a comunidade, foi uma reunião muito conturbada em que pretenderam, alguns que eu creio que, aliás, não seriam pais, lançar alguma confusão, enfim, mas creio que todos compreendem no fim...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- Senhor Vereador é só que esgotou o tempo, pedia-lhe que pudesse abreviara e concluir, não sei se entretanto algumas forças políticas quererão ceder tempo ao Senhor Vereador. -----

----- O Bloco cede, mas já não tem muito para ceder. -----

----- Senhor Vereador, muito bem para concluir.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, continuou a sua intervenção:-----

----- “Então eu vou concluir muito muito rapidamente dizendo que, em relação ao Vale de Alcântara das crianças da escola do 1º Ciclo irão para a Escola Manuel da Maia, ficarão em zona dedicada onde não terão contacto com as restantes jovens do 2º e 3º Ciclo, ficarão em duas salas e em dois monoblocos e cada um ficará com uma sala de aulas.-----

----- Em relação às restantes miúdos da Escola de São Sebastião da Pedreira, aí sim irão para duas salas em regime duplo no que o fomos empreender pelo Senhor Delegado Regional da DGESTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) que compreendendo que esta não é uma situação muito favorável, ela pudesse ocorrer até ao final do ano, com o nosso compromisso de depois conseguir o entendimento com a Direção da Escola Marquesa de Alorna, no sentido de no próximo ano letivo, isto é,

em setembro ser possível a disponibilização de mais duas salas e que cada turma tivesse também a sua sala de aulas. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, beneficiou da cedência tempo do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata. -----

----- E vamos passar ao próximo orador. Não temos mais nenhum orador escrito? CDS, Senhor Deputado Diogo Moura, fez agora sinal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, para encerrar o Debate eu penso que foi um Debate muito profícuo, tendo em conta aquilo que foram as intervenções das várias forças políticas e dos Deputados que exercer o mandato como independentes nesta Assembleia, exceto claro, que a intervenção do Bloco de Esquerda, que vêm atacar o partido que propôs este Debate de Atualidade com politiquice. -----

----- Ora, o Deputado do Bloco de Esquerda que fez aqui uma intervenção, fez tudo aquilo que é politiquice, não fez nada mais do que se não politiquice, aliás, arrasou e enlameou este Debate com ataques ideológicos presos sempre ao passado e eu em relação ao passado e em relação ao Bloco, eu não falava muito. Eu aconselhava a não falarem muito e a estarem mais calados sobre o passado mais recente. -----

----- Depois falou sobre a questão da segurança que o Vereador agiu, é normal, foi o que eu acabei de dizer na intervenção inicial que fiz. É expectável que a Câmara e os Vereadores que tem poder Executivo e têm pelouros ajam, é isso que o Senhor Vereador está a fazer e muito bem! O Senhor Vereador está a concordar comigo! -----

----- E, portanto, também dizer, voltar a relevar que as questões de segurança foram logo levantadas no início do mandato, pela Assembleia Municipal através da 7ª e 8ª Comissão de resto, aliás, Comissões a quem nós felicitamos hoje através da Recomendação que acompanha este assunto, tal como acompanharam este assunto até ao momento não fazendo sentido para nós que elas sejam acompanhadas pela 3ª Comissão, mas sim pela 8ª e pela 7ª quando propusemos. -----

----- Depois relativamente às suspeitas, este é o problema do Senhor Deputado do Bloco, é que o Senhor Deputado do Bloco vêm com um texto já escrito e, portanto, estava à espera que nós viéssemos atacar o Senhor Vereador e o que nós viemos pedir foi explicações e esclarecimentos, portanto, tem que vir com menos textos escritos, ouvir as intervenções dos seus colegas da Assembleia Municipal e depois intervir, porque depois com textos escritos cai sempre na sua própria armadilha, portanto, foi uma intervenção olhe! “Poucochinha”! Um bocadinho ao lado! E, portanto, a sua intervenção, sim essa foi uma intervenção ao contrário do Vereador do Bloco de Esquerda, a sua intervenção, sim, foi muito irresponsável e contribuiu zero para esclarecimento desta Assembleia Municipal. -----

----- Depois dizer que, voltar a referir e sublinhar, eu acho que este Debate foi importante, porque temos na Mesa uma Recomendação para votar em que coloca um cronograma e um calendário, que me parece que terá anuência de grande parte desta Assembleia, as explicações do Senhor Vereador que aqui foram dadas e a forma cordata e cooperante como aqui se manifestou junto a esta Assembleia Municipal e, portanto, dizer que quando está em causa o futuro das nossas crianças, temos que fazer todo os esforços em conjunto e sem politiquices e fazermos este esforço conjunto para que consigamos ter a melhor solução.”-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar às votações relativas a este Ponto da nossa Ordem de Trabalhos, nós temos a Recomendação 065/04 apresentada pelo CDS/PP, tem uma alteração no Ponto 1, acrescer uma palavra onde se lê “*O relatório de avaliação do estado de conservação*” deve ler-se “*O relatório final de avaliação do estado de conservação*”, e temos uma Proposta de Alteração do Ponto 5 da Recomendação apresentada pelo PSD e já ficou expresso nas intervenções das diferentes forças políticas, no caso da CDS é mandar as 7ª e 8ª Comissões Permanentes e depois no caso do PS das 3ª e 7ª Comissões. -----

----- Temos um pedido de votação por pontos. Quais são os pontos?-----

----- Microfone à bancada dos Deputados Municipais que exercem mandato como Independentes, é a Senhora Deputada Ana Gaspar. -----

----- Senhora Deputada, quais são os Pontos que querem votar em separado? -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queremos votar em separado Senhor Presidente, o Ponto 1, 2 e 3. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro do Partido Comunista Português, também.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era pedir Senhor Presidente para votar em alternativa ao Ponto 5, também, a Proposta que é feita pelo PSD.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem então, até mais prático, nós irmos voltando os diferentes Pontos. Agradecia só que as Senhoras e os Senhores Deputados se sentassem para procedermos às votações.” -----

----- **Recomendação nº 065/04 – (apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP)**
– **“Pela estabilidade, segurança e bem-estar dos alunos das Escolas Básicas de São Sebastião da Pedreira e Vale de Alcântara”**.-----

----- O **Ponto 1** da **Recomendação nº 065/04** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- O **Ponto 2** da **Recomendação nº 065/04** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, com a abstenção de 6 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 3 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- O **Ponto 3** da **Recomendação nº 065/04** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, com a abstenção de 6 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 3 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- O **Ponto 4** da **Recomendação nº 065/04** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos votar em alternativa as Propostas apresentadas relativas ao Ponto 5 e ao mandar as Comissões para prosseguirem este assunto.-----

----- A Proposta do CDS-PP é para mandar as 7ª e 8ª Comissões Permanentes e a Proposta do PSD é para mandar as 3ª e 7ª Comissões Permanentes.-----

----- Portanto, Senhoras e Senhores Deputados vou pedir para quem vota na Proposta do CDS-PP, quem vota na Proposta do PSD, eventualmente, depois quem se abstêm. --

----- Mas o que era útil era que os proponentes se entendessem, em razão do espírito que até tem tido defendido na Conferência de Representantes, que esta matéria fosse tratada apenas e só por uma Comissão.-----

----- Porque, eu lembro-me que os Senhores Representantes foram muito veementes quer com a Arquiteta Helena Roseta, quer comigo. Temos seguido a tramitação da Conferência de Representantes que as Propostas baixem só a uma Comissão e só muito excepcionalmente a duas.-----

----- Portanto, se os proponentes se pudessem entender para baixar à 7ª Comissão, acho que resolvíamos o problema.-----

----- Senhor Deputados Diogo Moura? Senhor Deputados Luís Newton?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, nós concertamos sempre como é nossa prática, quando somos consultados para concertações, quando não somos não o pudemos fazer, mas dizer Senhor Presidente que nós alteramos a redação da nossa Proposta, enviando e mandatando apenas a 7ª Comissão, e sempre que seja necessário ouvir a 3ª ou a 8ª Comissão assim se fará, mas então alteramos esse sentido para que seja apenas a 7ª Comissão.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton, também concorda? Então muito bem! Então, vamos votar o Ponto 5, com a redação “*de mandar a 7ª Comissão Permanente a receber o Vereador Manuel Grilo e o responsável pelo relatório do LNEC para apresentação e análise do mesmo e outras diligências, das quais deverá ser elaborado o relatório*”. -----

----- O **Ponto 5 (Nova redação)** da **Recomendação nº 064/04** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Ricardo de Sant`Ana Godinho Moreira (BE) não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal) -----

----- **Proposta de Alteração do Ponto 5 de Recomendação nº 065/04 – (apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP) – “Pela estabilidade, segurança e bem-estar dos alunos das Escolas Básicas de São Sebastião da Pedreira e Vale de Alcântara”.** -----

----- (Proposta retirada em resultado do consenso do Plenário relativamente à alteração da redação do Ponto 5 da parte deliberativa da Recomendação n.º 065/04 (CDS-PP) e em consequência da sua aprovação) -----

----- **4. “COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO”; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar início ao Ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos, “Comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio”, temos vários documentos que foram apresentados e, portanto, vamos dar a palavra aos oradores que se inscreveram, já solicitando àqueles que ainda não fizeram e que quiseram usar da palavra, para fazerem chegar o pedido à Mesa.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Nabais, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Nabais (IND),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados, Público que participa.-----

----- Venho aqui fazer a defesa da declaração apresentada pelos Deputados Independentes relativos ao 25 de Abril e o 1º de Maio.-----

----- Todas as declarações que foram propostas parecem-nos interessantes, nos parece a nós Deputados Independentes, todas referem a importância do 25 de Abril e do 1º de Maio e da necessidade de aprofundar aquilo que se instaurou há 45 anos.-----

----- Mas nós gostaríamos de sublinhar dois pontos nestas declarações sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio:-----

----- Primeiro ponto tem que ver com algo que a ONU (Organização da Nações Unidas) declarou em 2010, no dia 24 de março de 2010, quando decidiu considerar dia 24 de março para sempre como o Dia Internacional do Direito à Verdade. Isto tem que ver com o facto de em muitos regimes, sobretudo na América Latina onde se deram golpes militares que produziram regimes torcionários, esses militares acabaram por ser amnistiados pelos parlamentos e, portanto, já estão aquém de qualquer julgamento penal.-----

----- No entanto, ONU considera que mesmo amnistiados, as vítimas desses golpes militares, dos desaparecimentos das estruturas têm direito à verdade, mesmo que essa verdade não tenham “contra ponto penal”, isso é uma nova figura jurídica, a figura do direito à verdade foi proclamada pela ONU.-----

----- Nós achamos que o 25 de Abril pertence a esses acontecimentos, que têm que ser considerados como património de uma certa verdade da humanidade. Neste momento, em que o Bolsonaro procura mostrar que o “Golpe dos Coronéis” em 1974 foi um golpe militar democrático, é fundamental e é esse aspeto que está sublinhado na nossa declaração, reconhecer que o 25 de Abril foi um pronunciamento militar, chamemos-lhe um golpe militar, com uma franquíssima e expressíssima adesão popular a um conjunto de programas de democratização do regime.-----

----- Portanto, nós sublinhamos isso, reconhecer que o 25 de Abril foi um pronunciamento militar, foi o único pronunciamento na história dos golpes de Estado que teve um programa democrático, portanto, é necessário reconhecer esse aspeto como um património fundamental da história de Portugal e também da história da humanidade.-----

----- Segundo aspeto que gostávamos de destacar destas declarações sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio. É que está na altura, passados 45 anos, está na altura de reconhecer que Lisboa ganha em se afirmar como o cenário de esse acontecimento estranhíssimo e fundador que foi o 25 de Abril. Assim como nós gostamos de associar Lisboa ao Fernando Pessoa e associamos Praga ao Kafka, Dublin a James Joyce, está na altura de associar Lisboa a cenas que são exemplares de chaimites na rua, cravos nos canos das espingardas e Lisboa e a sua Assembleia Municipal, deviam fazer um esforço para inscrever esse acontecimento do 25 de Abril e algumas imagens que têm uma poesia rara nos golpes militares, associar Lisboa e esse acontecimento.-----

----- E celebrar 25 de Abril e celebrar o 1º de Maio que se seguiu a esse 25 de Abril é também fazer de Lisboa um caso exemplar de um acontecimento inaugural na história da democracia do século XX, é isso que nós queremos defender.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, obrigado pelas ideias e sugestões, também.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente.-----
----- *“Esta é a madrugada que eu esperava* -----
----- *O dia inicial inteiro e limpo* -----
----- *Onde emergimos da noite e do silêncio*-----
----- *E livres habitamos a substância do tempo”*-----
----- Passam 45 anos da Revolução de 25 de Abril, passam 45 anos que vivemos em democracia, 45 anos que emergimos da noite e do silêncio do fascismo e que abrimos os olhos às promessas do novo dia com quem vê a madrugada, a promessa de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.-----
----- Criámos como quem abra os olhos e constrói a madrugada o Estado Social, massificamos e democratizámos a escola pública que arrancou Portugal do atraso de décadas. -----
----- Em 1970, um em cada quatro portugueses e portuguesas não sabia ler nem escrever, criámos o Serviço Nacional de Saúde, garantindo segurança a quem perdeu a saúde, e vencemos a mortalidade infantil que dizimava o futuro do país. Construímos juntos num processo contínuo para novos e velhos a Segurança Social, baseados numa das ideias mais radicais que podíamos ter, a de que cada um de nós é responsável por todos nós, que somos uma comunidade que cuida de cada um e de cada uma de nós e que não deixamos ninguém para trás.-----
----- Quando o liberalismo e o individualismo parecem mais do que uma ideologia, parecem mesmo uma mesma fé, permitam reafirmar a ideia mais radical de todas: “todos e todas nós cuidamos de todas e de todos nós, não deixamos ninguém para trás, ninguém fica para trás”.-----
----- Que caminho fizemos entusiasmados com estes anos de democracia que salto quântico e que entusiasmo devemos sentir quando contamos esta história aos mais novos com quem contou uma aventura a alguém. O meu pai contou-me a com a paixão de quem a viveu e eu conto às minhas filhas com a paixão de quem sabe que está tanto por fazer. E se transportamos as promessas de Abril no peito, temos que saber também onde ainda não conseguimos chegar.-----
----- O direito à habitação e pilar do Estado Social que ficou para trás nestes 45 anos, todos têm o direito de para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto que preservem a intimidade pessoal e a privacidade familiar. *“Incumbe ao Estado executar uma política de habitação”*, diz o Artigo n.º 65 da Constituição que não pode ser letra morta numa Constituição que está bem viva.-----
----- Devemos fazer a crítica sem fatalidades, se construímos tanto, conseguiremos construir muito, muito, mais, foi isso que Abril nos ensinou, e é por isso que precisamos de nos bater por uma solução real para os problemas do país, tal como fizemos no Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Precisamos hoje de responder a quem não tem casa ou a quem vive em habitações sem condições dignas, para cumprir esse pilar da Constituição precisamos hoje do Serviço Nacional de Habitação. Em Portugal onde há tanta gente sem casa apenas 2% da habitação é pública, alguém admitiria que o Estado tivesse apenas 2% das escolas do país? Ou apenas 2% dos hospitais e dos cuidados de saúde? Ou apenas 2% dos reformados tivessem direito a uma pensão digna da Segurança Social? Claro que não! Isso seria um delírio liberal da Escola de Chicago, infelizmente só aplicado em países como o Chile. -----

----- E acontece que em Portugal a habitação é precisamente um pesadelo liberal, milhares de agentes atomizados a tomar decisões sem qualquer regulação do mercado, resultado, a crise na habitação é mais grave que temos hoje no país e o Estado não tem ferramentas para a enfrentar, repito o pesadelo liberal que vivemos na habitação, não é uma fatalidade e se Abril nos ensinou alguma coisa, é que a melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo. -----

----- Quem vive em Lisboa? Os mais velhos que estão a ser expulsos da cidade pela “Lei Cristas”, os mais novos que não encontram casa para estudar ou para construir as suas vidas, precisam de saber se vamos ou não resolver a crise da habitação. Isso significa que na Assembleia da República se acaba com os Vistos *Gold* que promovem à especulação e à corrupção, e em nada ajudam ao emprego. Precisamos de alterar a lei das rendas de “Assunção Cristas” e, para isso, precisamos que o PS escolha entender-se à esquerda. Só resulta recusando as propostas liberais que deram origem a “Lei Cristas”, é que podemos dar segurança a quem vive com medo do senhorio lhe alterar o contrato. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem feito esse esforço e eu quero saudar o esforço que tem sido feito na área da Habitação e que se explica com números simples. Se o Governo dedicou 40 milhões para resolver os problemas da habitação nas políticas de habitação em todo o país, a Câmara Municipal de Lisboa têm 188 milhões de euros para resolver os problemas em Lisboa, é um investimento brutal, aqui está a Câmara Municipal de Lisboa para fazer face a esse problema. -----

----- Ainda assim, que ninguém perceberia se chegássemos ao fim deste mandato com poucas casas de habitação pública para as classes médias, para regular o mercado ou se não atuassem nos factos de o alojamento local estar a desmantelar socialmente partes da nossa cidade, o direito à habitação foi a peça escondida ou esquecida do Estado Social Português e temos de arrear caminho. -----

----- Durante 45 anos foi “*paz, pão, saúde, educação*”. Este Abril acho que podemos pôr a habitação da canção, a paz, o pão, a habitação, saúde e educação. -----

----- Viva o 25 de Abril e viva o 1º de Maio! -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar ao próximo orador” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Nesta sessão, comemoramos o 45º aniversário do 25 de Abril e “Os Verdes” saúdam e fazem uma justa homenagem aos militares de Abril e ao povo que lutou e que luta para que Abril se cumpra. -----

----- O 25 de Abril é um dia de festa e de alegria, mas é também, e sobretudo, de resistência e de luta. É uma lição que deve ser transmitida a todos os que eram muito jovens ou nem se quer tinham nascido. É preciso mostrar que a defesa do 25 de Abril é indissociável da luta por uma vida melhor, numa sociedade mais justa. -----

----- A Revolução do 25 de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura, à opressão, à miséria e deu cor aos dias sombrios, em que a liberdade era uma palavra proibida. Trouxe-nos a democracia, a esperança, as preocupações com a justiça social, com o combate à pobreza, com a necessidade de preservar os recursos ambientais e também a paz, pondo fim a treze anos de guerras coloniais contra povos que, também eles, lutavam pela sua liberdade e independência. -----

----- Muitos portugueses não sabiam ler nem escrever, a taxa de mortalidade era altíssima, muitas casas não tinham água canalizada, esgotos ou eletricidade, e as mulheres não tinham voz nem direitos. -----

----- O fim da ditadura não caiu do céu. Foi o resultado de décadas de resistência e luta do povo, que com os capitães de Abril, abriu o caminho que levou ao 25 de Abril.

----- Um povo que não aceitou mais inevitabilidades, não baixou os braços e gritou “basta” a um país silenciado e amedrontado durante meio século, alcançando conquistas políticas, económicas, sociais, ambientais e culturais sem paralelo na nossa história. -----

----- Este processo revolucionário abriu portas a avanços que acabaram plasmados na Constituição da República Portuguesa, uma das maiores heranças recebidas da revolução e um dos textos constitucionais mais progressistas do mundo, apesar dos sucessivos ataques. -----

----- Também o Poder Local, um pilar estruturante da democracia, foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril. -----

----- Hoje é dia de relembrar que não podemos permitir que nos retirem os direitos árdua e justamente conquistados: o direito à saúde, à educação, à cidadania, ao ambiente, à justiça, à habitação condigna, ao emprego e à indignação. -----

----- Ao longo destes 45 anos houve recuos e a destruição de algumas destas conquistas. -----

----- Com o Governo PSD/CDS, Abril ficou mais longe e vivemos quatro anos num verdadeiro sufoco, em que estes partidos saquearam tudo o que puderam. Mas o povo soube responder, porque se a direita continuasse no governo, estaríamos agora a

discutir não os avanços, mas os cortes, o desemprego, a privatização da água e dos transportes-----

----- A derrota do anterior governo e a atual correlação de forças no parlamento permitiu repor direitos roubados e novos avanços e provou que era possível, algo que hoje ninguém nega. -----

----- Temos um exemplo recente: a redução do preço dos passes, que veio dar corpo às reivindicações das populações. Também o direito à mobilidade e a criação do Passe Social Intermodal foi impulsionada pela Revolução de Abril. -----

----- Algo que seria impossível se PSD e CDS continuassem no governo, e se o PS não fosse puxado para a esquerda por outras forças políticas, nomeadamente por “Os Verdes”. -----

----- Mas é preciso ir mais longe, porque o atual governo não rompeu com os interesses do grande capital e as imposições da União Europeia. Não pode ser o défice a comandar a nossa vida. Falta a regionalização, falta cumprir a Lei das Finanças Locais, tratar o ambiente como um direito e não como um negócio, e falta respeitar a vontade das populações e repor as freguesias que foram extintas contra a sua vontade. Falta cumprir o direito à habitação, problema que afeta muitas pessoas em Lisboa. -----

----- É preciso chamar o PS mais à esquerda porque cada vez que se entende com a direita é o povo e o país que ficam a perder, tal como se está a ver com a transferência de competências, que a Câmara Municipal de Lisboa se apressou a receber, enquanto muitas autarquias estão a rejeitar, e bem. -----

----- Há, ainda, portanto, um longo caminho a percorrer e há condições para nos aproximarmos ainda mais de Abril e é por aí que temos de avançar, sem desvios. -----

----- Saudamos também o 1º de Maio, que depois do 25 de Abril de 1974, pôde voltar a ser comemorado livremente. -----

----- Um dia que junta milhares de trabalhadores, mas não só. Todos, trabalhadores, reformados, desempregados, unem-se para dar voz a reivindicações justas e para construir um futuro melhor. -----

----- Celebrar o 1º de Maio é recordar a luta dos operários de Chicago, que em 1886 fizeram uma greve geral exigindo jornadas de oito horas de trabalho, de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e das suas organizações representativas, pelo direito ao trabalho, por um trabalho com direitos, contra a precariedade e a exploração. -----

----- Foi através da luta que se alcançaram muitas conquistas, ainda insuficientes. Continua a ser fundamental valorizar o trabalho e os trabalhadores, aumentar salários, descongelar carreiras, combater o desemprego e a precariedade e efetivar a contratação coletiva. -----

----- Depois de anos de ataques brutais aos trabalhadores por parte da *troika* e do anterior Governo, hoje o tempo é de repor e de aprofundar direitos. -----

----- Por isso mesmo, é preciso combater a proposta de revisão do Código do Trabalho que resultou de um acordo com as confederações patronais e a UGT, e que foi aprovada no parlamento, na generalidade, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD, CDS e PAN. Ainda vamos a tempo de retirar desta proposta as

normas que prejudicam os trabalhadores e agravam a precariedade. O tempo tem de ser de avanços e não de recuos. -----

----- E isto só se consegue com a afirmação dos valores de Abril e da Constituição da República Portuguesa, que é bem clara quando consagra que “Todos têm direito ao trabalho”.-----

----- Comemorar o 25 de Abril e o 1º de Maio é intensificar a luta pelo desenvolvimento ambiental, social e económico. É fazer uma justa homenagem a todos os que lutaram e lutam por um país melhor, mais justo, mais desenvolvido e mais sustentável. -----

----- Não há inevitabilidades, há alternativas, e um povo que acredita e luta por um mundo melhor, tem força para avançar. Como disse Ary dos Santos “só nos faltava agora que este Abril não se cumprisse”.-----

----- Da parte de “Os Verdes”, cá estaremos, junto das populações, para Abril ser também a revolução do presente e do futuro.-----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva o 1º de Maio!-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, para muitas cidadãs e cidadãos que não viveram a ditadura o 25 de Abril é apenas uma data cada vez mais longínqua. Por quê celebrar o 25 de Abril se a democracia deixou tantas promessas por cumprir?-----

----- Neste momento por todo o mundo, especialmente na Europa, as sombras do fascismo, do racismo, da intolerância e do nacionalismo erguem novamente a cabeça, devemos mais do que nunca recordar os 48 anos de escuridão que Portugal viveu e os séculos de opressão a que sujeitamos outros povos. -----

----- Celebramos o 25 de Abril como dia da conquista da liberdade e da democracia. Cumpre-nos enquanto representantes eleitos do povo trabalhar diariamente da esquerda à direita para manter vivo o espírito do 25 de Abril e nesse trabalho, não podemos esquecer que não existe democracia nem liberdade sem igualdade e que não existe igualdade sem justiça social. -----

----- Na Europa, em Portugal no mundo, lutar por mais justiça social é lutar pelas promessas de Abril.-----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leito do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Cidadãs e Cidadãos.-----

----- Cumpre-nos hoje saudar por antecipação o aniversário do 25 de Abril e o 1º de Maio, como escreveu Sophia de Mello, Breyner Andresen referindo-se ao 25 de Abril:

----- *“Esta é a madrugada que eu esperava* -----

----- *O dia inicial inteiro e limpo* -----

----- *Onde emergimos da noite e do silêncio*-----

----- *E livres habitamos a substância do tempo”*-----

----- O Senhor Deputado Ricardo Moreira já aqui teve o cuidado de citar este poema, eu congratulo-me com isso, a Sophia de Mello Breyner era de facto, uma das grandes poetisas de Língua Portuguesa, mas, além disso, também, não posso deixar de exprimir a nossa gratidão por ter sido uma camarada de luta, que lutando sempre ao lado do Partido Socialista e, portanto, não posso deixar de evocar também nessa qualidade. -----

----- Celebraremos o 25 de Abril e o 1º de Maio de 2019 com serenidade, determinação e esperança, porque temos razões para o fazer. Depois das últimas eleições legislativas, graças a um Governo do Partido Socialista tornado viável pela solução política encontrada com os outros partidos de esquerda: o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda, o Partido Ecologista “Os Verdes”, foi possível retomar a viragem iniciada com o 25 de Abril e verificaram-se avanços sociais inegáveis que têm de ser sublinhados, quer no que se refere aos aumentos verificados no salário mínimo, no aumento geral no rendimento dos trabalhadores e dos reformados, o aumento dos rendimentos por via da redução do IRS decorrendo do alargamento do número de escalões e da redução das taxas, a majoração dos abonos de família, a redução do desemprego e o aumento do emprego, o combate à precariedade e o aumento do crescimento económico. -----

----- Sem pretender ser exaustivo, não podemos ignorar a nível desta Assembleia Municipal, o reforço das competências e dos recursos financeiros das Juntas de Freguesia que nos permitem desenvolver de forma crescente uma democracia de proximidade, a eliminação das restrições à contratação dos trabalhadores, bem como, a reversão da privatização da Carris e do Metro, sem as quais não seria possível concretizar uma nova política de mobilidade não apenas a nível de Lisboa, mas também, a nível da Área Metropolitana de Lisboa uma transformação social do maior alcance. -----

----- Naturalmente que há muito por fazer e para fazermos. Queremos uma sociedade mais igual, quer a nível social quer ao nível do género, queremos assegurar a todos o direito a uma habitação condigna, é uma área em que reconhecemos o empenhamento

de todos: do Presidente da Câmara Fernando Medina, dos seus Vereadores, das Juntas de Freguesia em conjugar diversas políticas com esse objetivo.-----

----- Uma nova geração de políticas de habitação pública, que envolve centenas de fogos como casas com aproveitamento de águas, chuvas, painéis solar e construção modelar, do bairro da Boavista, no bairro Padre Cruz, na Cruz Vermelha. -----

----- O programa de renda acessível que foram já adjudicados as obras no primeiro de nove prédios, ao abrigo de protocolo celebrado com a Segurança Social. -----

----- O regulamento que limitará alojamento local, a continuação do programa habitar o centro histórico. -----

----- Queremos também uma Lisboa mais verde com níveis mais elevados de higiene urbana, foram feitos investimentos e tomadas decisões que responderão crescentemente às aspirações dos cidadãos nesta matéria.-----

----- Somos uma sociedade mais paritária a todos os níveis, queremos uma igualdade salarial efetiva entre homens e mulheres, é um campo em que há muito para fazer. -----

----- Se temos motivos como socialistas para celebrar com serenidade o 25 de Abril e o 1º de Maio, com a consciência tranquila pela forma como temos procurado merecer a confiança em nós depositada, não ignoramos a existência de forças e campanhas quer a nível nacional, quer a nível da União Europeia que divulgou notícias falsas, imputadas ou deformadas que visam ocultar todos os avanços verificados. -----

----- Se é verdade que numa Europa o populismo tem feito estragos, somos olhados por alguns com esperança, como foi afirmado recentemente pelo filósofo Bernard Henri-Lévy, Portugal é o exemplo do que corre bem na Europa, e perante as ameaças dos populismos e dos nacionalismos dos outros países deviam olhar para a solução portuguesa, o lado luminoso da Europa, uma Europa feliz. -----

----- E, de facto, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs, temos coletivamente motivos para lhe dar razão, somos uma democracia que vive com a vivacidade, mas em paz o confronto dos nossos diferentes projetos políticos em que todas as forças politicamente representativas não se identificam com os problemas populistas e fascistas que ameaçam a democracia de outros países europeus.-----

----- É por isso, que hoje não homenageamos apenas os Capitães de Abril, homenageamos todos os cidadãos que se debateram pelos direitos humanos e pela democracia antes do 25 de Abril, nomeadamente os trabalhadores e os sindicalistas que lutaram pelos direitos dos trabalhadores, os estudantes que se debateram pela democracia nas escolas como aconteceu, nomeadamente em 1962 em Lisboa, e em Coimbra em 17 Abril de 1969 que amanhã se comemora. -----

----- Homenageamos, também, os cidadãos que se debateram pela consolidação do Estado de Direito Democráticos depois do 25 de Abril, os que continuam a recusar os populismos, o racismo e a xenofobia, celebramos o 25 de Abril também com determinação e com a esperança. -----

----- Sabemos como afirmou Sheri Berman numa conferência em Lisboa sobre a esquerda contra populismo na Europa, como frágil é a democracia. Populismo é uma tremenda simplificação de equações muito complexas, que é fácil vender soluções falsas e simplistas, mas sabemos que a nossa determinação em continuar a lutar por

uma sociedade mais justa, mais igual, mais democrática e mais desenvolvida é irreversível. -----

---- Temos razão para encarar o futuro com esperança e confiança, porque somos muitos, muitos mil das mais diversas origens e gerações que saberão continuar Abril.--

---- Disse!” -----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

---- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

---- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.”-----

---- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Uma vez mais boa tarde a todos e a todas.-----

---- Há 45 anos deu-se um dos grandes momentos históricos do nosso País, a Revolução do 25 de Abril, que antecipadamente invocamos hoje aqui nesta cerimónia.

---- José Jorge Letria descreveu-o assim: “*Todos os anos têm um mês de Abril e todos os meses de Abril têm o dia 25. Porém, o dia 25 de Abril de 1974 foi um dia especial para os portugueses. Porquê? Porque o país e os seus habitantes voltaram a viver em liberdade, depois de quase 50 anos de tristeza e de silêncio.*”-----

---- Às vezes, algumas pessoas esquecem-se do que era o antes dessa data e levianamente chamam assim o populismo. -----

---- Mas quando queremos explicar, por exemplo, a uma criança o que é a data e as diferenças entre esse antes e o depois, não é fácil explicar que Portugal era um país marcado por extremos, ainda com mais pobreza, com muito analfabetismo, onde só havia um partido político, que não podíamos dizer o que queríamos e que todos os rapazes iam quatro anos para a tropa porque havia uma guerra a Guerra Colonial, por isso em quase todas as famílias haviam pessoas que tinham morrido nessa guerra, quer concordassem ou não com ela. Mas, um dia, ao som de música, deu-se o 25 de Abril de 1974, quando tanques da tropa e pessoas se juntaram para, com poucos tiros e nenhuma morte, exigirem a mudança e a liberdade.-----

---- Quando tentamos explicar, a História, com H grande, embora seja uma versão simplificada que deixa de parte, outras partes da história, como a descolonização ou o conturbado período pós 25 de abril, relembramos a necessidade de preservar o que a Revolução dos Cravos nos trouxe. -----

---- Como a Constituição, aprovada 2 anos depois, em abril de 1976, que afirma que a República Portuguesa é “baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”, e que é um Estado de direito democrático baseado “no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”-----

----- Relembramos ainda, a celebração nesse ano do dia do Trabalhador, a 1 de maio: entusiasticamente comemorado por todo o país. -----

----- Em Lisboa, 23 sindicatos organizaram uma manifestação que terá reunido cerca de um milhão de pessoas de todo o país. Ouviam-se frases como “A poesia está na rua!” e desconhecidos abraçavam-se com esperança. -----

----- Um ano depois, a 25 de abril de 1975, os portugueses votaram pela primeira vez com diversidade de partidos, e todas as pessoas, homens e mulheres maiores de 18 anos, puderam votar, sem a sombra da polícia política. -----

----- Porém, apesar de tudo isto, não podemos deixar de referir, tal como fizemos aquando da comemoração do septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais estão precisamente plasmados na nossa Constituição, que o Mundo continua com guerras e Portugal não se pode alienar delas; as discórdias na Europa são uma das notícias da ordem do dia e os direitos consagrados quer na Declaração Universal quer na nossa Constituição embora redigidos continuam por cumprir para muitas e muitas pessoas, de todas as idades, independentemente da sua origem étnica, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação que marque as suas vidas. -----

----- Por isso, o 25 de Abril e o 1º de Maio não podem ser datas meramente evocativas, mas antes: -----

----- - Um importante momento para renovarmos o compromisso dos direitos conquistados então e até hoje; -----

----- - Um momento essencial para refletirmos sobre aquilo que nos comprometemos alcançar e ainda não conseguimos para todas as pessoas como o direito à integridade, o direito à liberdade, o direito ao trabalho, o direito à igualdade, o direito à saúde, à habitação, à educação, entre outros; -----

----- - E também um momento para olharmos os novos desafios que enfrentamos enquanto sociedade que vive num planeta com recursos finitos e que por isso terá que, com rapidez, repensar os direitos desse planeta e de todos os que nele habitam, incluindo pessoas, animais e natureza, se não quiser colocar em risco a sobrevivência da própria vida na Terra. -----

----- Este momento é também o adequado para apelar à participação na vida pública e política e ir ao encontro das pessoas e demonstrar que somos dignos e dignas da confiança que nos é depositada a cada mandato. -----

----- Assim, hoje trazemos aqui uma Proposta de Deliberação na qual propomos a realização de sessões da Assembleia Municipal descentralizadas. -----

----- Acreditamos que este será um processo enriquecedor que irá permitir o aumento da participação cidadã nas tomadas de decisão e paralelamente tornar mais visível o trabalho deste órgão, que tem desempenhado um papel determinante na vida da cidade, embora muitas pessoas não o saibam por ser pouco difundido. -----

----- É importante cumprir o processo de democratização: participarmos nas decisões sobre o nosso bairro, a nossa freguesia, a nossa cidade, o nosso concelho, a nossa área

metropolitana, para enquanto coletivo sentirmos que participamos na definição das medidas que desenham o presente e o futuro da nossa cidade.-----

----- Uma última palavra para relembrar que é essencial todos os dias, e não só em datas comemorativas, desenvolver a consciência do valor dos direitos humanos e do planeta e de todos os seres vivos que nele habitam e a necessidade de os preservar e de lutar por essa preservação, para que nunca permitam que diminua, elimine ou ponha em causa, porque todos estes direitos não estão é garantidos! -----

----- Asseguremos então os valores de Abril, num tempo em que urge mudar o paradigma em que vivemos. Num tempo que queremos que seja de interdependência, de responsabilidade, de boa governança, de empatia não apenas para com os nossos pares, mas também para com os animais seres vivos, de não-violência, de igualdade, de felicidade, de prosperidade e consciência sustentável. Convoquemos através das políticas locais à participação de todos e todas e numa governância mais transparente, igualitária, justa e humanista e também mais ecológica. Com coragem, eduquemos para a Paz, para o respeito, para a revolução climática que é cada vez mais emergente. Sejam cooperantes, honestos, dialogantes e ativos no reforço dos direitos humanos. -

----- Sejam então pois a Liberdade!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Vereadores. Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Em 2019, os trabalhadores e o povo português comemoram o 45º aniversário do 25 de Abril, a Revolução de Abril realização do povo português constitui um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal, culminando uma prolongada e heroica luta o 25 de Abril pôs fim a 48 anos de fascismo, a ditadura que subjugou e oprimiu o povo português, pôs termo a 13 anos de guerras coloniais contra povos que também lutava pela sua liberdade e pela sua independência.-----

----- Com Abril foi derrotado o obscurantismo, a opressão, o esmagamento das liberdades, a limitação dos direitos fundamentais, a marginalização dos trabalhadores da Juventude, das mulheres e do povo, da vida política. O fascismo era miséria, fome, o trabalho infantil, repressão, guerra, ódio, degradantes condições de vida de saúde e da habitação, secretismo cultural, elitismo, analfabetismo, ensino reservado para uns poucos e condicionando para a grande maioria da população, salários de miséria, subordinação dos interesses do país e do povo aos interesses de uma minoria de grandes monopolistas latifundiários, alienação do interesse nacional aos interesses do grande capital e do imperialismo. -----

----- A classe operária, os trabalhadores das massas populares e os militares progressistas os “Capitães de Abril”, unidos da Aliança Povo MFA foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas já alcançadas que foram consagradas na Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de abril 1976. -----

----- Comemorar o 45º aniversário da Revolução de Abril é também comemorar os 45 anos do 1º de Maio em liberdade, Dia Internacional do trabalhador, dia de luta e resistência, emancipação para todos os trabalhadores dos 45 anos da Revolução de Abril, muitos tentam negar, descaracterizar e pôr em causa o verdadeiro significado do que foi Abril e do que representou para o povo português. -----

----- Alguns vão tentar descrever a história, branquear a natureza terrorista da ditadura fascista e silenciar a luta heroica dos trabalhadores e do povo português. Foi a corajosa e persistente luta dos trabalhadores e do povo português e também a firme e decidida ação do PCP que levou ao isolamento político e social do último Governo PSD/CDS, à rejeição da sua política de exploração e de empobrecimento e em outubro de 2015 à sua derrota eleitoral e posterior afastamento do poder. -----

----- Desde 2015, a reposição de direitos liquidados os avanços e conquistas alcançados pela luta dos trabalhadores mostram que o caminho da defesa, reposição e conquista de direitos é indispensável para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo com efeitos positivos na criação de riqueza e na situação do país. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua sessão de 16 de abril de 2019 delibere: -----

----- 1- Saudar o 45º aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio em liberdade e apelar à participação massiva nas iniciativas que se realizarão. -----

----- 2- Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da Saúde da educação, e da escola pública, da reformas e pensões, da Segurança Social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes, direitos consagrados na constituição de Abril. -----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva o 1º de Maio! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, terei de ser rápido para permitir que ainda sobre tempo para o outro Senhor Deputado Municipal que exerce o mandato como independente e tem direito à palavra. -----

----- E para dizer o seguinte: Comemoramos hoje Abril, mas estamos já muito distante do 25 de Abril e de 74, e talvez haja pouca consciência sobre a realidade que se vivia

naquela época e as conquistas que tivemos, e por esse motivo tantos se tem desvalorizado na praça pública as conquistas de Abril e talvez estejamos em momento de regressão e essa é a grande preocupação deste ano.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves, Independente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado, vai beneficiar de tempo do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado ao MPT também.-----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados no próximo dia 25 de Abril farão 45 anos que o país iniciou um processo de transição para a liberdade e para a democracia iniciada em Abril de 74 e confirmada em Novembro de 75 a democracia em Portugal triunfou, mas não podemos nem devemos ficar apenas por evocações de datas, contemplar o passado ou em alguns casos até tentar rescrever a história.-----

----- Tem de se olhar para o país que temos hoje, 45 anos depois e retirar ilações e quando olhamos para o país vemos a instabilidades na educação, onde alunos batem em professores que não tem autoridade e professores batem-se contra um governo que não tem palavra.-----

----- Quando vemos na saúde os dirigentes demitirem-se por falta de condições e os doentes a desesperarem para conseguirem marcações.-----

----- Quando vemos em matéria de segurança, forças policiais sem efetivos, sem meios e sujeitas a campanhas organizadas para as denegrir e desprestigiar.-----

----- Quando vemos na justiça processos que se arrastam há anos e anos, cheios de acidentes processuais e fugas de informação passando a imagem de um sistema incapaz de agir ou de punir.-----

----- Quando vemos na Segurança Social, pessoas em situações de miséria, pois o Estado tão eficaz a cobrar taxas e impostos é incapaz de assegurar reformas e pensões a tempo e horas.-----

----- Quando vemos na sociedade, sucessivas tentativas de condicionar o debate livre e de imposição de agendas morais de alguns, insultando logo aqueles que recusam aceitar novas ditaduras do politicamente correto.-----

----- A terminar Senhor Presidente, Senhores Deputados, a conclusão é só uma, 45 anos depois, o combate pela liberdade e pela democracia tem de continuar em Portugal e o país precisa mudar.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Embora não fosse este o meu propósito, nem do CDS, nem poderia começar esta intervenção sem alegar que sou orgulhosamente militante do CDS-PP, considero-me um homem de direita e estas duas circunstâncias, um binómio da minha intervenção política faz-se em mim com toda a convicção, um herdeiro legítimo do 25 de Abril.----

----- E é com alguma estupefação que eu assinalo o azedume, o preconceito ideológico e até os maus fígados e o fê-lo que foi expelido por alguns interlocutores anteriores, que se movem por convicções políticas literalmente opostas às do CDS-PP e por esse mesmo alvo de crítica, não deixam de ser uma ofensa ao 25 de Abril, numa tentativa de imposição de uma visão unívoca da sociedade que é mais próprio do Estado, do que nos tempos de claridade, de luz e modernidade que o 25 de Abril veio inaugurar. -----

----- O CDS é muito claro quanto ao 25 de Abril, o único estado de alma que temos e de júbilo, de louvor e de congratulação, porque consideramos que o 25 de Abril de 1974 pôs fim ao regime do Estado Novo, derrubou que vigorava desde 1933 e permitiu que se dessem passos decisivos para a construção de um regime democrático pluralista do tipo ocidental, que viria a ser consolidado em 25 de novembro de 1975. --

----- Porque o CDS, nós sabemos distinguir muito bem, embora isto possa causar algum celeuma, entre aqueles que criticavam o Estado autoritário, mas que queriam impor um Estado totalitário, sabemos diferenciar as forças da liberdade das forças que criam a liberdade exclusivamente só para elas, e que aprendemos com a história e com os ensinamentos da democracia, que não há limites para a tolerância, a não ser o momento em que temos que enfrentar a intolerância alheia, como aqui ficou bem patente na discussão sobre o 25 de Abril hoje, com revisionismo histórico e com tentativas de colocar nos arredores do espírito democrático, os partidos considerados centro direita, como o CDS. -----

----- Porque meus amigos, minhas amigas, querer a liberdade é querer ver livres os outros, é permitir que cada um siga as suas convicções, que seja dona do seu projeto viva e não tenha que pedir desculpa por pensar diferente do quadro mental do socialismo. -----

----- E aqui dizer também que, o 25 de Abril 1974 invoca o início da percussão do poder local, do qual todos nós somos os representantes, fiéis depositários através do voto dos nossos concidadãos e que estamos aqui hoje uma vez mais a sindicá-lo e, o

CDS fazendo parte desta Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo e representativo máximos de lisboetas, também, não poderíamos fugir esta ocasião para saudar esta conquista de Abril que para nós tem um significado muito particular. -----

----- Mas também dizer que, a Constituição foi aqui e muito bem sublinhada que é possível pensar fora da “Caixa do Socialismo” e do seu pensamento único e ser se também, amante da liberdade e do 25 de Abril. Porque a Constituição aprovada em 76 dizia no seu Artigo n.º 2, que devíamos abrir caminho para a transição do socialismo, mediante o exercício do poder pelas classes dos trabalhadores, ora, pergunto se gostariam que a constituição de 76, dissesse: devíamos construir uma sociedade com base na democracia cristã, no conservadorismo ou do liberalismo económico. A Constituição não serve para serem depositário de cargas ideológicas, de visões doutrinárias e dogmáticas da sociedade, mas permite-nos a todos nos trâmites da legalidade e do princípio da igualdade podermos construir uma sociedade fiel às nossas próprias ideias. E dizer que embora com valor normativo zero, isto é, nenhum no preâmbulo, não deixamos de ter, que cabe à sociedade abrir caminho para a construção de um mundo socialista. -----

----- Dizer o seguinte, no CDS amamos a liberdade, defendemos uma cultura de liberdade, mas uma liberdade com cultura e negamos obviamente porque também temos essa prerrogativa os pressupostos básicos do socialismo marxista, nós não acreditamos na abolição da propriedade privada e na coletivização dos meios de produção, nós desconfiamos e rejeitamos o determinismo histórico e também, não somos adeptos da ditadura do proletariado e de antecâmara de regimes de partidos únicos, e é por isso, que temos assento em democracia, fazemos ouvir a nossa voz e não nos demitimos dessa circunstância. Porque uma vez mais nós no CDS, nós achamos que a pessoa é o alfa e o ómega de qualquer orientação política e democrática. -----

----- É do Estado que deve humanizar-se e não é o homem que tem que se estadualizar, nós queremos ver o país através do homem e não o homem através do Estado, e essa é uma diferença que marca o carácter identitário do CDS e que o diferencia dos demais, nós acreditamos na pessoa, que ela seja dona dos seus sonhos do seu projeto de vida, que de lute pelas suas ambições e conquiste por si e pelo seu mérito, que exerce as suas escolhas livremente e, por outro lado, não acreditamos num país onde a educação está presa à ideologia nas escolas, onde os portugueses são vítimas de uma escravatura fiscal em que trabalham 163 dias do ano para pagar os seus impostos, num Estado centralista onde a iniciativa privada seja supletiva do Estado, onde existe uma corrupção, onde o politicamente correto seja a nova mordça e a censura por entidades informais e onde as engenharias sociais seja uma constante. -

----- Por essa mesma razão, o CDS propõe este voto saudação autónomo sobre o 25 de Abril, por ocasião desta efeméride possam ser saudados todos aqueles da esquerda à direita que lutar e deram a vida pela liberdade, pela conquista dos portugueses e de uma fação dos partidos da sociedade civil ou militar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
 ----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Todos os 25 de Abril isto acontece! E todos os 25 de Abril, eu sai convencido que se não fosse o 25 de Novembro, para alguma extrema-esquerda em Portugal, pessoas como por exemplo, eu não poderiam nunca estar a servir a comunidade.-----
 ----- “*Quis saber quem sou* -----
 ----- *O que faço aqui*-----
 ----- *Quem o abandonou* -----
 ----- *De quem me esqueci*”-----
 ----- Estas palavras poderiam bem retratar o sentimento de frustração de um povo, perante a expectativa de uma nova esperança de abertura política que a “Primavera Marcelista” parecia querer significar. Porém, a Primavera não se traduziu no esperado verão mas, num ameno e frustrante outono. -----
 ----- A verdade é que a maior ironia que estas palavras que iniciavam música vencedora do décimo segundo festival, RTP (Rádio e Televisão de Portugal) da canção e que representaram Portugal no dia 6 de abril de 1974 no Festival Eurovisão da Canção, são as mesmas palavras que às 22 horas e 55 minutos do dia 24 de abril anunciavam iminente derrota de um sistema político. As dúvidas que a estrofe trazia, seriam agora devidamente esclarecidas já que há dúvida sobre quem eram? A resposta era clara, eram os portugueses que queriam levar Portugal não para o século XX, mas já para o século XXI. -----
 ----- Há dúvida sobre o que ali faziam? A resposta era que ali aguardavam pela indicação que o início desse processo de transformação da sociedade portuguesa ocorresse, porque quem os abandonar tinham sido aqueles que não tinham conseguido concretizar a promessa de uma primavera e o que eles queriam esquecer eram quatro décadas de um Portugal que tinha estagnado. -----
 ----- De facto, a Revolução de 1933 que tinha pretendido substituir uma ditadura, acabaria ela própria por redundar noutra, era isso que urgia corrigir e para consolidar essa vontade à meia-noite e 20 minutos do dia 25 de Abril o país escutou as palavras de ordem de arranque para esse novo período: -----
 ----- “*Grândola Vila Morena*-----
 ----- *Terra da Fraternidade* -----
 ----- *O povo é quem mais ordena* -----
 ----- *Dentro de ti, Ó cidade*” -----
 ----- “*O povo é quem mais ordena*” é a definição perfeita de democracia marcando o início de uma nova primavera, a primavera da democracia.-----

----- A governação dos últimos 40 anos tinha redundado em duas grandes dificuldades para Portugal, por um lado tinha de acompanhar e fazer parte da dinâmica de mudança iniciada no pós-guerra pelas democracias liberais da Europa e da América, pela reconstrução do conceito de democracia que para além das liberdades eleitorais censitário se alargava a consideração pelos direitos humanos, inclusive étnicos e fazer desse projeto maior, significar que não podia ficar isolado e entregue ao seu destino.---

----- Por outro lado em Portugal, milhares de jovens eram enviados para uma guerra que não parecia estar resolvida com as inúmeras vitórias militares portuguesas, mas porque na sua origem estava a incapacidade do Estado Novo em compreender enorme mudança do paradigma secular da geopolítica mundial, o tempo dos impérios iniciado na idade média tinha acabado. -----

----- A Primavera Marcelista deveria ter compreendido também irrefutável Primavera dos Povos e ao invés de a negar, deveria ter contribuído decisivamente para ajudar a construir, aliás, como o próprio Marcelo Caetano reconheceu e alertou. -----

----- Ainda hoje essa não preparação, é particularmente evidente nas dificuldades de desenvolvimento que as nações que emergiram do fim de esse império esgotado demonstram, Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, Timor e São Tomé e Príncipe, passados 45 anos ainda procurou encontrar um rumo da estabilidade, da modernização e da prosperidade, o que a revolução que tanto preconizavam acabou por não lhes trazer, e sobre isso mantemos hoje a mesma responsabilidade há 45 anos, ajudar os nossos povos irmãos. -----

----- Também, é aqui que vamos continuar a cumprir o 25 de Abril, desde a nossa missão na CPLP, redobrando esforços e promovendo aqui e noutras ações bilaterais, a continuidade do empenho da portugalidade e da irmandade dos povos, porque hoje mais do que nunca sabemos que às liberdades ganhas com 25 de Abril, temos de juntar as responsabilidades de todos os dias. Aos direitos conquistados temos de juntar os deveres dessa mesma responsabilidade, a liberdade de uns não pode nunca significar a diminuição da liberdade e dos direitos de outros. Os direitos de uns não se podem nunca sobrepor aos direitos de todos, foi esse o Portugal corporativista que se pretendeu derrubar com 25 de Abril, o direito à saúde e educação são direitos civilizacionais fundamentais e que não podem ser condicionados por outros direitos circunstanciais, isto porque a grande lição que no dia 25 de Abril demos o mundo foi de que era possível mudar, não contra todos mas mudar por todos. -----

----- Por isso, o 25 de Abril não se fez em 1974, o 25 de Abril faz-se ainda hoje e todos os dias, porque a democracia vive-se uma plena comunhão de direitos e deveres dos cidadãos, só assim poderemos acalantar celebrá-la por muitos e longos anos. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar à votação dos dez documentos que deram entrada para este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Vamos começar por votar o Voto 65/02.” -----

----- **Voto n.º 065/02 – (apresentado pelos Deputados Municipais Independentes) – Voto “Vivam o 25 de Abril e o 1º de Maio”**.-----
----- (O Voto n.º 065/02 fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----
----- Os **Pontos 1, 2 e 3 do Voto n.º 065/02** foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----
----- O **Ponto 4 do Voto n.º 065/02** foi **aprovado por maioria**, como o voto contra do PSD, com abstenções do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8IND.-----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/03 – NOVA VERSÃO RETIFICADA - (apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Comunista Português) – Voto “Saudação 45ª Aniversário da Revolução de Abril”**.-----
----- (O Voto n.º 065/03 fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/03** foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND.-----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/04 - (apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP) – Voto de “Saudação 45 anos do 25 de Abril de 1974”**-----
----- (O Voto n.º 065/04 fica anexado a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/04** foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PCP, PEV, BE, e 6 IND, com abstenções do 2 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/05 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) – Voto de “Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio”**-----
----- (O Voto n.º 065/05 fica anexado a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/05** foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, com abstenções do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 8 IND.-----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/06 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) – Voto de “Saudação Comemoração do 25 de Abril e 1º de Maio”**-----
----- (O Voto n.º 065/06 fica anexado a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- O **Voto n.º 065/06** foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. -----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/07 - (apresentado pelo Grupo Municipal do PSD) – Voto “45 anos do 25 de Abril de 1974”**-----
----- (O Voto n.º 065/07 fica anexado a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/07** foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PCP, PEV, 2 IND, com abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/08 - (apresentado pelo Grupo Municipal do PEV) – Voto “Saudação 25 de Abril e 1º de Maio”**-----
----- (O Voto n.º 065/08 fica anexado a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/08** foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, com abstenções do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. -----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Proposta n.º 002/PAN/2019 - (apresentado pelo Grupo Municipal do PAN) – Proposta de Deliberação “por uma maior participação cidadã: Assembleias Municipais Descentralizadas”**-----
----- (A Proposta n.º 002/PAN/2019 fica anexado a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----
----- A **Proposta n.º 002/PAN/2019** foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PSD e PCP, com abstenções do PEV e Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, votos a favor do CDS-PP, BE, PAN, MPT e 8 IND. -----
----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----
----- **Voto n.º 065/10 - (apresentado pelo Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves) – Voto “de Saudação 25 de Abril de 1974 - 45 anos”**-----
----- (O Voto n.º 065/10 fica anexado a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----
----- O **Voto n.º 065/10** foi **rejeitado**, com os votos contra do PS e 3 IND, com abstenções do BE, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. -----
----- (Registando-se empate na presente votação, com 36 votos contra, 36 votos a favor e abstenção do Grupo Municipal do BE (3 votos), o Presidente da Assembleia Municipal em exercício fez uso do voto de qualidade previsto no n.º 1 do art.º 69º do Regimento da Assembleia.)-----
----- **Voto n.º 065/12 - (apresentado pelo Deputado Municipal Rui Costa) – Voto “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio”**-----

----- (O Voto n.º 065/12 fica anexado a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- O **Voto n.º 065/12** foi **aprovado por maioria**, com o voto contra do CDS-PP, com abstenções do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 9 IND. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado José Alberto Franco e penso que o Senhor Deputado Modesto Navarro, também estava a sinalizar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Franco (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- É para anunciar que vamos apresentar uma Declaração de Voto por escrito, relativamente ao nosso sentido de voto no documento apresentado pelo CDS-PP. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- O vamos, é um Grupo de Deputados Municipais que exerce o mandato como Independentes. -----

----- O Partido Comunista Português, também apresentará uma Declaração de Voto em geral. -----

----- O PAN apresentará uma Declaração de Voto Oral. Microfone à Senhora Deputada, Inês Sousa Real. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto oral:** -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- A nossa Declaração de Voto é relativamente aos votos apresentados pelo PCP o Voto n.º 03, o Bloco de Esquerda o Voto n.º 05 e o P S. -----

----- Votámos favoravelmente, porque concordamos com os pontos deliberativos destes votos, no entanto, queremos nos distanciar e não podemos concordar com o espiritual algo propagandista que marque alguns considerandos da exposição de motivos e que achamos que de alguma forma eram desnecessários. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Declaração de voto do Grupo Municipal do PCP* -----

----- *PROPOSTA de Deliberação do PAN apresentada pelo PAN, intitulada, “Por uma maior participação cidadã”: Assembleias Municipais Descentralizadas* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP votou contra a proposta em referência, na 65ª Reunião – Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Lisboa – 2ª Reunião, realizada no dia 16 de Abril de 2019, pelas seguintes razões:* -----

----- Por pôr em causa o trabalho realizado pela Assembleia Municipal de Lisboa no âmbito das suas atribuições e competências e por se tratar claramente de uma proposta que tem a ver com o funcionamento da assembleia, que a ser aceite, para além dos aspetos políticos tem grandes implicações do ponto de vista logístico e de organização, devendo por isso, na opinião do Grupo Municipal do PCP, ser apresentada e tratada em primeiro lugar em sede de Conferência de Representantes dos Grupos Municipais como órgão consultivo do Presidente e da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Por todas estas razões o Grupo Municipal do PCP votou contra. -----
----- Assembleia Municipal de Lisboa, em 17 de Abril de 2019” -----

----- (Os Deputados Municipais Independentes não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **5. APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 15/2018 – PELA INTERRUÇÃO DA OPERAÇÃO INTEGRADA DE ENTRECAMPOS E POR UMA VERDADEIRA DISCUSSÃO PÚBLICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A Petição n.º 20/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente, fica anexado a esta Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 64/08 da 3ª Comissão Permanente, fica anexada a esta Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta de aditamento ao Ponto 1 da Recomendação n.º 64/08 da 3ª Comissão Permanente, fica anexada a esta Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, vamos passar ao Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, apreciação da Petição n.º 15/2018 – “Pela interrupção da operação integrada de Entrecampos e por uma verdadeira discussão pública”. -----

----- Esta Petição tem um Parecer Relatório e uma Recomendação que é 64/08 oriunda da 3ª Comissão Permanente, o autor do Parecer é o Presidente da Comissão, o Deputado Municipal Miguel Gama.-----

----- Dar-vos conta que os peticionários entendem marcar uma posição de não comparecem nesta Sessão e de não intervenção em razão do tempo que esta Petição demorou a tramitar na Assembleia Municipal de Lisboa, nomeadamente na 3ª Comissão, e esta é uma matéria que nós temos procurado dialogar em sede de Conferência de Representantes e com os Presidentes de Comissão e que está também, em apreciação no Grupo de Trabalho do Regimento, ou seja, as Petições não podem e não devem estar tanto tempo nas Comissões à espera de subirem à Plenário porque,

naturalmente, acabam, de facto, por vezes, por defraudar as expectativas dos peticionários. -----

----- Feita esta nota, vamos dar a palavra à 3ª Comissão, Senhor Deputado Miguel Gama Presidente da 3ª Comissão, para apresentar o Parecer e também a Recomendação de que a 3ª Comissão aqui nos traz a Debate.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Vou informar sobre o que é que trata a Petição, dado que os Peticionários entenderam por bem, não fazer a sua apresentação, trata da “Interrupção da Operação integrada de Entrecampos e por uma verdadeira discussão pública”. Esta Petição deu entrada na Assembleia Municipal a 10 de junho de 2018 e foi subscrita por 265 cidadãos. Ela entrou também na Comissão a 18 de julho e trata do seguinte. Os Senhores Peticionários lançaram-nos aqui alguns temas e solicitavam algumas medidas que entendiam que eram fundamentais, entre as quais: -----

----- - A imediata interrupção dos procedimentos administrativos, que possam estar em curso no seio da Câmara Municipal de Lisboa, referente à denominada Operação Integrada de Entrecampos. -----

----- - A formalização da Operação Integrada de Entrecampos, por uma das formas previstas na legislação aplicável, abertura de um novo período de verdadeira discussão pública e que seja realizada uma consulta a todos os lisboetas atendendo à reconhecida dimensão da operação.-----

----- Nesse sentido, a Comissão efetuou algumas diligências, aquelas que obviamente entendia ser as mais importantes, desde logo a audição na 3ª Comissão dos subscritores, a qual aconteceu de acordo com a disponibilidade, também, dos subscritores e da Comissão no dia 18 de outubro de 2018. E portanto, nessa audição os peticionários disserem outras coisas, as mais relevantes que essa informação disponível era muito vaga sobre esta operação, que os mecanismos de democracia deveriam ser ampliados para levar a informação junto dos cidadãos, por forma, a que eles, obviamente, pudessem se pronunciar e que havia uma questão que é bastante importante que tinha a ver com aumento significativo do trânsito nesta zona, o que tornará a vivência insuportável.-----

----- A 3ª Comissão, também, fez a diligência junto da Câmara Municipal para obter informações sobre o que a Câmara tinha efetuado ao receber esta Petição. Portanto, esta Petição foi recebida em sede de discussão pública das orientações estratégicas para Operação Integrada de Entrecampos e da unidade de execução de Entrecampos, de acordo com o relatório de ponderação, o teor desta Petição, bem como, a participação dos munícipes promotores da petição, não justificaram a introdução de alterações.-----

----- O período de discussão pública por outro lado foi tornado público, através de aviso em Diário de República, bem como aviso em Boletim Municipal que teve a duração de 20 dias úteis e decorreu entre o dia 28 de maio e 26 de junho de 2018. A discussão pública foi ainda anunciada através de edital afixado nas Juntas de

Freguesia, bem como publicitado em dois jornais da região e, também, no sítio da internet da autarquia. -----

----- Durante o período de discussão pública foram ainda realizadas três apresentações públicas, no dia 24 de maio dirigida a potenciais investidores nos Paços do Concelho, no dia 5 de junho houve uma apresentação à cidade no Teatro Capitólio, bastante participada, no dia 7 de junho no auditório da Assembleia Municipal de Lisboa foi também apresentada esta Operação Integrada, sendo obviamente, possibilitada a intervenção de todas as pessoas que assim quisessem fazer uso da palavra.-----

----- Toda a informação sobre a unidade de excussão esteve também disponível para consulta pública no sítio da Internet do Município e ainda nalguns locais, nomeadamente o Centro de Informação Urbana de Lisboa, o Centro de Documentação na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia de Alvalade, Avenidas Novas e nos serviços de atendimento Municipal da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em conclusão, da análise dos documentos relativos a esta Petição e das audições pode-se concluir que: O exercício de uma cidadania ativa, nomeadamente o direito de petição é uma saudável expressão de vida da cidade, deve ser incentivada e tomada em elevada consideração, no sentido em que deve ser dada voz aos munícipes que permita alertar a Assembleia, bem como a Câmara para situações que as preocupam e colocando em perspetiva a procura de decisões alternativas no que tange às questões apresentadas.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, obedecendo ao princípio da transparência e reconhecendo a mais-valia dos processos participados decidiu promover abertura de um período para discussão pública sobre os objetivos e a estratégia de planeamento que pretendia implementar na zona da cidade, bem como, divulgar as iniciativas. -----

----- Segundo o relatório de ponderação da participação, existiram participações que justificaram a introdução de alterações à proposta de unidade de execução vertidas nos elementos da Operação Integrada de Entrecampos e na Unidade de Execução de Entrecampos. -----

----- Em conclusão e aquilo que vocês já sabem, os terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos foram arrematados em hasta pública em 12 de dezembro de 2018 pelo valor de 238 milhões de euros, mais 85 do que expectativas da Câmara Municipal e segundo o Presidente da Câmara, a receita excedente será aplicado na construção de habitação para as classes médias com rendas que verdadeiramente possam pagar. -----

----- Este Parecer e esta discussão em Comissão deu depois, também, azo a duas Recomendações. Uma destas Recomendações, informar os munícipes e esta Assembleia das diversas operações a desenvolver, no âmbito, da Operação Integrada de Entrecampos e outra das Recomendações que em situações futuras reforce os mecanismos de divulgação e participação pública junto da população diretamente e indiretamente afetadas e, portanto, este foi o teor do relatório sobre a Petição n.º15 de 2018. -----

----- Tenho dito!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Vamos passar aos oradores inscritos para este ponto.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Os peticionários assumiram a desistência, o que lamentamos. -----

----- Quando a Proposta foi apresentada pela Câmara, esta passou para a 3ª Comissão da Assembleia Municipal em 18 de julho de 2018. -----

----- Foi dado pela Câmara o tempo mínimo para discussão pública de 20 dias, o que era, de facto, pouco tempo dada a importância da operação para a zona e para toda a cidade, foi dado tempo mínimo. -----

----- O PCP esteve contra, nomeadamente, à unidade de execução. Propomos que se acrescente no Ponto 1 da Recomendação da 3ª Comissão uma parte para que fique como vou ler: -----

----- Ponto 1 – “Informe os Municípios e esta Assembleia das diversas operações a desenvolver, no âmbito, da Operação Integrada Entrecampos”, e depois acrescentámos “auscultando a Assembleia Municipal de Lisboa através da Mesa e os municípios em situações novas e importantes”, é esta Proposta que fazemos. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar ao próximo orador.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale Cesar,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- A Petição nº 15/2018 “Pela interrupção da Operação Integrada de Entrecampos e por uma verdadeira discussão pública” leva-nos a discutir a forma como este processo foi apresentado e conduzido. -----

----- Não podemos deixar de referir que esta petição deu entrada na Assembleia Municipal em julho de 2018 e a audição dos peticionários ocorreu em outubro. Entretanto, os terrenos de Entrecampos foram a hasta pública em Dezembro e só depois de tudo isto, a 19 de fevereiro, é que a Câmara Municipal de Lisboa respondeu por *e-mail* às informações solicitadas pela 3ª Comissão. Ou seja, o processo de hasta

pública já tinha decorrido e muitas das questões levantadas pelos peticionários estavam já ultrapassadas. -----

----- Salientamos que foi a própria comissão que entendeu ser necessário e vantajoso solicitar esclarecimentos ao Vereador do Urbanismo, que deixou passar o tempo e todas as oportunidades para responder, o que demonstra um total desrespeito pelos peticionários, quer se concorde ou não com a petição, e pelos eleitos, e este não foi caso único. -----

----- A verdade é que o executivo apresentou este projeto como uma das mais importantes operações em Lisboa desde a Expo'98, defendendo uma discussão pública participada e depois abriu um período de discussão pública de apenas 20 dias úteis, ou seja o tempo mínimo, o que, desde o início, considerámos muito reduzido face à dimensão e importância do projeto, tal como tivemos oportunidade de referir em diversas situações. -----

----- E, como temos defendido, cabe à Câmara Municipal de Lisboa promover processos de discussão pública amplamente participados e transparentes, como por exemplo aconteceu com a proposta relativa à intervenção na área do Campo Grande – Calvanas, recentemente discutida. Nessa altura, referimos que quando há vontade de ouvir os cidadãos de forma séria, isso acontece, não se percebendo por que no caso da Operação Integrada de Entrecampos o executivo optou por um período tão reduzido. --

----- Reconhecemos aspetos positivos nesta operação, nomeadamente a criação de 700 fogos de habitação de renda acessível, algo que ainda está longe de resolver os problemas de habitação da cidade, mas mantemos algumas dúvidas e discordâncias quanto a determinados aspetos centrais das Orientações Estratégicas, designadamente o facto de não favorecer a coesão social e territorial como era desejável e possível, e o facto de não se ter elaborado um Plano de Pormenor, para garantir um maior escrutínio, uma maior transparência e a pronúncia de diversas entidades. Além disso, mantemos reservas quanto aos equipamentos, à excessiva volumetria dos edifícios, à impermeabilização, ao tráfego, entre outros aspetos. -----

----- Por tudo isto, para “Os Verdes”, esta operação urbanística justificava uma ampla discussão pública e a possibilidade de serem consideradas outras propostas que respondessem às necessidades das populações e da própria cidade. -----

----- Por fim, sublinhamos ainda o facto de um dos pontos das recomendações apontar para a necessidade de, em situações futuras, a Câmara Municipal de Lisboa reforçar os mecanismos de divulgação e participação pública, mas sem que o relatório reconheça que a Operação Integrada de Entrecampos carecia de um período de debate bem mais alargado. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do BE.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, boa tarde a todos.-----

----- A Operação Integrada de Entrecampos é um projeto de intervenção numa zona fundamental da cidade e que foi adiado durante décadas, e assim ninguém pode defender o abandono daquela área central da cidade e, é por isso, um dos temas mais importantes para a cidade, para a Câmara Municipal, para Assembleia Municipal e para este mandato. E assim, só podemos estar sempre do lado da defesa do espaço público da transparência e de uma solução que garante habitação, equipamentos sociais e emprego.-----

----- Acompanhamos as conclusões de 3ª Comissão para que os munícipes tenham acesso a toda a informação sobre a Operação Integrada de Entrecampos e todas as iniciativas que permitam aos cidadãos conhecer e participar mais na construção da sua cidade e, por isso, acompanhamos a Proposta do PCP, obviamente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínia Vale Cesar,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigado.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, Imprensa, Público em geral.-----

----- Esta Operação Integrada de Entrecampos, cedo se percebeu que iria ser uma operação, sobretudo cariz financeiro, daí que qualquer sugestão do ponto de vista da cidade mais interessante iria ser derrotado. E acontece que, por essa razão ouvir os cidadãos para coisa que menos interessava, daí que a participação cidadã se tenha resumido ao tempo que foi, na altura em que foi e não mais do que isso.-----

----- A partir daí e partir do momento em que se estabeleceu o facto consumado com hasta pública, nada mais havia a fazer a não ser alterar qualquer coisa, esse alterar qualquer coisa foi aquilo que se pensou poder fazer na Comissão, para que surgissem recomendações que de alguma forma mitigassem tudo aquilo que aconteceu.-----

----- Por essa razão, não podemos acompanhar as Recomendações da 3ª Comissão que nos parecem nem sim, nem não, nem antes pelo contrário e, portanto, nada dizem e nada de bom que prestigiam para o futuro.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- O CDS concorda genericamente com as preocupações destes peticionários, porque eles apresentam-nos duas preocupações principais. Uma delas é que não houve discussão pública suficiente e a outra é que a Câmara não apresentou suficientes documentos vinculativos, para que se pudesse tomar a decisão de votar a favor ou contra esta operação de Entrecampos. -----

----- Nós, efetivamente pedimos à Câmara estudos de tráfego, o impacto que esta operação teria no tráfego e no estacionamento de automóveis e estudos da emissão de partículas e gases poluentes, porque é possível prever depois de uma operação destas qual vai ser o impacto que tem nestes dois aspetos, isso não foi fornecido nunca. -----

----- Mas, também ainda apresentámos quando este assunto foi discutido aqui, a nossa discordância quanto à ocupação que achamos excessiva, devia ser reduzida a severamente e quanto à distribuição dos usos, porque quando nós precisarmos de habitação e quando nós temos um problema de movimentos pendulares de pessoas que vêm para Lisboa trabalhar e que têm que sair no fim do dia para habitar e vamos num sítio destes ocupar com 70% de comércio e de escritórios e só com 30% de habitação estamos a fazer exatamente o contrário daquilo que devia ser feito.-----

----- Estas preocupações, estas posições foram apresentadas pelo CDS, mas o que nos fez muita confusão foi a maneira como este assunto não foi suficientemente discutido e neste aspeto acompanhamos totalmente aquilo que dizem os peticionários. Porque aquilo que a Câmara fez não foi uma discussão pública, foi uma formalidade, isto não é um problema do que é que está estipulado por lei que deve ser feito, começa no dia tantos, acaba no dia tal e são tantos dias úteis, não é isso.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara diz que esta é a maior operação urbanística desde a Expo`98 e nisso até tem razão, porque no sítio onde está com a importância das consequências e do impacto que vai ter é, de facto, uma operação urbanística importantíssima e não houve nenhuma tão importante desde a Exp`98. -----

----- Mas eu lembro-me muito bem quando se fez a Expo`98, a discussão foi enorme, a discussão foi muito participada, eu lembro que falou o Presidente da República, disse a sua opinião, o Primeiro-ministro disse a sua opinião, não houve nenhum jornalista com uma participação regular nos jornais portugueses que não dessa sua opinião. O Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vereador Manuel Salgado se quisesse efetivamente fazer uma discussão pública que levasse esta operação ao nível da Expo`98, tinham chamado uma conferência de imprensa e tinham provocado uma discussão disto na televisão.-----

----- Houve programas quando foi a Expo`98, exclusivamente dedicados a discutir aquela operação, ora, nada disto foi feito em Lisboa e nós achamos que uma operação

desta delicadeza e com este impacto, foi feita muito nas costas dos lisboetas e os lisboetas ainda não se aperceberam muito bem do que é que vai acontecer, quando isto começar a ser construído, essa altura, vão-se começar a manifestar e nós estamos desde o princípio com estas pessoas.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados e Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Esta Petição ainda que desenquadrado ponto de vista temporal, no âmbito, da discussão pública que já ocorreu e que, por isso, inevitavelmente, poderia sair prejudicada aqui no âmbito da reflexão que fazemos na Assembleia Municipal, não deixa no entanto de ser uma matéria para a qual deveremos manter um olhar crítico e alerta e, sobretudo numa dimensão altamente fiscalizador do processo que se quer vir a desenvolver.-----

----- De facto, reiterámos aquilo que temos manifestado aqui desde o início, não se conhece nenhuma operação urbanística legal, no âmbito, daquilo que é a denominação operação integrada, isto significa inevitavelmente que há um conjunto de operações urbanísticas que vão decorrer em paralelo e que terão inevitavelmente um conjunto de impactos diferentes e não conciliáveis do ponto de vista aquilo que é a utilidade futura da própria cidade.-----

----- E é aqui que nós nos queremos demarcar e queremos assinalar de forma até positiva, o que nos parece ser particularmente evidente nas preocupações que assolam estas, mas, também e inevitavelmente poderão assolar outras comunidades. A grande perturbação que existe em grandes momentos de requalificação da cidade deve ser pensava sobre não só aqueles que hoje em dia já sofrem, mas também aqueles que no futuro com ela poderão vir a sofrer.-----

----- E aqui também se separam duas questões muito importantes desde logo a mais importante que as soluções que possam vir a ser implementadas não resolvam apenas os desafios que o futuro vai trazer, que as soluções que venham a ser implementadas, possam suprir as necessidades atuais que a comunidade sente e possam também elas não contribuir para aumentar essas ou outras quaisquer dificuldades para a comunidade que ficará ocupar esse espaço. Esta é uma preocupação que nos deve acompanhar no âmbito da evolução deste processo e no acompanhamento das várias iniciativas que irão estar associadas a esta operação integrada.-----

----- E aqui esta a mensagem que o PSD quer deixar de forma muito clara acompanhamento, fiscalização e, sobretudo, sobretudo escutar. Escutar as populações

que servimos, escutar os seus ensaios compreender as suas frustrações e, sobretudo valorizar o seu contributo para construir mais e melhor comunidade, é aqui que nos situarmos e é aqui que queremos dar o nosso contributo e, por isso, entendemos, manifestámos neste momento e desta forma sobre o tema que está aqui em apreço ainda que reforce fora de tempo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais oradores inscritos. -----

----- Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Eu penso que de todas as intervenções que eu ouvi hoje, numa surpreendente. Eventualmente aquelas que são de alguma maneira as mais surpreendentes são aquelas que sublinham e reafirmam e se prendem com as questões relacionadas com a falta de escrutínio de debate. -----

----- Eu gostava de vos recordar que esta operação que veio assumir a forma de operação integrada, não sendo isso como todos sabemos uma figura urbanística ortodoxa, mas ainda assim, não foi isso que quando nós lhe chamámos Operação Integrada de Entrecampos quisemos explicitar, ela contém um conjunto de operações urbanísticas, essas sim consagradas do ponto de vista legal como foi explicado profusamente. -----

----- Mas, eu queria-vos recordar, a todos Senhores Deputados que este debate teve dois momentos. Teve um momento em que foi lançada a primeira hasta e que teve a intervenção desta Assembleia. Teve discussão pública, teve algumas sessões na zona de intervenção e uma segunda fase em que aconteceu exatamente do mesmo e, portanto, é difícil dizer para sermos rigorosos que não houve debate e que não houve o debate suficiente sobre esta matéria. Que alguns dos senhores gostariam que fosse maior o debate, que a operação não se tivesse realizado, pois isso, nós todos sabemos, que havia vontades várias e muitas intenções. -----

----- Aliás, até estranhei que alguns não falassem da legalidade da operação, porque esse também foi um tema, cada vez mais afastado e que mostrou claramente que havia algumas forças políticas que perdendo nos fóruns próprios aquilo que eram as suas ideias as tentaram depois de forma mais ou menos ortodoxa, mas ainda assim sempre tudo legal inviabilizar. -----

----- Mas o que é facto é que esta operação, que tem o seu nome de integrada o que fez alguma impressão alguns, é que ela, de facto, é uma operação integrada porque, contempla no seu seio a diversidade de adversidade que muitos reivindicavam para ela. Explicando, a habitação com rendas acessíveis faz parte deste projeto, aliás, é indissociável dele. A oferta do ponto de vista daquilo que são os serviços e o comércio fazem parte dessa mesma operação. A habitação que é, digamos, a habitação

de mercado é uma componente que foi reduzida no meio do projeto, isso pelos vistos também foi algo que nem todos gostaram.-----

----- Mas o que é facto, meus caros Deputados é que esta é a maior operação que, de facto, aconteceu em Lisboa após a Expo`98, esta é uma operação que vai resolver o problema de uma das maiores feridas urbanísticas da cidade e esta é uma operação que foi um sucesso do ponto de vista do mercado e que deixou bem longe todas aquelas dúvidas que muitos colocavam sobre a sua legalidade e sobre a sua oportunidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Vamos Senhoras e Senhores Deputados passar as votações.-----

----- Vamos votar primeiro a Recomendação 64/08 da 3ª Comissão Permanente e, naturalmente, se essa Recomendação for aprovada, depois votaremos o aditamento proposto pelo Partido Comunista Português, no caso do Ponto 1 da Recomendação da 3ª Comissão.”-----

----- **A Recomendação nº 64/08 foi aprovada por maioria,** não há votos contra, com abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos agora proceder à votação da Proposta de Aditamento do Partido Comunista Português no Ponto 1, o que acabámos de aprovar foi: *“Informe os municípios e esta Assembleia das diversas operações a desenvolver no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos”* e o aditamento refere *“auscultando a AML através da Mesa e os municípios em situações novas e importante.”*”-----

----- **A Proposta de Aditamento ao Ponto 1 da parte deliberativa da Recomendação nº 64/08 (3ª Comissão) foi aprovada por unanimidade,** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **6. APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 20/2018 – AUMENTO DO VALOR DA RENDA - MORADIAS RUA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA N.º 16, AJUDA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85.º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição 20/2018, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer da 5ª Comissão Permanente,** fica anexado a esta Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação 65/03**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Proposta de Aditamento (PEV/1IND) de um ponto 5 à Recomendação 65/03 (5ª Comissão)**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Encerramos assim o Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, vamos passar para o Ponto 6, Apreciação da Petição 20/2018 - Aumento do valor da renda - moradias Rua Guarda Nacional Republicana, n.º 16 Ajuda, ao abrigo das disposições, regimentais aplicáveis. -----

----- Temos intervenção dos peticionários do município António Grave, temos um Parecer da 5ª Comissão Permanente, a Recomendação 65/03, também, oriunda da 5ª Comissão, a Deputada Municipal autoras do Parecer é a Deputada Municipal Teresa Craveiro e vamos iniciar a discussão, dando a palavra ao município e representante peticionários António Grave. Tem 10 minutos para usar da palavra.”-----

----- **O Município, Senhor António Grave na qualidade de representante dos Peticionários**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Pública em geral. -----

----- Estou aqui para umas certas dúvidas, sobre o que terei dizer sobre o que estava em debate, o valor das rendas, e não só, do qual os Excelentíssimos Deputados da 5ª Comissão já estão por dentro do assunto, como está aqui.-----

----- Mas, só hoje eu tive conhecimento, isto não impede que tivesse exposto, tive conhecimento sobre a Recomendação e sobre o Relatório desta Comissão.-----

----- E neste relatório cheguei a uma conclusão, eu e os municípios que subscrevemos Petição, em que houve em março nesta comissão, que estão aqui delegadas no Relatório, conforme eu acabei de dizer e que nós não tivemos acesso porque nós não sabíamos que ele estava disponível no *site* da Assembleia o não ter saber, não ter conhecimento não quer dizer que a gente não tivesse que saber mas, acontece o seguinte:-----

----- Destas declarações que estão aqui, que nós não tínhamos conhecimento prendem-se precisamente de certa maneira com a Petição que nós fizemos, porque houve uma audição do Coronel dos Serviços Sociais da GNR (Guarda Nacional Republicana), em que nós não tivemos direito de resposta sobre o que foi dito sobre ele. Não tivemos conhecimento e acabamos por ter conhecimento hoje antes de vir para aqui, quando alguém nos alertou que isto estava no *site* e que já não deu para preparar uma situação de contestação, nem de nada. -----

----- Qual quer das maneiras sobre a Recomendação, tudo o que aqui está na Recomendação, nós concordamos, tudo bem. Não evita a situação, quanto a mim, do aumento de renda, porque os aumentos de renda como é do conhecimento tem sido realizado desde 2017, basicamente, estavam nos 69 euros, 70 mensais para praticamente todos os moradores do bairro General Afonso Botelho, Bairro da GNR,

e que passaram assim “dá cá aquela palha”, para 160 de um ano para o outro, de 250 este ano e 340 euros para o ano que vem e isto são rendas abonadas pelos Serviços Sociais da GNR.-----

----- Nós até podemos dizer: “É pá! Na Ajuda, rendas destas até é barato”, é barato possivelmente para pessoas que trabalham os dois, que tenham uma idade, enfim, não para aquelas pessoas que lá vivem, a maior parte, a grande maioria são velhotes oitentas, oitentas e muitos, alguns sem condições. Em que foram para lá e eu posso falar, porque, eu sou filho de um ex-morador de lá e, portanto, também lá morei e sei quando fui para lá morar aquelas casas não tinham o mínimo de condições, posso vos dizer que não havia água quente para nós tomarmos banho, tinha que ser um balde com ralo e por aí diante, portanto, as casas eram casas sociais e bem sociais, e que pagavam rendas em conformidade com os ordenados que era muito baixo na altura.----

----- Mais ainda, que as pessoas que moravam lá e que morar muitas delas, na altura quando foram para lá tinham que ter três filhos, pessoas que vinha da província, os maridos estavam cá tinham acesso a casa, porque tinham três ou mais filhos. As esposas não sabiam uma letra, que era o caso da minha mãe e, portanto, não faziam pouco tratavam dos filhos, mas rendimentos não tinham. -----

----- Para nosso mal homens, nós normalmente vamos à frente das mulheres e ali acontece muito esse caso, há muitas viúvas ali que não têm pensões, tem apenas a pensão do marido mais nada, que é reduzida normalmente e que seriam pessoas que teriam um ordenado do marido na casa dos mil euros ou mil e pouco, em que é reduzido para metade e quando elas mais precisam e que tem a idade que tem, é aos cuidados médicos, a medicação, é fraldas, é tudo, pronto. E que o rendimento que têm, neste momento de 600 euros se tanto, como é que conseguem pagar uma renda de 250 que é o caso da minha sogra, nomeadamente, mas há muitos casos, quase todos assim.-----

----- Portanto, quando nós fizemos dessa Petição, era no aspeto de vermos a possibilidade de poder travar esta situação e poder travar como? As rendas são calculadas desde a célebre lei, eu não sei o número da lei, sei que na altura falava-se que era a “Lei Cristas” em 2014, em que os serviços sociais passaram a estar no Regime Jurídico do Arrendamento Normal, depois eles iriam, por isso é que eu chamo “rendas abonadas” iriam abonar qualquer coisa. Só que deixaram também de ter o poder, segundo o gabinete jurídico que eu falei com eles, deixaram de ter poder sobre como atribuir as rendas que tinham de 69 euros em 2016 e passaram para os tais que 160 abonadas, porque segundo o que eles dizem a renda teria que ser no normal quinhentos e muitos.-----

----- Ora! Quinhentos e muitos em casa que estão completamente degradadas como os Senhores Deputados fizeram o favor de lá ir visitar e constatar, de um momento e de repente aumentam isto, e porque é que aumentam? Porque entraram no regime jurídico obrigatório para todas as instituições e público em geral. -----

----- Depois, as casas tinham uma valorização que é atribuída pelas Finanças de 30 mil euros em 2015, casas essas que passaram o valor para 60 mil, duplicaram em dois anos, no máximo três. Eu, se fizessem isso à casa onde eu moro, uma avaliação das

Finanças que em dois anos aumenta para o dobro, eu ia reclamar e pedir uma nova avaliação, creio que os serviços sociais como donos não o fizeram, porquê? Também não lhes interessa, porque quanto maior for o valor atribuído à casa, depois na fórmula de atribuição do valor da rendas mais vai ganhar com isso e não perde nada, porque pelo que me consta são isentos de pagar impostos, portanto, todas essas situações juntas dá estes valores explosivos que as pessoas não têm condições.-----

----- Além de que, eu se for pedi um empréstimo para comprar uma casa, eu não posso ter segundo o banco diz logo: “É pá, mais que 25% do valor do meu rendimento, já é muito portanto, se não conseguir não me emprestam.-----

----- Como é que, neste momento, e volto a frisar o caso a minha sogra que tem 600 e poucos euros de reforma, vai ter uma renda este ano de 250 e para o ano de 340.-----

----- Portanto, há aqui qualquer coisa que não joga, eu acho que deveria ser visto, penso que, se calhar, a própria lei é que terá que ser alterada quando obriga, segundo eles me disseram lá mesmo nos serviços sociais, a Lei obriga a que eles sejam agregados ao Regime Jurídico do Arrendamento Normal e eles já dizem que contribuem. -----

----- Outra coisa é que, também, pelo que tive aqui a ver e, portanto, não tenho muitas hipóteses de reverter estas situações, mas o Coronel que veio aqui à 5ª Comissão, veio dizer que as pessoas estão interessadas em comprar a casa ao abrigo de um Decreto-Lei que prevê isso e ele diz: “nós estamos obrigados, de facto, obrigados não, nós podemos vender, só que nós não estamos interessados, portanto, não vendemos”. E depois põe-se o caso, as pessoas viveram ali 40 anos, 50 anos a quase, e sempre lhes disseram e temos documentação sobre isso que a Comissão também têm, em que nos disseram sempre “vocês façam obras, melhores as casas que as casas vão ser para vocês, vai ser permitido vende-las”. -----

----- De momento, o Senhor Coronel, quando veio aqui a Comissão diz: “não, nós temos autorização para vender, mas nós não queremos vender, o paradigma mudou agora queremos por aqui outras pessoas, nomeadamente os estudantes que cujos pais são sócios e moram longe”. Não estou contra, sim senhora, tudo bem, mas também tem que se lembrar daqueles que andaram uma vida inteira com os poucos recursos a guardar dinheiro para investir na casa, em vez de poderem ir comprar uma em tempo e horas quando tinham idade para poderem fazer uma compra de uma casa própria e não o fizeram, investiram nas casas e, neste momento, pelo que diz aqui, também o Senhor Coronel: “investiram e fizeram muito bem porque também tinham uma renda muito barata”. Neste momento, quando mais precisam as rendas são enormes, dinheiro não o tem, já não o emprestam para ter uma casa e são situações críticas que se estão ali a passar. -----

----- Já para não falarmos que aquele bairro precisava de cuidados intensivos para a maior parte, como é reconhecido aqui pelos moradores de lá, porque são pessoas idosas. Que inclusivamente se os filhos forem lá para a casa para tratar dos pais, não tem direito a casa depois, e mais o que é que acontece eles por sua vez vão juntar o valor dos ordenados filhos para aumentar ainda mais as rendas das casas, portanto,

basicamente é isto não tem nada contra o que está aqui uma Recomendação, acho que é pouco, precisava de mais tempo depois do que tivemos. -----

----- Obrigado Senhor presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado pela participação, pela exposição, pelos diferentes comentários feitos. -

----- Vamos agora da palavra à Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro, que foi a Deputada autora do Parecer, aprovado pela 5ª Comissão Permanente e, naturalmente que deu origem à Recomendação 65/03.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Deputados e também Peticionário Representante e respetivo Público. -----

----- Temos face, efetivamente uma Petição que, no fundo poderia à primeira vista transcender o que é competência de uma Assembleia Municipal ou de uma Câmara num bairro onde a gestão pertence aos serviços sociais da GNR. -----

----- Exatamente porque há um paradigma do poder local que leva a podermos acompanhar aquilo que se passa e devemos acompanhar o que se passa dos bairros, nas comunidades, no ponto de vista potencial podemos fazer a intervenção de políticas habitacionais, considerou-se que havendo cerca de 36 cidadãos deveríamos prosseguir auscultação dos vários parceiros.-----

----- E aí entra uma abordagem de trabalho que nos resta acompanhar, concertar e articular e a Recomendação vai ser isso porque, de facto, não podemos dar ordens ao ponto de vista dos Serviços Sociais da GNR que mudou de política, efetivamente até ao ano de dois mil poder-se-ia vender as casas, hoje com uma Portaria de 2016 é dada uma situação que não venderão mais as casas.-----

----- E, portanto, nós aceitamos e percebemos as expectativas criadas de muitos dos moradores, mas hoje são casas de função que estarão até ao fim, num *e-mail* mandado pelo Vice-Presidente o Coronel, as pessoas estarão até ao fim de vida, ao contrário do Boletim exarado em determinada altura em que diria que essas pessoas iriam para instituições. Conseguiu-se na última reunião que ficarão até ao fim, mais, dos cerca de 27 indivíduos levantados sós, viúvas ou guardas nacionais, nalgumas situações e que o rendimento não dará para esta subida, ela poderá vir a ser avaliada caso a caso. -----

----- Onde é que falhou ou fracassa os Serviços Sociais da GNR? Fracassam porque, sendo o regime de arrendamento apoiado, nunca poderiam aumentar efetivamente as rendas sem ter feito uma vistoria e sem ter feito efetivamente obras, e aí estamos claramente que os peticionários nos casos que visitámos com condições de habitabilidade muito más e que efetivamente são determinantes de saúde, nomeadamente para populações idosas e sozinhas.-----

----- E, daí a Recomendação que, no fundo, nos resta enquanto Assembleia Municipal e que pensamos e queremos acompanhar junto da própria Câmara é essa articulação. Articulação que a Junta de Freguesia que quisemos auscultar, os moradores, a visita ao local, o Senhor Vice-Presidente Coronel que no *e-mail* posterior que veio a fazer,

ele é importante para os peticionários e para os residentes, há ali um compromisso para não mandar embora essas mesma população que, no fundo são viúvas e face a casas de função e, por sua vez também esta avaliação da renda. -----

----- Porque, de facto, não conseguimos e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia colocou muito bem, a perplexidade, de como é que os Serviços Sociais da GNR fazem um aumento da renda sem essa avaliação das condições de habitabilidade e que nós na maioria das vezes vimos, são questões de casas-de-banho, infiltrações, elementos. Não conseguimos que haja dedução do investimento feito por muitos dos moradores atendendo à situação que os Serviços Sociais da GNR consideram que foi o investimento, porque a rendas eram muito baixas.-----

----- E o que não resta a nós, no ponto de vista de caminharmos no acompanhamento deste bairro, destas populações foi remeter um papel que pensamos que é possível, com as Junta de Freguesia, com os Pelouros da Habitação, dos Direitos Sociais e mesmo o Pelouro do Urbanismo façam desta operação uma operação articulada. Uma operação de fiscalização, uma operação de instigar, efetivamente, de que há dinheiro para fazer obras e, portanto, que se faça um levantamento criterioso das condições de habitabilidade das moradias que estão habitadas, cerca delas são 40 arrendadas, 27 com população só, e simultaneamente que se faça também todo um programa e um cronograma da intervenção sobre essas mesmas habitações. Nos casos que não podem pagar, deverá ser avaliado tal e qual como compromisso que temos aí num *e-mail* dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia e à 5ª Comissão.-----

----- E por último para a população só, desenvolver quer o apoio domiciliário, quer de teleassistência com o Pelouro dos Direitos Sociais, ou seja, é uma comunidade, é um bairros dirigido pelos Serviços Sociais, mas é com certeza que faz parte da nossa cidade e não há quintais, não é só os bairros municipais que devemos intervir, devemos intervir onde há problemas e onde eles vêm nem que seja de uma maneira, de facto, articulada acompanhava e substituímos nalgumas situações mais graves como na questão da solidão e na questão da má acessibilidade interna para alguma população vulnerável e já com a idade.-----

----- Portanto, o que nós chegámos, no nosso ponto de vista é o que possível, é no fundo uma articulação, uma concertação, uma forma de planear políticas habitacionais mesmo onde há outros fatores que, no fundo, o poder local que o 25 de Abril, também, nos trouxe para nós. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar aos oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente. -----

----- Antes de mais saudar os Peticionários e as Peticionárias que se mobilizaram para defender as casas onde sempre viveram. -----

----- Eu tive oportunidade de neste domingo estar com estas pessoas que moram no Bairro da GNR, conhecia as suas histórias, o trabalho que fizeram toda a sua vida, são histórias de famílias inteiras de duas e três gerações que viveram naquele bairro, são histórias de cuidadores e de cuidadoras informais que trabalharam e que trataram dos seus, são histórias de uma comunidade que se apoiou ao longo de muitos, muitos anos, ao longo de décadas.-----

----- São histórias de como cuidaram dos seus naquelas casas e como foram melhorando aquelas casas da maneira que podiam ao longo de 40 anos, e como os Serviços Sociais da Guarda os abandonaram ao longo de todo esse tempo. -----

----- O ano passado o Ministério da Administração Interna, através dos Serviços Sociais notificou aquelas pessoas para a subida das rendas, sem verificar as suas condições de habitabilidade, sem realizar as necessárias obras, sem ter em conta aquilo que as pessoas já tinham investido naquelas casas, propondo uma subida de rendas como se fosse qualquer proprietário privado, muitas vezes um proprietário privado sem escrúpulos. -----

----- Em três anos a renda de algumas destas pessoas poderá subir três, quatro, cinco vezes, o valor que era o ano passado, há casos de pessoas que pagavam 70 euros e que lhes são propostas aumentos de renda até aos 350 euros, a “Lei das Rendas de Assunção Cristas” é que permite que qualquer proprietário aumenta as rendas brutalmente e neste caso, o Ministro Eduardo Cabrita comporta-se como qualquer proprietário.-----

----- Não há nada mais injusto do que subir as rendas aos reformados, não podem voltar ao mercado de trabalho para ir buscar mais rendimentos e já deram tudo que si numa vida trabalho e, por isso, não conseguem também voltar a construir o seu lugar noutra sítio qualquer e já esta semana, esta semana mesmo que as rendas sobem para 250 euros e não pode ser, não basta fazer as obras que tardam décadas e não se pode subir as rendas sem reconhecer também os investimentos que as pessoas fizeram naquelas casas, assim não pode ser!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Vamos passar aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Uma saudação especial aos Senhores Peticionários.-----

----- Os moradores na Rua Guarda Nacional Republicana, do Bairro General Afonso Botelho na Ajuda, entregaram nesta Assembleia Municipal de Lisboa, em 31/8/2018, uma petição expondo a sua preocupação para com o aumento do valor da renda dessas moradias pelos Serviços Sociais da GNR, iniciativa que “Os Verdes” saúdam. -----

----- Alertam que na aplicação do regime de renda apoiada não foi tido em conta o facto de há mais de 40 anos os Serviços Sociais não terem realizado quaisquer obras de grande ou pequena conservação nos fogos ocupados pelos beneficiários. Informam também que por diversas vezes tomaram a iniciativa de alertar os Serviços Sociais para a sua realização, mas que estes nada terão feito, limitando-se a alegar que não existia verba. Acresce que a maioria dos residentes terá uma idade superior a 80 anos, sendo que várias delas viúvas de militares. -----

---- Perante este contexto, ter-se-ão visto obrigados a aplicar os seus poucos rendimentos à realização de algumas obras urgentes, de modo a que as casas pudessem reunir as condições mínimas de habitabilidade, de higiene e conforto. -----

----- No entanto, e perante a falta de obras de manutenção mais profundas, as moradias ainda se apresentam, dizem, perante a iminência de portas a cair, fragilidade das paredes, móveis a apodrecer devido à humidade e instalações de água e luz completamente obsoletas.-----

----- Quanto ao problema das rendas, afirmam não compreender o motivo por que os Serviços Sociais se encontram a aplicar o mesmo valor, quer aos beneficiários cujas moradias nunca sofreram obras, quer aos novos inquilinos que vieram agora habitar algumas moradias que mais recentemente beneficiaram de obras profundas de remodelação, realizadas pelos Serviços Sociais, e que se encontram num estado quase novo. -----

----- Para os peticionários, trata-se de uma situação que consideram de profunda desigualdade e injustiça para com os beneficiários que habitam as casas há mais tempo. -----

----- Requerem, por isso, que não sejam aumentadas as rendas dos fogos que não sofreram obras de conservação, e que, rapidamente, sejam introduzidas melhores condições de habitabilidade e qualidade de vida. -----

----- Da parte de “Os Verdes”, já em 9/1/2018, ou seja, cerca de 8 meses antes da entrega da Petição nº 20, o nosso Grupo Parlamentar havia enunciado várias destas preocupações junto da respetiva tutela ministerial. -----

----- Na resposta, o Governo identificou ser um parque habitacional de 88 casas, das quais 48 delas estão habitadas em regime de arrendamento social, confirmando ainda a existência de 24 casas devolutas. -----

----- E assumiu vir a proceder (citamos) à “conformação do valor da renda aos rendimentos do agregado familiar, e conferir maior coerência e justiça na relação com os moradores”. -----

----- Adicionalmente, se deste processo resultassem situações de comprovada fragilidade social para os arrendatários, os Serviços Sociais comprometiam-se a “acompanhar as mesmas, dispondo de instrumentos de intervenção social

complementar, designadamente, subsídios de carência económica e extraordinários, para eventuais acionamentos em favor desses beneficiários”. -----
----- Independentemente destas promessas, a situação tem-se perpetuado. -----
----- Agora, e após as várias audições conduzidas, o parecer da 5ª Comissão, que daqui saudamos a sua relatora, recorda que o arrendamento apoiado não permite a atualização do valor das rendas, para mais quando as habitações se encontram em flagrante mau estado de conservação. -----
----- Mais se propõe deliberar esta Assembleia Municipal que a Câmara, em conjunto com os Serviços Sociais da GNR e a Junta de Freguesia da Ajuda, acompanhe o plano de reabilitação do edificado, nomeadamente, por meio do levantamento das condições de habitabilidade das moradias e das situações de manifesta degradação e insegurança dos edifícios.-----
----- Requer-se ainda a melhoria das acessibilidades devidas a residentes com uma faixa etária tão elevada e programas de apoio aos residentes mais idosos e carenciados do bairro através do Serviço de Teleassistência da Câmara. -----
----- Esperemos que, finalmente, o bom senso impere nos serviços competentes da GNR, para bem da qualidade de vida dos moradores do Bairro General Afonso Botelho. -----
----- Obrigado, Senhor Presidente em Exercício.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----
----- O CDS saúda e acompanha Peticionário desta iniciativa e vai votar a favor desta Recomendação.-----
----- Pensamos é que este processo não acaba aqui. É um processo contínuo e faseado e de difícil resolução.-----
----- O acompanhamento da qualidade de vida dos mais velhos é um verdadeiro desafio que toca cada vez mais a todos, por outro este processo demonstra uma das fragilidades do corporativismo Estado Novo e, por outro lado, a falta de visão de outras utopias mais modernas para desenvolver o que lhes foi legado, isto é um bebé que têm nos braços.-----
----- Vamos agora supor que somos um país muito rico e com um crescimento enorme, à avaliar pelo que dizem os que governam e os que apoiam este Governo até estamos muito bem, estamos no país das maravilhas, considerando que os Serviços Sociais da GNR para todos os efeito gerem um fundo privado, tinha aqui uma bela oportunidade com este Governo das esquerdas encostadas nacionalizar esses fundo. Já

agora e construir um edifício de raiz e outras infraestruturas, à permuta daquele edificado que existe que está degradado e abandonado, tem o Governo, tem a Câmara não é preciso mais nada e podem fazer tudo, e escusam de alegar com a “Lei Cristas” que foi uma Lei corajosa e que foi uma verdadeira revolução no arrendamento e na Lisboa abandonada, por exemplo.-----

----- E se por exemplo, Robles qual “Rei Midas” dos tempos modernos que é um autentico “Rei Midas”, ícone da esquerda mais pragmática, revolucionaria e defensora dos mais carenciados, conseguiu sem dinheiro nenhum, atenção sem dinheiro nenhum apenas com o financiamento do banco que é de todos nós, a Caixa Geral de Depósitos, uma mais-valia de 4 milhões de euros a partir de umas ruínas em Alfama, transformando essa ruína em alojamento local lucrativo, por que não conseguirão os mesmo ou mais os Serviços Sociais da GRN? Com o apoio de quem governa o país e a cidade.-----

----- Portanto, meus Senhores este é um assunto muito sério e que urge resolver. O CDS estará sempre disponível para ajudar em prol de uma melhor qualidade de vida dos mais velhos e dos mais desprotegidos e neste caso particular do bairro da GNR. ---

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma vez mais muito boa tarde.-----

----- Começaria por saudar os Peticionários que se mobilizaram pelo exercício dos seus direitos e solidarizarmo-nos em nome do Grupo Municipal do PAN como o seu ensejo.-----

----- Saudar também a Senhora Relatora a Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, pelo trabalho que desenvolveu na elaboração deste relatório e na promoção também das diferentes diligências, apesar de todas as dificuldades que foram sentidas ao longo desta apreciação.-----

----- E de forma muito abreviada pois já aqui foi referido não só pela Senhora Relatora, como pelas restantes forças políticas que, de facto, estamos perante um tema que foge um pouco da esfera de atuação ou pelo menos inicialmente assim nos parece, da esfera de atuação do Município, por conta das atribuições a outras entidades, no entanto, não nos podemos esquecer que esta Assembleia também tem obviamente o poder de recomendar ou de apresentar moções a outras entidades, nomeadamente para a fiscalização, para a realização das obras sempre que possa estar aqui em causa a qualidade de vida ou a degradação do património ou até mesmo questões de acessibilidade.-----

----- Obviamente que, dentro daquilo que são então as nossas atribuições acompanhamos as recomendações que são feitas pela Comissão, para que a Câmara entre em articulação com a Junta de Freguesia possa garantir um adequado levantamento das necessidades e condições de habitabilidade destas moradias, ainda que sejam habitadas e com vista à sua melhoria ou realização de obras, sobretudo quanto aos residentes mais idosos e carenciados, que seja prestada a devida assistência, nomeadamente através do serviço de teleassistência e também, obviamente, de melhorar as condições de acessibilidade. -----

----- Tudo isto sem prejuízo, obviamente, o necessário acompanhamento desta Assembleia contra as obras que devam ser realizadas e também quanto às rendas praticadas se necessário fazendo uso como já referi da figura da moção, indo assim ao encontro daquele que deve ser o anseio dos Peticionários. -----

----- Obviamente que já que já invocamos hoje alguns direitos liberdades e garantias, nomeadamente o direito à habitação era muito bonito que, de facto, disséssemos que não temos nada a ver com este assunto, mas temos tudo a ver com este assunto, porque estamos a falar lisboeta, estamos a falar de pessoas que moram na nossa cidade e que estão numa situação de especial vulnerabilidade, sob pena de estarmos aqui, de facto, a dizer uma coisa e fazer outra. -----

----- É por isso que, de facto, não só nos limitamos a saudar os Peticionários como ir ao encontro daquilo que é os seus anseios, este é um processo que não deve fechar aqui hoje, devemos de facto, estar comprometidos com a sua resolução e uma vez que se dá a felicidade de aquele que é o Executivo Municipal ser também o Governo do nosso país, então que promovam esforços que se façam, de facto, esforços junto da GNR para que esta situação seja ultrapassada e resolvida, pois estamos perante aquele que é um direito fundamental, o direito à habitação e só assim poderemos com dignidade resolver este mesmo processo. -----

----- Muito obrigada, mais uma vez saudar os peticionários, muito obrigada por terem trazido este tema aqui.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público aqui presente. -----

----- Quero começar por me dirigir aos militares da GNR e às suas famílias que habitam nos bairros que são geridos pelos Serviços Sociais da GNR, nas Freguesias da Ajuda, de Marvila e da Estrela e dizer-lhes que é inaceitável que, neste momento, depois de tanto serviço dado à pátria vos sejam colocadas estas situações. -----

----- Não tem a ver com quadros de competências, não tem a ver em momento algum com quem é que tem a responsabilidade, tem a ver com uma questão de bom senso, única e exclusivamente, bom senso! -----

----- Os senhores e as vossas famílias sofreram a indefinição durante anos, não só daquilo que era a vossa atividade e o risco que ela estava associada e o Estado após estes anos todos de serviço só podem ter uma palavra, e essa palavra é obrigado! -----

----- É inaceitável que, perante esta situação estejam ainda hoje numa situação ainda pela qual até se diria que estariam duplamente fragilizados, estão fragilizados porque cumpriram o vosso serviço e a ele associaram um conjunto de gastos pessoais e emocionais e físicos e agora veem-se confrontados com uma situação em que, de quem esperam a devida proteção e reconhecimento pelos vossos anos de serviço, são muitas vezes postos em causa, postos literalmente em algumas situações pela vontade aquilo que estava manifestado nas cartas que chegaram a receber, postos na rua. E isto que é inaceitável! -----

----- E por isso dizer-vos, obrigado pelos anos de serviço, obrigado por terem de forma tão dedicada servido a pátria, obrigado também pelo sofrimento que as vossas famílias viver ao longo destes anos, porque nunca souberam e nunca tiveram a garantia de que no dia em que vocês saíam de casa para assegurar a segurança de outros, regressassem ela incólumes no final do dia. E as vossas famílias também merecem da parte do Estado e da parte de todos nós a maior consideração e o maior respeito, algo que claramente não está patente nos documentos que foram recebendo ao longo dos últimos anos. -----

----- E por isso quero-vos disser, para terminar que esta é uma situação inaceitável e reforço, não tem a ver com quadro de competências, não tem a ver aqui, eu diria responsabilidades específicas no âmbito da ação governativa, tem a ver com o sentimento de justiça que nos é devido e que nem nesta Assembleia, acredito que independentemente da força política que aqui esteja sentado, nem fora dela, poderá recolher outra palavra que não esta. -----

----- E por isso, dizer-vos de forma muito clara, que sou Presidente de uma Junta de Freguesia eleitos pela força política do PSD, estou aqui na condição de líder da bancada do PSD, e do PSD terão como terão de qualquer outro cidadão toda a consideração para a resolução deste problema. E não descansaremos enquanto não tivermos a segurança de que os direitos que vos foram conferidos ao longo dos anos, que a tranquilidade que vos foi manifestada ao longo dos anos, possa alguma vez vir a ser perturbada numa altura, em que da nossa parte, reforço, só podem ter em primeiro lugar, o nosso agradecimento. Agradecimento eterno, o carinho pelo esforço que as vossas famílias também tiveram e, por isso, o devido repouso, descanso e oportunidade para usufruírem daquilo que a vida muitas vezes não nos permitiu, nomeadamente na vivência em família, beneficiar do convívio com filhos e netos e não estarem preocupados com se perdem no próximo dia ver pessoas a despejar-vos das vossas próprias casas. -----

----- Disse!" -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Jorge Marques do PS.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Marques (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Peticionários. -----
----- A Petição n.º 20/ 2018 referente ao Aumento da renda nas moradias da Rua da Guarda Nacional Republicana, é uma questão que importa esta Assembleia debater com atenção, pois a mesma revela a situação em que foram colocadas algumas famílias da Ajuda, por via de uma atualização de rendas proveniente de uma instituição de âmbito social. -----
----- Assim depois de uma vida de trabalho, militares da GNR aposentados e suas famílias veem-se surpreendentemente objeto de aumentos de rendas substanciais, numa altura de fragilidade e sem condições de melhorar os seus rendimentos. -----
----- Esta é uma situação difícil, mas outras existem e julgamos ser uma boa altura para olharmos para além da árvore olharmos a floresta, é necessário questionar a forma como instituições públicas e semipúblicas utilizam o seu património habitacional, grande parte delas isentas de IMI, mas que não usam esse património ao serviço da comunidade. -----
----- Verificamos aqui e verificamos muitas vezes no terreno, o abandono do património habitacional, neste caso foram décadas em que dezenas de habitações foram deixadas sem uso, vazias de pessoas abandonadas. -----
----- Deste modo, importa perguntar: Se a função dos Serviços Sociais da GNR é o apoio social aos seus associados, faz sentido da subida de rendas sem prévia avaliação das condições de habitabilidade das casas? -----
----- Será justo não ter em linha de conta o investimento nas habitações dos inquilinos, no momento de definir o aumento da renda? -----
----- Será justo definir aumentos da renda substanciais em casas em más condições de habitabilidade sem benefícios por parte dos serviços sociais? -----
----- E por fim, será admissível o abandono dezenas de casas sem qualquer aproveitamento num momento de carência habitacional da cidade? -----
----- Julgamos que não, temos a certeza que não! -----
----- Assim consideramos fundamental que, nestes casos proprietários e inquilinos voltem a sentar-se, que se encontrem e encontrem soluções justas para estas dificuldades e para este problema. -----
----- Neste sentido e na qualidade Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, estou inteiramente disponível para acompanhar e colaborar neste processo, assim como no plano de reabilitação do edificado a elaborar pelos Serviços Sociais da GNR, ação que

julgamos fundamental do ponto de vista urbanístico e obrigatório do ponto de vista da função social para que foi criada esta instituição.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito brigado, Senhor Deputado.” -----

----- Vamos passar às votações, deu entrada na Mesa uma Proposta de Aditamento, portanto, nós temos a Recomendação 65/03 oriunda da 5ª Comissão e atenção das Senhoras e Senhores Deputados deu entrada uma Proposta de Aditamento de um Ponto, o cinco, subscrita que o Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro, que exerce o mandato como independente e pelo Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

----- Portanto, vamos votar primeiro a Recomendação n.º65/03 e se ela for aprovada, votaremos o aditamento que passarei naturalmente, a ler.”-----

----- A **Recomendação nº 65/03 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. ----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora votar uma Proposta de Aditamento, aditar um Ponto “5- *Mais se recomenda que esta AML, através da sua 5ª Comissão Permanente, receba informações periódicas que lhe permita acompanhar a execução do referido Plano de Reabilitação do Edificado...*” -----

----- A **Proposta de Aditamento de um novo Ponto 5 à parte deliberativa da Recomendação nº 65/03, apresentada pelo Grupo Municipal do PEV e pela Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro aprovada por unanimidade**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **7. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 065/01 (DM IND RUI COSTA) – “GARANTE CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE SUFRÁGIO AOS CIDADÃOS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação 065/01**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 7 da nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação da Recomendação n.º 65/01, apresentado pelo Deputado Municipal Rui Costa - “Garante condições para o exercício do Direito de Sufrágio aos Cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida” ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, para apresentação da Recomendação n.º 65/01.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra e na qualidade de relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Felizmente, temos vivido num período de relativa estabilidade política, sem a realização de atos eleitorais no prazo de ano e meio.-----

----- Simplesmente, vamos ter dois atos eleitorais este ano muito próximos e seria o momento oportuno para percebermos qual é a forma de melhor garantirmos em condições de igualdade e de dignidade, o acesso ao exercício direito de voto por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, exige-o a nossa Constituição, exige-o direito internacional e exige a legislação nacional. -----

----- E acontece que o Presidente da Câmara Municipal, e através dele a Câmara são um órgão de administração eleitoral local e definem, por exemplo, os locais de votações, distribuem aspetos logísticos, como seja o mobiliário para o exercício de direito de voto. E tendo o Parlamento recentemente e em nome destas convenções internacionais aprovado, inclusivamente uma matriz que permita aos invisuais ou pessoas com dificuldade visuais de exercerem o seu direito de voto através de uma matriz em braille, entendemos também, que deve ser feito um esforço por parte do Município, garantindo as melhores condições de acessibilidade e o mobiliário destinado à votação, designadamente as cabines de voto que permitam sem constrangimentos, o exercício do direito de voto por estes cidadãos.-----

----- Trata-se de uma cidadania plena que se pretende no fundo, o que se pretende é que a Câmara organizou um Grupo de Trabalho que acompanhe já este primeiro ato eleitoral para o Parlamento Europeu e que apresente medidas e propostas já para aplicar no ato das legislativas e que haja este acompanhamento. Isto sem prejuízo de muitas das Juntas de Freguesia já fazerem, aliás, este esforço de ao nível do mobiliário, mas ao nível das acessibilidades, mas é bom que seja este quadro conhecido e é bom que Lisboa dê mais este passo formalmente na inclusão de todas e todos que querem exercer os seus direitos cívicos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, boa tarde.-----

----- Em relação a esta Proposta do Senhor Deputado Independente Rui Costa, dizer que para o Grupo Municipal do PAN, a acessibilidades de todas as pessoas devem ser

efetivamente uma prioridade, é por essa razão que já aqui trouxemos várias iniciativas que visam de alguma forma combater as barreiras arquitetónicas ou burocráticas que ainda persistem na nossa cidade e na nossa forma de viver ou de garantir os direitos das pessoas que têm que ser, de facto, eliminadas, porque impedem o exercício dos seus direitos, como sendo o exercício do direito ao voto, um direito fundamental que aqui hoje foi de tal forma evocado. -----

----- É por essa razão que muito brevemente, dizemos que vamos não só assinalar de forma positiva a Recomendação que aqui foi apresentada, como também subscrever a Recomendação do Senhor Deputado Rui Costa, porque efetivamente é necessário garantir e efetivar o direito das pessoas que de alguma forma ou por ter mobilidade reduzida ou em razão de deficiência ou qualquer outro motivo de saúde, não possam deslocar-se e dessa forma garantirmos, obviamente, o seu acesso não só às mesas de voto, como também à leitura autónoma e independente dos mesmos, tal qual como é proposto e explanado nesta Recomendação. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Felicitar também o autor desta Proposta pelo seu teor, temos que garantir direito as pessoas com mobilidade reduzida de acesso ao sufrágio e a mesa eleitoral. -----

----- Sabemos que há vários edifícios e nós já alertamos aqui em vários casos, nomeadamente quando foi a discussão da Acessibilidade Pedonal mas, também, no anterior mandato, que nós temos ainda alguns equipamentos e serviços públicos que não têm acesso a pessoas com mobilidade reduzida e, portanto, isso é um incumprimento e uma ilegalidade em partícula da Lei das Acessibilidades n.º 13/2016.

----- E, portanto, no momento em que falamos tanto da abstenção, não façamos com que haja dificuldades, ou sejam, criadas dificuldades muitas vezes não diretamente mas indiretamente, que sejam criadas dificuldades a que estas pessoas que têm mobilidade reduzida não possam exercer um direito legítimo que é o direito ao voto. --

----- E, portanto, não podemos deixar de acompanhar como pretendemos também subscrever esta Proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais oradores inscritos para esta Recomendação, vamos então proceder à votação da Recomendação 65/01 “Garante condições para o exercício do Direito de Sufrágio aos Cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida”. -----

----- A **Recomendação nº 65/01** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. ----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **8. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 065/02 (PSD) - “POR UMA LISBOA QUE SEJA REFERÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA NO PODER LOCAL EM PORTUGAL”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Recomendação 065/02**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 8 - Apreciação da Recomendação n.º 65/02 apresentada pelo Partido Social Democrata –“Por uma Lisboa que seja referência de transparência no poder local em Portugal”, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis.-----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton para apresentar a Recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra e na qualidade de relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente de Mesa em Exercício, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Construção de cidade assenta em importantes vetores de onde destacamos aqui o sentimento de confiança da comunidade como um dos principais e esse sentimento de confiança traz muitas vezes formas subjetivas e formas objetivas de avaliação. -----

----- E nesta última nas formas objetivas, que queremos dar um dos nossos contributos, o índice de transparência municipal, é uma importante ferramenta para melhor compreendermos como somos percecionados pela população que servimos. Devemos por isso compreender por que razão a cidade capital do país não lidera esta tabela! Pior, que desde 2014, estamos a decrescer todos os anos no *ranking* dos Municípios Portugueses. Isto não pode ser e por isso propusemos este desígnio ao Município. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde, demais Senhores Deputados e Público presente.-----

----- A transparência está, de facto, na ordem do dia e o PSD e bem trás a este fórum essa discussão. É um tema particularmente caro a qualquer Assembleia Municipal, porque, de facto, não fôssemos nós os escrutinadores digamos assim do exercício camarário e por sermos os escrutinadores desse exercício camarário, somos precisamente as primeiras vítimas da falta de transparência desta Câmara. -----

----- Senão veja-se, apresentamos requerimentos que ou não são respondidos ou são respondidos depois dos trinta dias que se preveem. Muitas vezes, quando são respondidos até tem, digamos, respostas tão redondas que deles não podemos retirar absolutamente nada. Pedimos elementos para as Comissões que tarda ou nunca chegam e, por isso, não espantamos também com a posição de Lisboa no *ranking* da transparência Municipal. Lisboa, capital e com responsabilidades acrescidas, deveria liderar e ser exemplo, mas não, estamos a meio da tabela e a cada ano que passa com essa posição vai caindo.-----

----- O PSD lembra e bem que mais responsabilidades e mais dinheiro dos contribuintes obrigam a uma maior transparência, mas nós dizemos mais a responsabilidade acrescida de uma Câmara, com mais de mil milhões de euros de orçamento deve ser também acompanhada pela responsabilidade na transparência das Juntas de Freguesia, é que com a delegação de competências, as juntas também deviam assumir maior transparência, maior rigor, menor opacidade. Todos deviam trabalhar para primeiro: publicar atempadamente os contratos públicos, informar no espaço público todas as medidas e ações que tomem, informar também publicamente as obras que são realizadas e sobre aquilo que são os períodos de consulta pública nas decisões tomadas pelos executivos esse mesmo período, deveria ser alargado ou não tivéssemos nós tido um recente exemplo com foi o de Entrecampos. -----

----- Mas não é só na Câmara, não é só nas Juntas de Freguesia que essa transparência tem de existir também, as empresas municipais têm de ser mais escrutinadas e mais acompanhadas naquilo que são as opções que tomam, porque sem informação e sem medição até resultados, sem relatórios e outros documentos, ninguém nem os lisboetas nem as pessoas que estão aqui nesta sala conseguem escutinar e é por isso que muitas vezes Lisboa continua opaca. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício.-----

----- Dizer que votarei a favor da Recomendação, aqui é trazida pelo Grupo Municipal do PSD, mas votarei a favor com sabor a pouco, porque não se percebe, nem se identifica exatamente neste índice de transparência municipal, que é feito por uma entidade, enfim, respeitável mas que tem os seus métodos para construir este índice, o que é que está em falta para o Município de Lisboa cumprir com os critérios de transparência, é que muitas vezes é a própria localização ou a forma como as coisas são apresentadas nos sítios eletrónicos, a informação até está disponível mas não é facilmente acessível. Aliás, nessa medida, trouxe aqui na última sessão uma Proposta para reorganizar o Boletim Municipal, um exemplo que seria de grande utilidade para isso. -----

----- Dizer em segundo lugar, que eu não gozo do estatuto de oposição, porque foi eleito por uma força política, pese embora exerça o mandato como independente que tem funções governativas na Câmara Municipal, mas eu queria lembrar o CDS que a esse propósito, o incumprimento do estatuto do direito da oposição que pode suscitar nesta casa o debate o próprio relatório do estatuto do direito de oposição feito anualmente pela Câmara Municipal, e eu nunca vi aqui esse debate ser suscitado. Tem uma boa oportunidade o CDS para o efeito. -----

----- Finalmente dizer que, também, estou preocupado com a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal e espero que a demora da mesma seja pelo facto de cumprir com a Recomendação desta Assembleia Municipal, aliás, unânime de incluir informação da atividade das empresas municipais.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em boa hora, o PSD trouxe aqui esta Proposta.-----

----- Em primeiro lugar, porque é sempre útil, podermos ver, acrescentar àquilo que é um princípio fundamental e, por isso agradecer os contributos que o CDS teve e, nomeadamente dizer que esta matéria ainda que já tenha sido também discutida em sede de comissão, a verdade é que no momento em que se transfere mais 60 milhões para as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa é, de facto, fundamental que se possa estender este índice de transparência Municipal, ao funcionamento também das Freguesias, as 24 Freguesias de Lisboa são, de facto, ímpares no âmbito da realidade nacional.-----

----- A segunda razão pela qual é muito importante este debate, é para aliviar a ignorância de alguns Deputados Municipais, neste caso do Senhor Deputado Rui Costa. Os indicadores estão expressos e são claros, e estão definidos no *site* na Internet sobre a transparência municipal. E eu recomendaria no âmbito da preparação

da discussão destes temas, uma leitura cuidada sobre estes temas e lá os indicadores são divididos em várias áreas.-----

----- Eu vou por economia de tempo abster-me de fazer a referência de todos os indicadores que lá estão, mas aquilo que lhe posso dizer é que eles estão devidamente organizados e estruturados, os indicadores estão inclusivamente, balizados por um conjunto de avaliações de resultado *feedback* e que, inclusivamente tem a particularidade este índice de permitir o contraditório aos municípios e, isto é uma matéria particularmente importante porquê? Porque demonstra que avaliação não é uma avaliação cega, é uma avaliação que permite depois que os municípios quando são confrontados com a avaliação que lhes é apresentada pelo próprio índice possam refutar e possam de alguma forma complementar a informação que possa ser escassa no âmbito da recolha que foi feita pelo próprio processo. -----

----- E, por isso, nesta matéria dizer que, é importante avançarmos com este índice, este índice não é e esta estratégia não é uma crítica ao governo da cidade é uma alavancagem importante para aquilo que é necessário podemos vir a fazer de futuro, que é constatado inevitavelmente pela má classificação que nós temos e porque nestas matérias, obviamente, o Município de Lisboa deveria estar a liderar. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Vice-presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado ao PSD por ter apresentado esta Proposta porque, de facto, há coisas que quem me conhece sabe que eu, normalmente tenho uma característica que é, quando acho que não estou a fazer aquilo com a velocidade, nomeadamente como o devia fazer, reconheço e é isso que eu vou fazer aqui neste momento. -----

----- Ou seja, eu acho que o Município, apesar do ponto de vista da transparência e daquilo que são as suas práticas, se poder orgulhar, e já vou explicar porquê, do seu trajeto ao longo dos últimos dez anos. -----

----- Ainda tem muito a fazer e, portanto, importa que possamos olhar melhor, há uma série de matérias em produção que vão ser levadas a Câmara e algumas esta Assembleia, mas já estão atrasadas e estamos a um ritmo com o qual eu não estou satisfeito e, portanto, o primeiro reconhecimento que vamos acelerar isso e que esta Proposta nos vai ajudar também a pensar nessa forma de acelerar esse processo de produção de uma série de propostas a trazer aos órgãos da Câmara.-----

----- Mas, também, importa dizer que, do que nós estamos aqui a falar, deste índice, que é referido aqui pelo PSD é um índice que está suspenso para ser reavaliado, as avaliações que foram referidas são 2017 e, portanto, muito foi feito já desde 2017 até hoje. Este índice reflete como foi dito e bem, apenas a análise daquilo que está no *site* do Município, há muita coisa que não está no *site* do Município que está noutros *sites*

da Administração Pública e alguns de inscrição obrigatória legal que nós temos utilizado. -----

----- Que, por exemplo, há pouco tempo foi apresentado o “Portal da reclamação” salvo erro, não sei se é esse exatamente assim que ele se chama, e o município de Lisboa fazia parte de um pequeno universo em que todas as reclamações dos municípios tinham sido respondidas, 100% das reclamações, portanto, há muito que já foi feito, há muito também por fazer, certamente, mas estamos muito melhor do que aquilo que o índice de 2017 referia. -----

----- Por um lado, porque só se analisa como eu disse o *site* da Câmara Municipal, não se analisa por exemplo, o *site* da Assembleia Municipal e há informação que nós por uma questão de não ser redundante e sabendo que está na Assembleia Municipal não colocamos no site da Câmara, isso não é considerado. -----

----- Também há poucas organizações, há poucos Municípios neste país, nenhum, aliás, que dê a capacidade de escrutínio a toda oposição por todas as equipas técnicas que todos os grupos parlamentares têm e todos os grupos de vereação tem, para poderem escrutinar toda a documentação que entenderem e, portanto, parece evidente que também por aí o Município de Lisboa está na primeira linha...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vice-Presidente, já vai com trinta segundos a mais pedia-lhe que concluísse” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, continuou a intervenção: -----

----- “Por outro lado, eu recorde, e já agora para terminar dado que não é fácil a explicar em tão pouco tempo, mas explicar que as contas do Município têm reservas dos auditores, há três anos consecutivos que entregámos os relatórios trimestrais semestrais e anuais, os nossos e nas empresas e que os senhores podem descortina-los e trazemos a esta Assembleia, portanto, parece-me que não nos espírito da Proposta do PSD que é uma Proposta construtiva, mas na abordagem que o CDS nos habituou que, o CDS olhar para estas matérias de transparência com uns óculos que estão claramente embaciados e que estão condicionados por aquilo que fizeram durante vários anos no Governo, transparência pouquinha ou zero e até algumas situações que deixam claramente a desejar em matéria de transparência, nomeadamente uma que nos tem apaixonado a todos, que é a questão da mobilidade em que os senhores tentaram privatizar a Carris uns dias antes de deixarem o Governo. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então passar à votação.” -----

----- A **Recomendação nº 65/02 (PSD)** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. ----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **9. APRECIACÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO 065/01 (PS) - “A SELEÇÃO NACIONAL MASCULINA DE SUB-20 DE PORTUGAL CONQUISTOU O TRICAMPEONATO EUROPEU DE RÂGUEBI, UM FEITO QUE NUNCA ANTES TINHA SIDO ATINGIDO””, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (O Voto de Saudação 065/01 fica anexado a esta Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 9 da nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação do Voto de Saudação 065/01, apresentado pelo Partido Socialista – “A Seleção Nacional Masculina de sub-20 de Portugal conquistou o Tricampeonato Europeu de Râguebi, um feito que nunca antes tinha sido atingido”, fomos entretanto informados que o voto apresentado pelo Partido Socialista foi subscrito por todas as forças políticas e pelos Deputados que exercem o mandato como independentes. -----

----- Vamos dar a palavra Senhor Deputado Miguel Teixeira para apresentar um voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Teixeira (PS),** no uso da palavra, e na qualidade de relator fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhor membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Caro Público presente, Colaboradores. ----

----- A Seleção Masculina de Portugal sub-20 alcançou um resultado histórico e de grande valor ao conquistar em Coimbra, no passado sábado, o tricampeonato europeu de râguebi. -----

----- Após décadas em que as seleções jovens não conquistavam sucessos para além de vitórias constantes ante a Espanha ou raras surpresas ante Itália, Geórgia ou Escócia, a segunda década do século XXI tem marcado um apogeu não só de honras, mas também de fornecer uma nova “voz” e dimensão à modalidade. -----

----- A seleção Nacional de sub-20 conquistou o tricampeonato europeu, um feito que nunca antes tinha sido atingido quer pela Geórgia ou Espanha, seleções que competem neste torneio organizado pela *Rugby Europe*, entidade que dirige o rugby europeu. ----

----- O Campeonato conquistado em 2019 não só marcou como o “tri”, como mantém a invencibilidade lusa em encontros europeus nos últimos 10 encontros, assumindo-se como a melhor seleção europeia do escalão.-----

----- Numa modalidade que é representada por 6000 mil atletas sem contabilizar treinadores, dirigentes, corpo médico e auxiliar, familiares, veteranos e outros, e mais de 30 clubes de Norte a Sul e que apesar dos constantes problemas de crescimento, o râguebi português tem atingido diversas conquistas, honras e feitos que só demonstram o eterno potencial de uma modalidade quase centenária em Portugal. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem como mais nenhum município, demonstrado nos últimos anos um efetivo apoio ao desenvolvimento desta modalidade, como o demonstram os novos equipamentos surgidos como são o caso da requalificação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, estrutura utilizada pelo Clube

de Rugby São Miguel, o campo 2 do Estádio Universitário de Lisboa, estrutura utilizada pelo CDUL, o campo 2 do Grupo Desportivo do Direito e o Belém Rugby Park, estrutura utilizada pelo Belenenses. -----

----- O rãguebi é uma modalidade de reconhecidos valores formativos e éticos, formada na sua quase totalidade por atletas amadores. Os jovens atletas sub-20, são estudantes que conciliam essa sua atividade principal, com a preparação intensa que os coloca entre os melhores da Europa, não sei que isso os leve a abdicar do seu tempo livre. -----

----- O rãguebi é uma modalidade desportiva marcada por profundas diferenças nas condições de acesso, participação e visibilidade, quando comparada com outras, motivo maior que deve suscitar o mais amplo apoio de todos em face deste novo grande feito. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PS, propõe na sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de dia 9 de Abril de 2019, deliberar: -----

----- 1. Saudar a Seleção Masculina de Rãguebi sub-20, pela conquista do Tricampeonato Europeu, felicitando os atletas e equipa técnica, os clubes desportivos de todo o País, e particularmente os da cidade de Lisboa, enaltecendo e sublinhando o trabalho desenvolvido; -----

----- 2. Enviar o presente Louvor à Federação Portuguesa de Rugby, aos clubes da cidade e aos jogadores que integram a seleção. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscrições para este ponto, uma vez que todas as forças políticas e Deputados que exerce o mandato como independentes subscreveram também o voto, vamos proceder à votação.” -----

----- **O Voto de Saudação 065/01 (PS) – (Subscrito por todos os Grupos Municipais e Deputados (as) Municipais Independentes) foi aprovada por unanimidade,** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **10. Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 188/CM/2019 - Autorização da assunção de compromisso plurianual para a Empreitada n.º 5/DMMC/DEM/DPCE/19 - “Requalificação e adaptação do Torreão Poente da Praça do Comércio para o Núcleo do Museu de Lisboa”, com a consequente repartição de encargos para os anos de 2019, 2020 e 2021, nos termos da proposta e de acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; grelha-base – 34 minutos** -----

----- (A Proposta 188/CM/2019 fica anexada a esta Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 10 da nossa Ordem de Trabalhos, apreciação do Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 188/CM/2019 - Autorização de assunção de compromisso plurianual para a Empreitada n.º 5/DMMC/DEM/DPCE/19 - “Requalificação e adaptação do Torreão Poente da Praça do Comércio para o Núcleo do Museu de Lisboa”, com a consequente repartição de encargos para os anos de 2019, 2020 e 2021, nos termos da proposta das disposições legais e regimentais aplicáveis.-----

----- Dar conta que, no primeiro parágrafo da terceira página, onde consta “*relatório de encargos futuros*” deve constar “*registo de encargos futuros*”.-----

----- Senhor Vice-Presidente não sei se a Câmara Municipal quer apresentar a Proposta? A Câmara prescinde.-----

----- Não temos oradores inscritos para o Ponto desta Ordem de Trabalhos, vamos passar então à votação do Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 188/CM/2019.” ---

----- **O Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 188/CM/2019** – foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 6 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **11. APRECIACÃO DA PROPOSTA 40/CM/2019 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À REDE DE CIDADES C40, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ART. 33.º EM ARTICULAÇÃO COM O ART. 32.º, COM AS ALS. B), K), M) E P) DO ART. 23.º E COM A ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 40/CM/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer da 4ª Comissão Permanente** fica anexado a esta Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação 065/05 (4ª CP)** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 11 da Ordem de Trabalhos - Apreciação da Proposta 40/CM/2019 - Adesão do Município de Lisboa à Rede de Cidades C40, nos termos da Proposta ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis.-----

----- Temos o Parecer da 4ª Comissão Permanente, o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura é o autor do Parecer e, desse Parecer há uma proposta de Recomendação que é a proposta de Recomendação n.º 65/05.-----

----- Senhor Vice-Presidente, não sei se quer apresentar a Proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- A Proposta é autoexplicativa e é muito clara é, no fundo, adesão uma Rede de Cidades C40, onde estão as principais cidades mundiais e que tem como objetivo o trabalho em rede, para liderar o combate às alterações climáticas.-----

----- Esta Proposta faria sentido em qualquer circunstância, acresce que estamos em preparação para Capital Verde Europeia e ainda mais, digamos, importante é esta adesão.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos agora dar a palavra ao Senhor Deputado Relator.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, e na qualidade de relator fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados.-----

----- Dar nota do Parecer emitido e aprovado por unanimidade e no âmbito da 4ª Comissão Permanente e relativa esta Proposta n.º 40/CM/2019 apresentada pela Câmara Municipal, e que propõe à Assembleia adesão do Município à Rede de Cidades C40.-----

----- Nós fizemos uma nota introdutória sobre esta mesma Proposta, esta Proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara e ela vem no seguimento da Proposta n.º 708/2018, também, ela deliberada pela Câmara por unanimidade e aprovada nesta Assembleia Municipal, também, por unanimidade a 14 de fevereiro.-----

----- Essa Proposta tinha como objetivo a subscrição da Carta de Compromisso das Cidades C40 e, portanto, esta adesão agora é, digamos, que é natural no seguimento da aprovação dessa Proposta e é isso que nos vem aqui propor a Câmara.-----

----- Efetivamente como disse, o Senhor Vice-Presidente, a Proposta é de simples compreensão, aliás, tem poucos considerandos mas, consideramos que deviríamos enriquecer este debate, enriquecendo, passando a redundância, o mesmo parecer e, portanto, o trabalho que fiz enquanto relator foi nos considerandos. Fazer o enquadramento e os antecedentes quer a nível mundial, o que é feito para combater e mitigar as alterações climáticas e as respetivas adaptações e, portanto, fizemos uma análise daquilo que são as medidas mundiais, as medidas europeias, as medidas de Portugal e as medidas tomadas por Lisboa, seja as várias estratégias e planos que já foram aprovados, mas também, outras medidas mais concretas que Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a tomar e que tem contribuído forma positiva para alcançarmos esse objetivo, que é o objetivo que penso que é transversal e é de todos.-----

----- Não foi incluída nenhuma opinião das forças políticas, que assim não entenderam e, portanto, passamos às conclusões. Conclusões, essas que remetem para o número de cidades que a nível mundial fazem parte desta rede e que são 96.-----

----- Falámos também na questão da aprovação como disse há pouco da Proposta n.º 708/2019.-----

----- Falamos também naquilo que foi a candidatura que hoje dá azo a esta Proposta, foi uma candidatura apresentada subscrita, um formulário, um ofício a esta Rede de Cidades C40, que é gerida por uma organização intergovernamental, e que é subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara e está devidamente e muito bem fundamentada e, portanto, e ela vem com anexo da Proposta e, portanto, penso que os Senhores Deputados, também, já leram e podem constatar isso mesmo, que a fundamentação que é apresentada pela Câmara é mais do que suficiente para fundamentar e consolidar esta Proposta que hoje aqui é apresentada.-----

----- Também, referir que Portugal e com a recente distinção da Capital Europeia Verde 2020 será a primeira cidade do sul da Europa a ter esta distinção e que obviamente, também, vai ao encontro da integração de Lisboa nesta Rede.-----

----- E, portanto, concluímos, conclui esta Comissão, que se reveste da maior importância que, Lisboa subscreva e adira a esta Rede.-----

----- Dizer também que, ao contrário da maior parte das adesões de Lisboa a determinadas redes e a determinados a grupos internacionais ou europeus, esta não tem uma contrapartida financeira, ou seja, não há um encargos financeiros para Câmara Municipal de Lisboa, haverá obviamente, as despesas operacionais de quem se deslocar a reuniões, seja técnicos, seja em representação, estão-me a dizer agora da Câmara que não, mas, portanto, dizer que não há despesas ao contrário daquilo que geralmente nos vem aqui a ser proposto.-----

----- Depois também achamos que é essencial que esta adesão não fique só por isso, por uma mera adesão e que haja, digamos, o *win-win*, ou seja, Lisboa poder trazer aquilo que são boas práticas levadas a cabo por outras cidades, mas também, Lisboa levar para essas reuniões aquilo que são as boas práticas implementadas em Lisboa e que elas possam ser replicadas noutras capitais por esse mundo fora.-----

----- Contudo incluímos quer nas conclusões, quer no ponto das recomendações, uma nota à Câmara Municipal Lisboa, de que entendemos que não deve ser publicitado como está no *site*, no sítio da Internet da Rede Cidades C40, a adesão da cidade de Lisboa quando esta Assembleia ainda não deliberou nesse sentido e, portanto, esperar pela decisão dos órgãos municipais competentes e só depois disso, fazer essa publicação ou essa nota pública da adesão.-----

----- Posto isto, a Comissão apresenta três Recomendações: a primeira que o conhecimento que venha a ser adquirido, no âmbito, deste trabalho conjunto a nível internacional, seja vertido nas revisões da estratégia municipal para a adaptação às alterações climáticas e do plano de ação energia sustentável e clima e obviamente, nos demais instrumentos de gestão territorial e de gestão operacional da cidade.-----

----- Em segundo, que a 4ª Comissão Permanente e a Assembleia, sejam informados regularmente sobre as principais conclusões e benefícios que venham a ser extraídos

do trabalho resultante da adesão e da participação de Lisboa nestas reuniões. Muitas vezes nós aderimos a determinadas as Rede e depois não temos *feedback*, daquilo que é o trabalho e, portanto, é importante que esta Assembleia através da 4ª Comissão que tem a área Ambiente possa fazer esse acompanhamento em articulação com a Câmara Municipal.-----

----- E por fim, o terceiro ponto da Recomendação, que em futuras adesões a Câmara Municipal não formalize as mesmas, sem que haja uma deliberação tomada pelos órgãos municipais competentes. -----

----- Consideramos ainda que, o deveríamos anexar à Proposta n.º 708/2019 e, obviamente, a Proposta que está aqui em discussão, em particular por causa daquilo que é o seu anexo e que é a carta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara a propor a candidatura a esta Rede. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputado Inês Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício.-----

----- De forma muito breve, porque esta é uma matéria que nos merece, de facto, consenso político a saudar desde já a 4ª Comissão pelo trabalho feito no relatório, bem como o Senhor Relator. -----

----- E esta a decisão que aqui vamos votar hoje a Rede de Cidades C40, pois, de facto, combater as alterações climáticas e mitigar os seus efeitos deve ser, de facto, uma prioridade para qualquer executivo, temos falado diversas vezes nesta Assembleia Municipal da importância de adotar medidas que, de alguma forma, permitam uma cidade mais sustentável e este é, de facto, um passo que pode ser dado de forma importante para trazer boas práticas, para importar estas boas práticas para a nossa cidade. Não só através da estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas ou do plano de ação para a Energia sustentável e clima, mas também para adequar todos os outros instrumentos, também, aqueles urbanísticos as boas práticas e estas medidas que possam vir de alguma forma a ser concertadas na Rede Cidades C40. -----

----- Subscrever, também, obviamente aquilo que é na parte recomendativa a importância de ser dado conhecimento à 4ª Comissão Permanente dos trabalhos desta mesma Rede para de alguma forma, possamos acompanhar e monitorizar de forma mais eficaz aquilo que são as diferentes políticas públicas que, de alguma forma possam ter relevância para o combate às alterações climáticas. -----

----- Por fim, obviamente saudar a Câmara Municipal por se ter candidatado a esta iniciativa que, de facto, é uma iniciativa do presente, é emergente combatermos a problemática das alterações climáticas.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- O Senhor Vice-Presidente quer usar da palavra novamente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente só para esclarecer que o que está publicitado no *site* do Município é a aceitação por parte da Rede da nossa candidatura e, portanto, houve aqui um trabalho prévio que foi uma candidatura e uma aceitação e, portanto, aquele reparo que está, no fundo, no relatório não faz sentido, porque estamos a falar exatamente do percurso inverso, ou seja, nós candidatámo-nos se nós quisermos somos aceites pela Rede e é isso que depois permitiu fazer esta tramitação de seguida.-

----- E depois já agora, nós quisemos trazer isto aqui à Assembleia, mas, de facto, a mim pessoalmente parece-me salvo melhor opinião, que não teria sido necessário trazer cá, porque não era uma obrigação legal, mas ainda assim e que nos parece que isto é uma matéria de tal forma importante que deve ser valorizada e ser trazida ao órgão máximo do Município de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 40/CM/2019**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta 40/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 65/05 (4ª CP)**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Recomendação 65/05** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **14. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 195/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A EMPREITADA N.º 27/DMMC/DIOA/DGI/18 - “REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES NA ALAMEDA DO BEATO”, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DE ACORDO COM O PREVISTO NO ARTIGO 6.º DA LEI N.º**

8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; -----

----- (A **Proposta 195/CM/2019** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 14 a nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 195/CM/2019 - Autorização da assunção de compromisso plurianual para a Empreitada nº 27/DMMC/DIOA/DGI/18 – “Reabilitação de espaços exteriores na Alameda do Beato” com a consequente repartição de encargos para os anos 2019/2020 nos termos da proposta e das disposições legais e regimentais aplicáveis. -----

----- Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer apresentar a Proposta? Dispensa. -----

----- Não sei se temos oradores inscritos para este Ponto da Ordem de Trabalhos? Não temos oradores inscritos para este Ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 195/CM/2019**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta 195/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **15. APRECIACÃO DA PROPOSTA 197/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES”, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta 197/CM/2019** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 15 a nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação da Proposta 197/CM/2019 da Câmara Municipal - Autorização da assunção de compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços de inspeção periódica dos ascensores monta-cargas escadas mecânicas e tapetes rolantes” com a consequente repartição de encargos para os anos de 2019/2020 nos termos da proposta das disposições legais e regimentais aplicáveis. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar Proposta? Senhor Vice-Presidente prescinde. -----

----- Temos oradores inscritos? Não temos oradores inscritos.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 197/CM/2019**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta 197/CM/2019**, foi aprovada por unanimidade.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **16. APRECIACÃO DA PROPOSTA 198/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A EMPREITADA N.º E3/16/DMEVAE/DEV/DPGMEV - “REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE REGA DO PARQUE DAS NAÇÕES”, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019 A 2022, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta 198/CM/2019** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIX** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- Vamos passar ao Ponto 16 da nossa Ordem de trabalhos - Apreciação da Proposta, 198/CM/2019 da Câmara Municipal - Autorização de assunção de compromisso plurianual para a Empreitada n.º E3/16/DMEVAE/DEV/DPGMEV – “Reabilitação e manutenção da rede de rega do Parque das Nações” que a consequente repartição de encargos para os anos de 2019 a 2022 nos termos da proposta e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis.-----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar? A Câmara prescinde.-----

----- Pergunto à Senhora Segunda Secretária se há oradores? Não temos oradores inscritos para este ponto.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 198/CM/2019**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta 198/CM/2019**, foi aprovada por unanimidade.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **17. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 199/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A EMPREITADA N.º 76/DMMC/DHM/DPH/2018 - PRESS - PROGRAMA DE RECONVERSÃO DE EDIFÍCIOS DA SEGURANÇA SOCIAL - AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA N.º 37 E 39, NO ÂMBITO DO PRA E DO PACA, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019 A 2021, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DE ACORDO COM O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta 199/CM/2019** fica anexada a esta Ata como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou a intervenção:-----

----- “Vamos passar ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos, Ponto 17, Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 199/CM/2019 da Câmara Municipal - autorização de assunção de compromisso plurianual para a Empreitada n.º 76/DMMC/DHM/DPH/2018 das entidades identificadas - Programa de reconversão de edifício da Segurança Social, Avenida Estados Unidos da América número 37 e 39, no âmbito do PRA e do PACA, com a consequente repartição de encargos para os anos de 2019 a 2021, nos termos da proposta e de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis.-----

----- Vamos proceder à correção de um erro material no segundo parágrafo da página 3 onde consta “A.P001.05” deve constar “A1.P001.05”.-----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar Proposta? O Senhor Vice-Presidente declina.-----

----- Pergunto à Senhora Segunda Secretária se tem oradores inscritos? Vamos passar aos oradores em inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, e Senhores Deputados.-----

----- Esta empreitada é bem-vinda, é bem-vinda no sentido em que estas ações de reabilitação urbana são positivas para a disponibilização de habitação, ainda que não fosse a custos acessíveis, mas, neste caso é a custos acessíveis, é duplamente bem-vinda.-----

----- O Ponto que o CDS não acompanha é a maneira como estes apartamentos vão ser fragmentados, porque estamos a falar de dois edifícios na Avenida Estados Unidos da América n.ºs 37 e 39 que cada piso tem dois apartamentos T4, e que a Câmara se prepara para transformar em apartamentos muito pequenos, com tipologia muito pequenas, 91 fogos, sendo que são: dois T0, cinco T1, oito T2 e apenas um fogo T3.---

----- Ora, nós pretendemos trazer famílias para dentro Lisboa, pessoas para dentro de Lisboa e aqui quando falamos de tipologias com mais quartos, estamos a entrar num segundo problema que é importantíssimo, que é o problema da natalidade. Isto é uma política direta de natalidade e não se compreende como é que num pare de edifícios que têm umas características arquitetónicas e umas características construtivas tão específicas como aquelas, que inclusivamente tornariam a obra mais fácil, mais barata e mais adequada e mais respeitadora daquilo que lá está, os objetivos seriam mais bem cumpridos e a cidade precisa de apartamentos maiores, as pessoas precisam de

apartamentos maiores para fazer famílias. Ninguém vai começar uma família dentro de T0 e T1, é por isso que as pessoas precisam de mudar de casa. -----

----- A não ser que a Câmara esteja convencida que todos os apartamentos dentro de Lisboa, são para estudantes e então onde é que estão os apartamentos maiores que ficaram no entendimento que foi feito sobre o programa da renda acessível? Nós não conseguimos compreender muito bem o que é que vai na cabeça destes decisores. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É delicioso ver o CDS tentar encontrar qualquer coisa para criticar numa proposta que, obviamente qualquer pessoa que, neste momento vive ou acompanha a dinâmica da habitação na cidade de Lisboa, perceberá à primeira e como qualquer um dos deputados sentados nessa bancada, são pessoas inteligentes, eu só posso interpretar aquilo que acabaram de dizer, aquilo que a Deputada do CDS acabou de dizer, como mais uma daquelas situações em que se colocam uns óculos especiais para ver tudo estranho onde não há nada de estranho.-----

----- Senhora Deputada e Senhores Deputados, quando nós apresentamos aqui uma proposta qualquer uma que ela seja de renda acessível, temos em consideração vários estudos que foram feitos, nomeadamente o estudo que foi feito prévio a todo este processo da renda acessível, em que se auscultou todos aqueles de uma amostra representativa daqueles que estariam interessados em residir em Lisboa e aquilo que foram as suas manifestações de preferência e aí, foi muito claro que as manifestações de preferência se encaixavam nas tipologias médias, essencialmente, nas tipologias de menor dimensão e ainda assim, nós, nessa construção que nos parece a mais lógica mais óbvia, aumentámos aquilo que eram as tipologias neste empreendimento concreto, as tipologias de média dimensão. Portanto, não há qualquer abordagem lunática, há uma abordagem com base num estudo. -----

----- Por outro lado, temos outra possibilidade de análise que é a procura hoje na cidade de Lisboa, das diferentes tipologias de apartamentos e a procura nos programas municipais destas tipologias, que os munícipes e aqueles que gostariam de ser munícipes de Lisboa gostariam de ter e, portanto, esse é o principal critério. -----

----- O segundo critério é uma questão de otimização do espaço e o espaço naquela área é um espaço como é evidente finito e que tem que ser otimizado, e tem de ser otimizado não porque estejamos numa altura conceptual, mas porque estamos numa altura de enorme procura e de enorme carência de oferta na cidade de Lisboa. -----

----- E, portanto, deixemos de loucuras ideológicas como se todos fôssemos agora procriar quatro ou cinco filhos e vamos atender à realidade existente neste momento na cidade de Lisboa e na procura, e é isso que estamos a fazer desta forma que está aqui descrita e que a esmagadora maioria dos apartamentos são apartamentos de

tipologia T2, que são aqueles que vão de encontro às necessidades dos lisboetas e não àquilo que o CDS que estaria fosse a sociedade portuguesa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos a inscrição da Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS.-----

----- Tem a palavra Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- O Senhor Vereador, acabou de fazer uma tristíssima descrição de loucuras muito disparatadas e eu queria pedir ao Senhor Vereador que fizesse o favor de respeitar a dignidade do cargo ainda que não conhece a outra.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação do Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 199/CM/2019 com a correção do erro material identificado.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 199/CM/2019 - do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 199/CM/2019**, com os votos contra do CDS-PP, com abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta 199/CM/2019**, foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- “Damos assim por encerrados os nossos trabalhos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----